

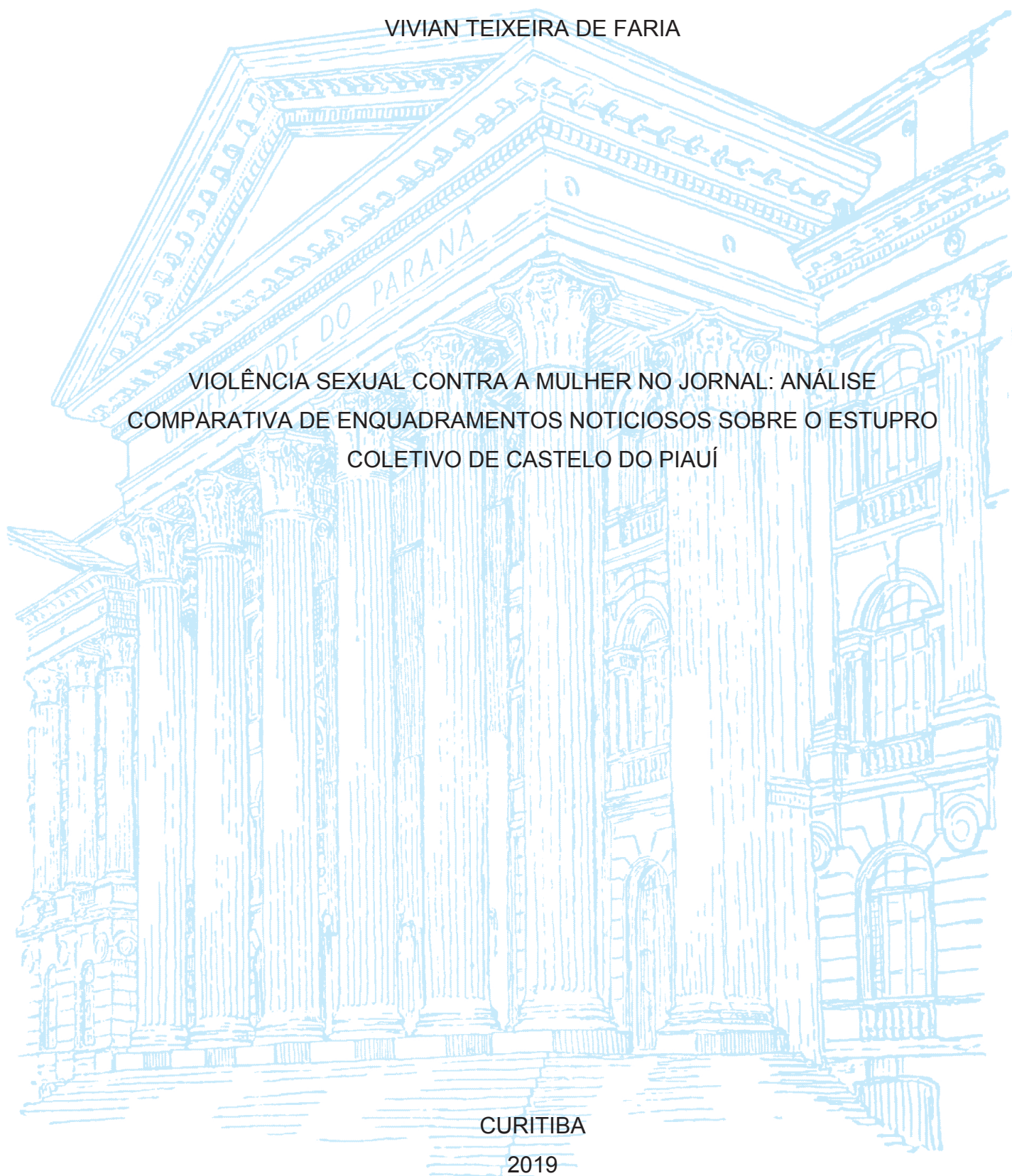
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VIVIAN TEIXEIRA DE FARIA

VIOÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NO JORNAL: ANÁLISE  
COMPARATIVA DE ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS SOBRE O ESTUPRO  
COLETIVO DE CASTELO DO PIAUÍ

CURITIBA

2019



VIVIAN TEIXEIRA DE FARIA

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NO JORNAL: ANÁLISE  
COMPARATIVA DE ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS SOBRE O ESTUPRO  
COLETIVO DE CASTELO DO PIAUÍ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Luciana Panke

CURITIBA

2019

Catálogo na publicação  
Sistema de Bibliotecas UFPR  
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral  
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

FARIA, Vivian Teixeira de  
Violência sexual contra a mulher no jornal: análise comparativa de enquadramentos noticiosos sobre o estupro coletivo de Castelo do Piauí./ Vivian Teixeira de Faria. – Curitiba, 2019.  
151f: il. color.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Panke.  
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

1. Comunicação. 2. Violência Sexual. 3. Cinema. 4. Teorias Construcionistas - Jornalismo. I. Título.

CDD 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -  
40001016071P8

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **VIVIAN TEIXEIRA DE FARIA** intitulada: **Violência contra a mulher no jornal: análise comparativa de enquadramentos noticiosos sobre o estupro coletivo de Castelo do Piauí**, sob orientação da Profa. Dra. LUCIANA PANKE, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 06 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica

09/04/2020 10:37:46.0

LUCIANA PANKE

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

08/04/2020 18:40:45.0

KARINA JANZ WOITOWICZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

09/04/2020 13:46:34.0

CARLA CANDIDA RIZZOTTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Às mulheres.

## **AGRADECIMENTOS**

Começo pelo começo: agradeço aos meus pais, Marina e Nelson, que transformaram suas próprias vidas e dedicaram muito delas a oferecer para mim e para meus irmãos todas as oportunidades possíveis. Obrigada pelo esforço diário e por estarem sempre prontos para ajudar. Nada seria possível sem vocês.

Agradeço também aos meus irmãos, Rodrigo e Bruno, pelo apoio incondicional e por lançarem sobre mim um olhar sempre tão mais generoso do que eu mesma. Obrigada também por serem os homens que são em uma realidade que ainda é tão injusta com as mulheres. Tenho muito orgulho de vocês.

Aos outros membros da família, principalmente à vó Cice, deixo meu muito obrigada por compreenderem as ausências, principalmente na reta final do trabalho.

Agradeço aos professores – da pós, mas não só – que me ajudaram a chegar até aqui – para minha sorte, tive vários bons mestres que contribuíram muito para que eu me apaixonasse pelo aprender, pelo compreender e pelas pessoas.

Agradeço especialmente às mulheres pesquisadoras que compõem minha banca – minha orientadora, Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Luciana Panke, e as convidadas, Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Carla Candida Rizzotto e Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Karina Janz Woitowicz – pelas contribuições e questionamentos, mas também por seguirem resistindo.

Agradeço também ao Prof. Dr. José Carlos Fernandes pelos bons conselhos e pelas boas histórias nos momentos em que precisei.

Aos amigos Gabriel Spenassatto, Daniel Zierhut, Camila Rechia, Arthur Franco, Ana Luísa Pereira, Ana Carolina Maoski e Aléxia Saraiva (subverti a ordem, pois os humilhados serão exaltados), não há “obrigada” que eu diga que seja suficiente para deixar claro o quanto vocês foram importantes. Compartilhar essa experiência – e a vida – com vocês foi – e é – um privilégio. Agradeço ainda ao Ezequiel e ao Maico, que nos acolheram com tanto carinho.

Sou grata também pelo apoio e pela companhia de tantos outros amigos. Devo citar Amanda Milléo (pelo interesse e pelo suporte), Angieli Maros (por compartilhar tanto, com tanta sensatez, e dar os melhores abraços), Bruno Zermiani (por estar sempre presente), Fernanda Trisotto (pela disponibilidade e pelos melhores comentários), Giulia Fontes (pela acolhida) e Nayara Brante (pelas conversas regadas a focaccias deliciosas). É bom olhar essa lista, pensar em tantos outros amigos e ter certeza de que ando sempre muito bem acompanhada.

Never one to acknowledge my vulnerability, I found myself forced by my sisters in feminism to look at it squarely in the eye. I wrote this book because I'm a woman who changed her mind about rape. (BROWNMILLER, Susan. 2013, p. 10)

\*

Violence is surely a touch of the worst order, a way a primary human vulnerability to other humans is exposed in its most terrifying way, a way in which we are given over, without control, to the will of another, a way in which life itself can be expunged by the willful action of another. To the extent that we commit violence, we are acting on another, putting the other at risk, causing the other damage, threatening to expunge the other. In a way, we all live with this particular vulnerability, a vulnerability to the other that is part of a bodily life, a vulnerability to a sudden address from elsewhere that we cannot preempt. This vulnerability, however, becomes highly exacerbated under certain social and political conditions, especially those in which violence is a way life and the means to secure self-defense are limited (BUTLER, Judith. 2004, p. 43)

## RESUMO

Partindo do entendimento de que as notícias são construções influenciadas por diversos fatores e de que o jornalismo é um dos atores que ajuda a construir a realidade social (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009), assim como da compreensão do estupro como uma violência institucional da sociedade patriarcal que ajuda a manter o sistema de dominação masculina, esta pesquisa tem por objetivo discutir o papel do jornalismo na compreensão e a superação da cultura do estupro e do patriarcado. Para isso, ela observa os enquadramentos noticiosos na cobertura online feita por *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Dia* (PI) e *Meio Norte* sobre o estupro coletivo que ocorreu em Castelo do Piauí (PI) em 27 de maio de 2015, no qual quatro jovens entre 15 e 17 anos foram agredidas, estupradas e jogadas de um penhasco de 10 metros de altura por um homem de 41 anos e quatro adolescentes – e que acabou justificando o projeto de lei 618/2015, hoje lei 13.718/2018, que propôs o aumento de pena para estupros coletivos. Ao todo, são analisados 82 textos. A análise empregada se aproxima do tipo *issue-specific* (DE VREESE, 2005) pelos procedimentos, mas busca identificar enquadramentos que se relacionam à violência contra a mulher de forma mais genérica, para que possam ser reutilizados em outras pesquisas. São examinadas seis variáveis, as quais derivam das funções do enquadramento estabelecidas por Entman (1993) – definição do problema, causa, julgamento moral e recomendação de tratamento. São elas: abrangência, tópico, fontes, causa, julgamento moral e solução. Os resultados indicam que há oito tipos de enquadramento para o tema nesta cobertura – anomalia; caso isolado; patologização dos agressores; patologização dos agressores com culpabilização da vítima; patologização dos agressores com reforço de crenças patriarcais sobre mulheres; reforço de crenças patriarcais sobre mulheres; violência estrutural não patriarcal; violência patriarcal – e que a tendência é que o estupro não seja tratado como uma violência que se relaciona a questões de gênero e do patriarcado, sendo comumente apresentado como evento anômalo e isolado. Além disso, as notícias ainda reproduzem ideias patriarcais, principalmente sobre as mulheres.

Palavras-chave: Comunicação política. Enquadramento noticioso. Teorias construcionistas do jornalismo. Estupro.



## ABSTRACT

Considering that news is a construction influenced by several factors and that journalism is one of the actors that help to build social reality (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009), and also that rape is an institutional violence of patriarchal society that helps maintain the male-dominated system, this research aims to discuss the role of journalism in understanding and overcoming rape culture and patriarchy. In order to do that, it observes the news frames in the online coverage made by *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Dia* (PI) and *Meio Norte* about the gang rape that took place in Castelo do Piauí (PI) on May 27th, 2015, in which four young women between 15 and 17 years old were beaten, raped and thrown from a 10 meter high cliff by a 41-year-old man and four young man – the case ended up justifying the bill 618/2015, which later became the law 13.718/2018 and proposed increasing the sentence for gang rapes. Altogether, 82 texts are analyzed. The analysis employed is similar to the issue-specific type (DE VREESE, 2005) as far as the procedures are concerned, but identifies frames that are related to violence against women in a more general sense, so that they can be reused in other researches. Six variables are examined, which derive from the framing functions established by Entman (1993) – problem definition, cause, moral judgment and treatment recommendation. They are: scope, topic, sources, causes, moral judgment and solution. The results indicate that there are eight types of framing for the theme in this coverage - anomaly; isolated case; pathologization of aggressors; pathologization of aggressors with victim-blaming; pathologization of aggressors with reinforcement of patriarchal beliefs about women; reinforcement of patriarchal beliefs about women; non-patriarchal structural violence; patriarchal violence - and that there is a tendency to treat rape as a violence that is not related to gender and patriarchal issues, commonly presenting it as an anomalous and isolated event. In addition, the news still reproduces patriarchal ideas, especially about women.

Keywords: Political communication. News framing. Constructionist Theories of Journalism. Rape.

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE CASTELO DO PIAUÍ .....	40
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – FOLHA DE S. PAULO: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ABRANGÊNCIA .....	85
GRÁFICO 2 – FOLHA DE S. PAULO: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - TÓPICO .....	86
GRÁFICO 3 – FOLHA DE S. PAULO: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - FONTES .....	87
GRÁFICO 4 – FOLHA DE S. PAULO: CAUSA .....	88
GRÁFICO 5 – FOLHA DE S. PAULO: JULGAMENTO MORAL .....	90
GRÁFICO 6 – FOLHA DE S. PAULO: SOLUÇÃO .....	92
GRÁFICO 7 – O GLOBO: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - TÓPICO .....	95
GRÁFICO 8 – O GLOBO: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - FONTES .....	96
GRÁFICO 9 – O GLOBO: CAUSA .....	97
GRÁFICO 10 – O GLOBO: JULGAMENTO MORAL .....	99
GRÁFICO 11 – O GLOBO: SOLUÇÃO .....	99
GRÁFICO 12 – O DIA: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ABRANGÊNCIA .....	102
GRÁFICO 13 – O DIA: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - TÓPICO .....	102
GRÁFICO 14 – O DIA: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - FONTES .....	104
GRÁFICO 15 – O DIA: CAUSA .....	105
GRÁFICO 16 – O DIA: JULGAMENTO MORAL .....	105
GRÁFICO 17 – O DIA: SOLUÇÃO .....	106
GRÁFICO 18 – MEIO NORTE: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ABRANGÊNCIA ..	109
GRÁFICO 19 – MEIO NORTE: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - TÓPICO .....	110
GRÁFICO 20 – MEIO NORTE: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - FONTES .....	111
GRÁFICO 21 – MEIO NORTE: CAUSA .....	111
GRÁFICO 22 – MEIO NORTE: JULGAMENTO MORAL .....	112
GRÁFICO 23 – MEIO NORTE: SOLUÇÃO .....	114
GRÁFICO 24 – ENQUADRAMENTOS NA COBERTURA DO CASO DE CASTELO DO PIAUÍ .....	120

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – VARIÁVEIS E CÓDIGOS.....	80
QUADRO 2 – ENQUADRAMENTOS NA COBERTURA DO CASO DE CASTELO DO PIAUÍ .....	117

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 O PATRIARCADO E AS VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER.....</b>	<b>24</b>
2.1 PATRIARCADO E PAPÉIS DE GÊNERO .....	24
2.1.1 Construções sobre o masculino e o feminino no patriarcado.....	27
2.1.2 As violências perpetradas contra a mulher.....	29
2.2 CONTEXTO BRASILEIRO DE VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER.....	34
2.2.1 O caso de Castelo de Piauí .....	40
<b>3 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE, JORNALISMO E MANUTENÇÃO DO STATUS QUO .....</b>	<b>45</b>
3.1 NOTÍCIA: DE REFLEXO DA REALIDADE A CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	46
3.1.1 A construção social da realidade e o jornalismo .....	49
3.1.2 A construção da notícia .....	52
3.1.2.1 As fontes jornalísticas .....	56
3.1.2.2 Hierarquização.....	58
3.1.2.3 Objetividade e trama de facticidade.....	59
3.1.3 A manutenção do status quo a partir da notícia .....	61
<b>4 OS ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE.....</b>	<b>65</b>
4.1 A NOÇÃO DE ENQUADRAMENTO NOTICIOSO.....	65
4.2 O ENQUADRAMENTO COMO PARTE DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE .....	69
4.3 ISSUE-SPECIFIC OU GENERIC NEWS FRAMES: DO ESPECÍFICO AO GENÉRICO.....	72
4.4 CORPUS DA PESQUISA E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA .....	74
<b>5 ENQUADRAMENTOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE ESTUPRO..</b>	<b>82</b>
5.1 FOLHA DE S. PAULO .....	82
5.2 O GLOBO .....	94
5.3 O DIA .....	100
5.4 MEIO NORTE.....	108
5.5 AS COBERTURAS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	114
5.6 OS ENQUADRAMENTOS DO ESTUPRO NA COBERTURA DO CASO CASTELO DO PIAUÍ .....	116

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO 1 – LISTA DE NOTÍCIAS ANALISADAS.....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXO 2 – LIVROS DE CÓDIGOS.....</b>	<b>143</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte do entendimento de que as notícias, em vez de serem o reflexo da realidade, são construções que estão ligadas aos processos jornalísticos, às questões organizacionais de empresas jornalísticas e à própria sociedade de que tratam, conforme estabelecem as teorias construcionistas do jornalismo. Outra premissa, oriunda da mesma linha teórica, é de que o jornalismo é um dos agentes que ajudam a construir a realidade na qual está inserido, enquadrando os acontecimentos a partir de determinada perspectiva (TRAQUINA, 2005; TUCHMAN, 1978). Assim, o jornalismo é um ator social que influencia e é influenciado pelo seu entorno, podendo contribuir para a compreensão e até a transformação de fenômenos sociais.

A partir disso e considerando o tema da violência sexual contra mulheres, o trabalho tem como objeto de estudo os enquadramentos<sup>1</sup> de notícias sobre estupro. Mais precisamente, a pesquisa consiste em uma análise — e posterior comparação — dos enquadramentos noticiosos na cobertura online feita por *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Dia* (PI) e *Meio Norte* sobre o estupro coletivo de Castelo do Piauí, ocorrido em maio de 2015 no município de Castelo do Piauí, que fica a cerca de 190 quilômetros de Teresina (PI). O caso ganhou repercussão nacional devido à brutalidade: na tarde de 27 de maio, quatro jovens de 15 a 17 anos foram agredidas, estupradas e jogadas de um penhasco de aproximadamente 10 metros de altura. O crime foi cometido por um homem de 41 anos e quatro adolescentes, e resultou na morte de uma das vítimas e de um dos autores, que foi assassinado pelos colegas por ter confessado sua participação e os denunciado.

O episódio foi utilizado pela então senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) para justificar o projeto de lei 618/2015, que propunha o aumento de pena para casos de estupro coletivo. Em 2018, depois de tramitar pelas casas legislativas, sofrendo modificações, e ser sancionado pela presidência da República, o projeto se tornou a lei 13.718, que trata também da pena para os chamados estupros corretivos<sup>2</sup>, além de tipificar os crimes de importunação sexual e divulgação de cena

---

<sup>1</sup> Para evitar repetições, serão utilizados como sinônimos de enquadramento os termos “enquadre” e “frame”.

<sup>2</sup> Conforme a lei 13.718/2018, estupros corretivos são aqueles cometidos “para controlar o comportamento social ou sexual da vítima” (BRASIL, 2018). Um exemplo de violência classificada

de estupro. Contudo, também é importante dizer que, apesar de ter sua relevância reconhecida como um crime de violência contra a mulher, o episódio contribuiu para aquecer outro debate: o da redução da maioridade penal.

Serão analisadas todas as notícias publicadas sobre o caso nos sites dos dois maiores jornais diários em circulação impressa e assinaturas digitais do país, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (2018)<sup>3</sup>, assim como naqueles dos dois principais jornais do estado do Piauí. Sobre a escolha dos meios de comunicação analisados, é importante ressaltar ainda que, no âmbito nacional, O *Globo* foi o primeiro a noticiar o caso, enquanto a *Folha de S. Paulo* foi quem fez a cobertura mais extensa sobre o episódio. É interessante considerar ainda que os dois jornais adotam posturas editoriais diversas, sendo o primeiro mais conservador e o segundo mais progressista – o que é relevante para a construção da notícia, conforme será explicado no capítulo 3 e, conseqüentemente, para o tratamento dado ao tema.

O corpus é composto por 82 textos, distribuídos da seguinte forma: 22 da *Folha de S. Paulo*, 8 d'O *Globo*, 33 d'O *Dia* e 19 do *Meio Norte*. Eles foram publicados entre 27 de maio de 2015, data em que o crime foi registrado, e 25 de setembro de 2018, quando os adolescentes condenados pelo caso saíram do centro de internação onde estavam – e a última notícia sobre o episódio foi dada pelos jornais analisados. O objetivo da análise destes textos é encontrar respostas para o seguinte problema: de que forma os enquadramentos noticiosos do caso do estupro coletivo de Castelo do Piauí em sites de notícias ligados a jornais impressos locais e nacionais contribuem para legitimar ou questionar o patriarcado<sup>4</sup>?

Uma pesquisa exploratória com cinco dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes<sup>5</sup>, as quais foram defendidas entre 2014 e 2018 e tratam da cobertura jornalística de casos de estupro, revelou que os jornais tendem a legitimar e reiterar discursos que minimizem a culpa do agressor e transfiram a

---

dessa forma são os estupros cometidos contra lésbicas sob a justificativa de “fazê-las se tornarem” heterossexuais.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/efeito-bolsonaro-bump-foi-timido-e-jornais-tradicionais-perdem-assinantes/>. Acesso em: 1 de junho de 2019.

<sup>4</sup> No capítulo que trata do tema, haverá um comentário sobre o uso dos termos “patriarcado” e “dominação masculina”. Porém, estabelece-se desde já que ambos serão usados como sinônimos neste trabalho.

<sup>5</sup> A pesquisa tinha por objetivo encontrar as teses e dissertações que tratassem da cobertura jornalística de violência sexual contra a mulher defendidas nos últimos dez anos (2009-2018).



responsabilidade para a vítima, não contribuindo para a construção de uma sociedade baseada na igualdade entre os gêneros. Assim, a hipótese é de que, apesar dos estudos, dos esforços e das vitórias dos movimentos feministas nos últimos anos, o jornalismo ainda não tenha conseguido se desvencilhar de crenças patriarcais e machistas – e continue reproduzindo-as.

A pesquisa se mostra relevante – tanto para os estudos sobre comunicação quanto para a autora, que é mulher cisgênero e jornalista com experiência em reportagem, tendo produzido textos sobre episódios de violência contra a mulher – pois contribui para a ampliação da discussão sobre o papel do jornalismo na compreensão (e na superação) das questões relacionadas à violência de gênero e, consequentemente, às desigualdades de gênero. Conforme mencionado no início da introdução, jornalismo é fenômeno social compartilhado que contribui para a construção da realidade. Assim, por meio das histórias que conta e da forma como o faz, ele pode ignorar temas relacionados a desigualdades de gênero ou incitar debates sobre elas, contribuindo ou não para a construção de uma sociedade mais igualitária em relação ao tema. Estas ideias estão relacionadas ao entendimento de que a realidade é socialmente construída por todos aqueles que fazem parte dela (BERGER; LUCKMANN, 2005) – e é, portanto, constantemente definida e redefinida.

Embora essa possibilidade de constituição contínua evidencie o potencial que os atores sociais – e, entre eles, o jornalismo – têm de contribuir para a transformação da realidade, esse processo pode – e tende a – se dar no sentido de manter a ordem social vigente (TUCHMAN, 1978). Berger e Luckmann (2005) explicam que essa manutenção do *status quo* se dá pela institucionalização de práticas e papéis da vida cotidiana, ou pelo estabelecimento de modelos simbólicos a serem seguidos, o que orienta e até controla a conduta humana. Olhando especificamente para como o jornalismo contribui para a manutenção da ordem vigente, Tuchman (1978) afirma que as notícias se baseiam em recursos sociais e culturais – inclusive os específicos à profissão e à empresa que as publica – para apresentar relatos. Além disso, elas também são utilizadas como recursos sociais e culturais por outros atores sociais, perpetuando algumas ideias e comportamentos. Em outras palavras, se a ordem social vigente é uma em que os homens subjugam mulheres – o que é o caso no Brasil, o que será comentado no capítulo 2 deste

trabalho, é a partir das ideias e crenças desse modelo de sociedade que os textos noticiosos serão produzidos – e assim, vão reforçá-las e reproduzi-las.

A autora ilustra a tendência que o jornalismo tem de contribuir para a manutenção do *status quo* justamente com um exemplo relacionado a questões de gênero: a cobertura sobre a Organização Nacional de Mulheres, entidade feminista fundada nos Estados Unidos em 1966 para promover a igualdade entre homens e mulheres. Conforme ela, “as notícias interpretaram e construíram o período inicial do movimento moderno das mulheres como atividades de queimadoras de sutiã ridículas” (p. 184, tradução nossa)<sup>6</sup>. Baseada em uma análise feita por Morris, a autora afirma que isso foi feito a partir da limitação da cobertura sobre o movimento e do reforço de padrões de cegueira seletiva em relação a mulheres e seus direitos (TUCHMAN, 1978, p. 138). O exemplo contribui para reforçar a importância de um estudo que relacione o jornalismo como ator social e a legitimação ou questionamento do patriarcado.

Pelas questões de que trata, a pesquisa também é relevante em um sentido mais amplo, que supera os estudos sobre comunicação. Estudos e teorias sobre o sistema patriarcal percebem o estupro, assim como outras violências físicas e simbólicas, como ferramenta que tem a função de ajudar a garantir a manutenção desta relação de dominação (BOURDIEU, 2014). É por meio delas que se garante a reprodução, até o ponto da naturalização, de comportamentos e ideias que compõem os papéis de gênero – que nada mais são do que construções sociais, mantendo mulheres e homens em suas devidas posições dentro desta ordem social.

No patriarcado, a violência é um dos aspectos que compõem a virilidade (BOURDIEU, 2014), característica associada ao papel construído para o homem. Assim, a agressividade é algo que não apenas se espera dos homens, mas também que eles devem demonstrar para terem sua virilidade “validada” por seus pares. Por isso – e pelo domínio até recentemente inquestionado dos espaços públicos pelos indivíduos do sexo masculino, a violência dos homens contra as mulheres foi institucionalizada por meio de leis que discriminavam a mulher e não puniam seus agressores (MELLO, 2016; BLAY, 2008). Da mesma forma, naturalizou-se a violência simbólica que serve como ferramenta de controle dos comportamentos

---

<sup>6</sup> No original: “[...] news stories construed and constructed the early period of the modern women’s movement as the activities of ridiculous bra burners”.

femininos, reforçando a subordinação feminina esperada culturalmente. É por medo de se tornarem vítimas das violências perpetradas por homens que as mulheres “aceitam” seguir determinadas regras e perpetuam-nas, repassando-as às mais jovens (OLIVEIRA, 2014).

A partir disso, teorias feministas afirmam que o estupro não pode ser compreendido a partir de casos isolados, mas deve ser observado como uma instituição, ou seja, “uma prática social estruturada com posições e papéis distintos, e com regras (implícitas ou explícitas) que definem quem pode (ou deve) fazer o que e em qual circunstância” (CARD, 1991 apud WHISTNANT, 2017, tradução nossa)<sup>7</sup>. Em outras palavras, o estupro não diz respeito a sexo, afetividade ou intimidade, mas trata-se de uma relação de poder que objetifica e desumaniza a vítima, retirando dela a condição de sujeito de desejos e direitos sobre o próprio corpo (BROWNMILLER, 2013).

Esta ideia fica ainda mais evidente quando observamos que, de acordo com o Anuário de Segurança Pública, em 2018, 66.041 estupros foram reportados às autoridades de segurança e de saúde do país, sendo que a estimativa é de que esse número represente em torno de 7,5% dos casos, devido à subnotificação. Conforme o próprio estudo, os motivos para isso são “medo de retaliação por parte do agressor (geralmente conhecido), medo do julgamento a que a vítima será exposta após a denúncia, descrédito nas instituições de justiça e segurança pública, dentre outros” (BUENO; PEREIRA; NEME, 2019, p. 115).

O Atlas da Violência de 2018 traz estimativa sutilmente mais positiva: os registros correspondem a cerca de 10% do total de casos. A análise dos autores é de que a subnotificação decorre de “tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido” (CERQUEIRA et al., 2017). Com isso, a média de estupros no país deve ficar entre 300 e 500 mil ao ano, o que representa muito mais do que alguns meros episódios.

Dados sobre os estupros coletivos também são alarmantes: de acordo com o Ministério da Saúde<sup>8</sup>, foram registrados 3.132 estupros coletivos em 2015. Em

---

<sup>7</sup> No original: “[...] a structured social practice with distinct positions and roles, and with (explicit or implicit) rules that define who may (or must) do what under what circumstances.”

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1911346paisregistra10estupros-coletivospor dianotificacoesdobramem5anos.shtml>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

2016<sup>9</sup>, foram 3.526 casos, uma média de dez casos por dia. Apesar de preocupante, o número deve ser ainda maior, tanto devido à subnotificação causada pelo tabu em torno do tema quanto porque, conforme o próprio ministério, 30% dos municípios do país não fornecem dados ao sistema nacional.

Isso significa que o combate ao estupro (e outras violências) depende da superação dessas formas de institucionalizar e naturalizar os atos violentos contra a mulher. No campo jurídico, algumas vitórias foram registradas nas últimas décadas, como as leis Maria da Penha (lei 11.340/06) e do Feminicídio (13.104/15). No entanto, conforme argumenta Blay (2002 apud MONTEIRO, 2016), alterar “uma cultura cujas relações sociais de gênero retêm padrões e valores tradicionais e paternalistas vai depender de uma mudança de mentalidade que não será feita exclusivamente por mulheres, mas sim pela sociedade toda”. Daí a importância da ação dos atores sociais, como o jornalismo, na redefinição da realidade e das relações de gênero.

Considerando o exposto até aqui, tem-se que o objetivo geral da pesquisa é, a partir dos enquadramentos das notícias sobre estupro e dos subsídios que os jornais analisados dão a seus leitores para entender e debater a violência sexual contra a mulher, discutir o papel do jornalismo na compreensão e na superação da cultura do estupro e do patriarcado, considerando as potencialidades e as limitações da atividade jornalística. Na medida em que busca aprofundar conhecimentos sobre o papel da comunicação na compreensão (ou não) e na reprodução/superação de um sistema que mantém uma parte dos indivíduos subordinadas à outra – e que, portanto, têm implicações políticas, o estudo trata de comunicação política.

Outros objetivos do estudo são comparar os resultados entre os veículos analisados, destacando semelhanças e diferenças entre publicações de âmbito nacional e local, e propor tipologias de enquadre que possam ser utilizadas em outras pesquisas que investiguem o enquadramento noticioso de coberturas relacionadas à violência contra a mulher. A compreensão deste objetivo está relacionada ao entendimento da metodologia.

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa consiste em uma análise de enquadramentos noticiosos. A metodologia decorre da relação que se pode

---

<sup>9</sup> Os dados foram obtidos pela *Folha de S. Paulo* em 2017. Nos anos posteriores, dados sobre estupros coletivos não foram publicados por órgãos oficiais ou veículos de imprensa.

estabelecer entre as teorias construcionistas do jornalismo e o conceito de enquadramento. Para Tuchman (1978, p. 1), as “notícias são as janelas do mundo”, ou seja, enquadram ou emolduram os acontecimentos, direcionando o olhar dos leitores. A analogia contribui para a compreensão do conceito de enquadramento, originário da pesquisa de Gregory Bateson (1955/1972) na psicologia e sistematizado na sociologia por Ervin Goffman (1986). A ideia diz respeito a princípios ou marcos interpretativos construídos, os quais enfatizam alguns aspectos dos acontecimentos e permitem às pessoas dar sentido e se relacionar com eventos e situações sociais (PORTO, 2004, p. 78).

Na comunicação, a noção foi operacionalizada de diversas maneiras e, conseqüentemente, houve várias tentativas de classificação dos estudos envolvendo análise de enquadramento noticioso (MENDONÇA & SIMÕES, 2012, p.191). Esta pesquisa utilizará como base a classificação proposta por De Vreese (2005), que separa esse tipo de investigação em *issue-specific* e *generic news frames*.

No que diz respeito à análise das notícias, ela se aproximará do tipo *issue-specific*, pois as variáveis e códigos observados se relacionam ao tema e/ou ao evento específico de que tratam os textos que compõem o corpus. As variáveis serão derivadas das funções do enquadramento propostas por Entman (1993) – definição do problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento –, cuja proposta permite que o pesquisador crie tipologias de um caso concreto (RIZZOTTO; ANTONELLI; FERRACIOLI, 2016).

Porém, devido ao objetivo metodológico do estudo, ele também deve se aproximar do tipo *generic news frame*, já que os enquadramentos resultantes não tratarão especificamente do caso estudado, mas, sim, da violência contra a mulher de uma forma mais ampla para que possam ser aplicados em pesquisas realizadas em tempos e locais diversos – uma das características dos enquadres genéricos, conforme De Vreese (2005). Desta forma, pesquisas sobre a cobertura jornalística de variadas formas de violência contra a mulher poderão ser mais facilmente relacionadas, dando a pesquisadores da área uma noção mais ampla de como o jornalismo trata do tema e contribui ou não para a superação dele.

Para cumprir todos os objetivos propostos, o trabalho será dividido da seguinte forma: num primeiro momento, discute-se como o estupro e outras violências contra a mulher representam o jogo de poder que há no patriarcado e, conseqüentemente, contribuem para a manutenção dele. Para isso, o próximo

capítulo apresenta o conceito de patriarcado e os papéis de gênero construídos dentro desse sistema, e relaciona o funcionamento dessa ordem social ao uso de violências simbólicas e físicas, como o estupro. Ele traz ainda informações sobre o contexto brasileiro de ocorrência deste tipo de crime e apresenta, de forma mais detalhada, o caso do estupro coletivo de Castelo do Piauí.

O capítulo seguinte trata das teorias construcionistas do jornalismo, explicando sua origem, que se relaciona à sociologia do conhecimento e à superação dos paradigmas da objetividade e da imparcialidade do jornalismo, e suas ideias acerca da construção da notícia e da realidade. Além de diferenciar as vertentes teóricas existentes dentro deste marco e mostrar à qual se filia esta pesquisa – à linha interacionista –, essa parte do texto se dedica a explicar a tendência que o jornalismo segue de reproduzir a ordem social vigente.

Em seguida, o trabalho apresenta a teoria do enquadramento e a relaciona às teorias construcionistas do jornalismo, para então explicar a operacionalização metodológica de análise de enquadramento noticioso que será utilizada. O capítulo traz ainda informações mais detalhadas sobre o corpus.

A penúltima parte consiste na apresentação dos dados obtidos a partir da análise dos textos e as reflexões e resultados derivados do tensionamento com a base teórica da pesquisa. Ela é seguida das considerações finais.

## 2 O PATRIARCADO E AS VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER

Para chegar à discussão que relaciona jornalismo, violência sexual contra a mulher e patriarcado<sup>10</sup> proposta por esta pesquisa, é preciso compreender como funciona o sistema de dominação dos homens sobre as mulheres – inclusive como ele se utiliza do estupro e de outras violências para se manter e de que forma elas são tratadas nos jornais.

Assim, este capítulo se propõe a explicar o patriarcado e os papéis que homens e mulheres são ensinados a assumir nele, relacionando-os às ideias de dominação e submissão e, conseqüentemente, ao uso das mais diversas formas de violência. A partir disso, explica-se a reprodução dos papéis de gêneros, relacionada, no caso das mulheres, tanto à naturalização das ideias desta ordem social quanto ao medo de sofrer violência e, no caso dos homens, aos entendimentos de que a agressividade faz parte deles e que eles têm direitos sobre os indivíduos do sexo feminino – inclusive sobre os corpos delas. Dessa forma, as violências cometidas contra mulheres, entre elas o estupro, tornam-se ferramenta de manutenção do patriarcado e só podem ser combatidas a partir da compreensão de que fazem parte da estrutura das sociedades patriarcais.

O capítulo apresenta ainda o contexto brasileiro de violência sexual contra a mulher, trazendo dados relacionados à incidência de estupros e informações sobre as leis relacionada a este crime. Por fim, o caso do estupro coletivo de Castelo do Piauí é apresentado em mais detalhes.

### 2.1 PATRIARCADO E PAPÉIS DE GÊNERO

Quase 190 anos após a publicação do livro “Direitos das mulheres e injustiças dos homens” (1832), o qual foi escrito por Nísia Floresta e é considerado o

---

<sup>10</sup> Há um debate, dentro do feminismo, sobre qual seria o termo mais adequado. Saffioti (2015) defende o uso de “patriarcado” pois a palavra, além de exprimir as ideias contidas em termos como “dominação masculina”, “androcentrismo” e “falocracia”, engloba a estrutura desta ordem social, “a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada, que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente” (SAFFIOTI, 2015, p. 107). A defesa da utilização deste termo também é feita por Carole Pateman. Luis Felipe Miguel (2014) acredita que “dominação masculina” é mais adequado pois houve uma transformação nas instituições e relações patriarcais, mas a manutenção da dominação das mulheres pelos homens. Como o debate não é central a este trabalho, ele utilizará ambos os termos – até para evitar repetições demasiadas.



texto fundante do feminismo brasileiro (DUARTE, 2019), é impossível negar a evolução da situação da mulher no país. Se, naquele tempo, elas não tinham acesso à educação ou ao direito de votar, por exemplo, hoje são a maioria em universidades, trabalham fora, ocupam cargos de liderança em empresas e cadeiras nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Não estão mais, pelo menos perante a lei, sob a tutela de pais e maridos, dispõem de (certa) liberdade sexual, libertaram-se de alguns padrões físicos e de comportamento para serem “consideradas mulheres”.

Mesmo assim, elas ainda estão longe de ocupar a mesma posição que os homens – e isso vale tanto para a sociedade brasileira quanto para a maioria das outras, inclusive para aquelas que figuram no topo de rankings que dizem respeito à igualdade de gênero, como Islândia, Noruega e Finlândia<sup>11</sup>. No âmbito político, mesmo podendo votar e disputar eleições, as mulheres não conquistaram condições igualitárias de participação política e ainda há obstáculos diversos, inclusive na estrutura do sistema eleitoral e dos partidos, que as marginalizam e excluem dos espaços político-deliberativos (BIROLI, 2018; AVELAR; RANGEL, 2017).

Além disso, há discriminação salarial das trabalhadoras, segregação ocupacional – as profissões com maior presença feminina ainda costumam ser “aquelas com menor prestígio social e menor remuneração média” (MIGUEL, 2014a, p. 24) – e desigualdade na distribuição das tarefas domésticas, o que proporciona um domínio econômico da vida das mulheres. Há ainda o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva delas, já que são vistas como “objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (SAFFIOTI, 2015, p. 112).

Isso significa que o regime vigente na maioria das sociedades ainda é um que pode ser definido como de opressão, dominação e exploração das mulheres pelos homens<sup>12</sup> – e de manutenção do poder nas mãos dos indivíduos do sexo

---

<sup>11</sup> Na versão mais recente do ranking sobre desigualdade de gênero elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, divulgada em dezembro de 2019, os três países eram os que apresentaram melhor índice de igualdade entre mulheres e homens. O Brasil está na 92ª posição (de um total de 153). Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-sobe-em-ranking-de-igualdade-de-genero-mas-ainda-ocupa-a-92-posicao,70003127929>>. Acesso em: 2 de janeiro de 2020.

<sup>12</sup> Embora fale-se aqui em “homens” e “mulheres”, sabe-se que os grupos não são homogêneos e que é difícil falar em uma identidade única relacionada a cada um deles (MIGUEL; BIROLI, 2014). Além disso, há subgrupos, como negros e pobres, que sofrem opressões dentro de cada um



masculino: é o chamado patriarcado ou sistema de dominação masculina (SAFFIOTI, 2015; SAFFIOTI, 2001; MIGUEL, 2014a; BOURDIEU, 2019). A manutenção do regime se dá, de acordo com Saffioti (2015), porque “a base material do patriarcado não foi destruída” (Ibid., p. 112) ou, conforme Miguel (2014a), pois “permanecem em ação mecanismos que produzem desigualdades que sempre operam para a desvantagem das mulheres” (Ibid., p. 18).

Conforme os autores, a dominação masculina se fundamenta na crença de que a natureza diferenciada de homens e mulheres se reflete em uma hierarquia na qual os homens seriam superiores – e, portanto, os que deveriam dominar – e as mulheres, inferiores – e, portanto, as que deveriam se submeter aos homens e às normas estabelecidas por eles. Contudo, além de não estabelecerem de fato uma hierarquia natural, as diferenças sexuais existentes entre indivíduos fêmeas e machos serviram de base para a construção social de significados sobre o que é ser mulher/homem (SAFFIOTI, 2001; BUTLER, 2017; LAMAS, 2013; BEAUVOIR, 2016).

Assim, o que se criou a partir da ideia de superioridade masculina foram crenças, discursos e práticas que reiterassem esta hierarquia como fenômeno natural, além de estruturas e leis que sustentassem e institucionalizassem esta ordem social – a tal ponto que “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la” (BOURDIEU, 2014, p. 24). Isso tudo corresponde à base material do patriarcado de que fala Saffioti (2015) ou aos mecanismos a que se refere Miguel (2014a) – além de compor o ambiente no qual os seres humanos são socializados, ou seja, onde aprendem sobre ser homem/mulher. Daí a máxima de Beauvoir (2016, p. 11) que afirma que “ninguém nasce mulher; torna-se mulher” e a persistente reprodução de crenças e comportamentos machistas por parte de mulheres, apesar da evolução e das vitórias do movimento feminista (SAFFIOTI, 2015; BOURDIEU, 2014).

Com isso em mente – e pensando no tema da violência sexual contra a mulher –, é importante buscar compreender que ideias a socialização dentro desta ordem incute em mulheres e homens sobre como cada grupo deve ser e se comportar.

---

desses grupos. No caso das mulheres, quando raça e classe se interseccionam com a questão de gênero, cria-se uma experiência de opressão, dominação e exploração bastante diversa e muito mais grave do que no caso de uma mulher branca de alta classe social (HOOKS, 2000; SAFFIOTI, 2015; MIGUEL; BIROLI, 2014).

### 2.1.1 Construções sobre o masculino e o feminino no patriarcado

As construções sociais baseadas na diferença sexual mencionadas no fim do subcapítulo anterior estão situadas no âmbito do que chamamos “gênero” (SAFFIOTI, 2001; BUTLER, 2017; LAMAS, 2013; BEAUVOIR, 2016). Conforme Lamas (2013), apesar dos indícios biológicos<sup>13</sup>, as sociedades costumam reconhecer apenas indivíduos do sexo feminino e masculino. Citando Lévi-Strauss, a autora explica que isso se dá pelo princípio da oposição binária que rege os discursos culturais. Assim, nos regimes de dominação masculina, além de corresponderem aos sexos masculino e feminino, as construções de gênero – masculinidade e feminilidade patriarcais – se dão em uma relação de oposição e consideram a suposta superioridade do homem.

Seguindo esta lógica, Saffioti (2015) afirma que, no patriarcado, enquanto os homens são qualificados de forma positiva, as mulheres são associadas a características negativas – ideia reforçada por Miguel (2014b), que afirma que além de terem sua suposta inferioridade reiterada por pensadores de diversos tempos, as mulheres são apontadas como perversas e não confiáveis pela mitologia judaico-cristã. Já Bourdieu (2019) diz que os homens são considerados dominantes, quentes e abertos, além de pertencerem ao ambiente externo (espaço público), enquanto as mulheres seriam dominadas, frias e fechadas, além de pertencerem ao ambiente interno (espaço privado). Ambos mencionam o fato de os indivíduos do sexo masculino serem socializados para serem agressivos, tomarem iniciativa e ocuparem espaço, enquanto os do sexo feminino aprendem a “desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores (SAFFIOTI, 2015, p.37), além da “arte de ‘se fazer pequena’” (BOURDIEU, 2019, p. 53).

Dentre os citados, o aspecto que se relaciona mais intimamente à questão da violência é a dualidade agressividade/doçura, já que implica na construção de um modelo de masculinidade violenta e de uma feminilidade passiva. Ao falar sobre essa masculinidade, Urra (2014) destaca que as características mais valorizadas nos homens são honra, coragem, força, heroísmo, virilidade, ousadia e audácia, e

---

<sup>13</sup> A partir do trabalho de Anne Fausto-Sterling (1993), a autora explica que a combinação entre genes, hormônios, gônadas, órgãos reprodutivos internos e órgãos reprodutivos externos – fatores que, de fato, determinam o sexo de uma pessoa – resultam em cinco possibilidades diferentes: indivíduos do sexo masculino, indivíduos do sexo feminino, hermafroditas, hermafroditas masculinos e hermafroditas femininos.

lista comportamentos que os homens são ensinados desde a infância, como correr riscos para provar coragem e ousadia ou usar a violência para provar força.

Conforme o autor, os reflexos desta socialização podem ser percebidos em diversos âmbitos. Para exemplificar, ele cita dados de 2009 e 2010 que indicam que os homens eram a maioria entre os mortos em acidentes de trânsito (81,4% em 2009), a população carcerária (92,6%) e os assassinados no país (91,4%). Dados atuais corroboram as informações apresentadas: de acordo com o Ministério da Saúde<sup>14</sup>, 82% das vítimas fatais de acidentes de trânsito em 2017 foram homens e, conforme o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, do Conselho Nacional de Justiça, 95% da população carcerária do país é do sexo masculino.

Além disso, a naturalização da agressividade/proatividade como característica masculina e da doçura/passividade como qualidade feminina afeta o comportamento sexual dos indivíduos. Assim, homens são educados para agirem como “caçadores” de uma parceira, enquanto as mulheres são ensinadas a serem “caça” (SAFFIOTI, 2015). Ao mesmo tempo, eles também aprendem a encarar as representantes do sexo oposto como objetos de desejo sexual, enquanto elas são ensinadas a associar sexualidade a romance e afeto (URRA, 2014).

Dessa socialização decorrem ideias como a de que o homem deve tomar atitudes nos campos amoroso e sexual, enquanto às mulheres cabe esperar e negar qualquer investida ou vontade sexual (BIROLI, 2014). A negativa deve também estar implícita nas roupas e nos comportamentos femininos, sempre contidos e recatados. Outra consequência é a criação do mito da incontrollabilidade da sexualidade masculina (SAFFIOTI, 2015), que naturaliza a ideia de que um homem pode – e deve – ter várias parceiras sexuais (mas a mulher, não) e deposita ainda mais sobre as mulheres a responsabilidade de negar investidas sexuais e evitar que elas se concretizem em atos sexuais.

Outro aspecto das construções sobre o masculino e o feminino que deve ser comentado é a suposta aptidão natural dos indivíduos para ocuparem determinados espaços, a qual costuma ser associada ao papel de cada um dos sexos na reprodução. É a partir dela que se atribui às mulheres o papel de dedicação

---

<sup>14</sup> CASTILHO, I. Homens são os que mais morrem de acidentes no trânsito. Agência Saúde, Brasília, 24 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45466-homens-sao-maiores-vitimas-de-acidentes-no-transito>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

prioritária<sup>15</sup> à vida doméstica e aos familiares (BIROLI, 2014; BLAY, 2014), enquanto os homens devem ser os provedores e os responsáveis pela tomada de decisões que dizem respeito à sociedade (SAFFIOTI, 2015).

Em resumo, o sistema patriarcal construiu a imagem dos homens como seres fortes, viris e corajosos, naturalmente preparados para assumirem o papel de provedores de suas casas e tomarem decisões relacionadas a suas famílias e até a toda a sociedade. As mulheres, por outro lado, são representadas como fracas, passivas e contidas, naturalmente preparadas para se dedicarem às tarefas domésticas e à família – mantendo-se, sempre que possível, dentro de casa – e inadequadas para o estudo, as profissões privilegiadas e a participação nos espaços de decisão. São, assim, inferiores aos e dependentes dos homens.

Embora o próprio movimento feminista tenha conseguido promover algumas mudanças relacionadas a parte destas ideias, é importante ressaltar que, ao elaborá-las e atribuir aos homens e mulheres papéis específicos, o patriarcado cria ideais a serem seguidos e, mais do que isso, validados e/ou julgados pelos outros membros da sociedade (BOURDIEU, 2014; BIROLI, 2014, URRÁ, 2014). Dessa forma, coloca tanto homens quanto mulheres sob a pressão de demonstrar que são “como se deve ser” – o que acaba sendo uma forma de opressão para todos. Para Bourdieu (2019), é por isso que os homens se engajam em jogos de violência – inclusive estupros coletivos –, que nada mais são do que provas de virilidade.

Outra questão é que ao não conseguirem corresponder ao ideal masculino, os homens tendem a reagir com violência (SAFFIOTI, 2015). Daí, por exemplo, a associação feita por Saffioti (2015) entre altos índices de desemprego e o aumento de casos de violência doméstica. Assim, torna-se imperativo pensar não apenas na importância das elaborações de gênero apresentadas para o patriarcado, mas também na relação bastante próxima que elas têm com a violência.

### 2.1.2 As violências perpetradas contra a mulher

---

<sup>15</sup> Fala-se aqui em “dedicação prioritária” e não exclusiva, pois as experiências das mulheres variam de acordo com raça e classe social. Mulheres negras e pobres parcial ou totalmente responsáveis pelo sustento de suas famílias, por exemplo, sempre “trabalharam fora”, mesmo que em empregos de pouco prestígio e remuneração baixa (MIGUEL; BIROLI, 2014; HOOKS, 2000).

Além de ser inerente à masculinidade patriarcal, a violência é considerada uma das bases do patriarcado, essencial para a manutenção do *status quo* (SAFFIOTI, 2015; BLAY, 2014). Conforme Saffioti (2015), isso se dá pois o regime não pressupõe uma aceitação passiva e pacífica da dominação de um grupo pelo outro, ele “deixa livre aos seus subordinados, homens e mulheres, especialmente estas últimas, a iniciativa de agir, cooperando nesse processo, mas também solapando suas bases” (Ibid., p. 125). Assim, a violência foi uma forma de coagir o grupo subordinado a “cooperar” e acabou incorporada à estrutura do patriarcado.

Aqui vale fazer uma ressalva: embora esta pesquisa trate de um tipo de específico de violência – o estupro – quando exercido contra um grupo específico – as mulheres –, é preciso dizer que não são apenas as mulheres que estão subordinadas ao sistema de dominação masculina – homens e crianças também o são. Da mesma forma, a violência não é perpetrada apenas pelos homens, tendo somente mulheres como vítima: ela é cometida tanto por homens quanto por mulheres, principalmente contra mulheres e crianças.

Isso fica claro quando se retoma a ideia de que, ao mesmo tempo em que estabelece padrões para as mulheres, o patriarcado os estabelece para os homens. Além disso, é preciso lembrar que os grupos de indivíduos do sexo masculino e feminino não são homogêneos: eles são perpassados por questões como raça, classe e orientação sexual, as quais também representam, em nossa sociedade, hierarquias e fazem com que eles tenham experiências, inclusive de dominação, exploração e opressão, diferentes (SAFFIOTI, 2015; HOOKS, 2000; MIGUEL; BIROLI, 2014).

Conforme citado em nota de rodapé na página 29, a relação da mulher com o trabalho “fora de casa”, por exemplo, sempre dependeu da cor da pele e da classe social à qual ela pertence: mulheres brancas pertencentes à classe média ou alta tiveram que conquistar o direito de trabalhar fora, já que se considerava que poderiam ser somente donas de casa, enquanto negras e pobres sempre trabalharam, embora em funções de pouco prestígio e com salários baixos.

Outro exemplo é a própria relação com a violência sexual, que tem um viés racista. Durante os regimes de escravidão, as mulheres negras eram comumente estupradas por aqueles que se denominavam seus senhores. Assim, o estupro era “uma expressão direta do suposto direito de propriedade sobre pessoas negras” (DAVIS, 2016, p. 180), servindo principalmente para reafirmar o poder do homem

branco – embora tivesse outras consequências, inclusive a manutenção do regime escravocrata a partir da geração de filhos, que não seriam brancos ou “legítimos”, sendo, portanto, também escravizados (BROWNMILLER, 2013)<sup>16</sup>.

De acordo com Bourdieu (2019), são dois os tipos de violência que integram o regime patriarcal: a física e a simbólica, que se relaciona muito mais às estruturas do sistema, podendo ser exemplificada pelo fato de as mulheres apreenderem maneiras de falar, de pensar e de agir que são próprias do patriarcado. Em outras palavras, quando indivíduos do sexo feminino são ensinados a acreditarem na ideia de que são inferiores, aceitam as normas impostas a elas e repassam essa maneira de ser para as mais jovens, elas estão sofrendo violência simbólica.

Sobre este tipo de violência é importante destacar dois pontos: o primeiro diz respeito à sutileza com que é exercida, o que faz com que seja difícil de ser reconhecida e, portanto, combatida. O segundo trata do papel dela na determinação – e reprodução – das ideias que representam o que é um comportamento normal para as mulheres e o que é um comportamento divergente, as quais serão reproduzidas não só por indivíduos, mas também por instituições da sociedade – inclusive pelo jornalismo (BOURDIEU, 2019). É a partir dessas concepções que as mulheres terão suas condutas aprovadas ou condenadas.

Quanto à violência não-simbólica, é importante notar que, apesar da classificação de Bourdieu (2019), ela não se restringe à física. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), por exemplo, que trata de violência doméstica, descreve cinco tipos diferentes de violência que a mulher pode sofrer: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, sendo que, de forma geral, nenhum tipo é sofrido isoladamente:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

---

<sup>16</sup> A relação entre estupro e racismo tem inúmeras facetas que não serão exploradas aqui, mas que devem ser observadas com atenção. Uma delas é o fato de que a contínua violação de escravas rendeu às mulheres negras – e não a seus agressores – o estereótipo de hiperssexualizadas e promíscuas. Outra é a questão do mito do estuprador negro, que tenta dissociar este tipo de violência dos homens brancos (DAVIS, 2016).

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; ([Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018](#))

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

Uma classificação como essa, que dá conta de diversos âmbitos da vida das mulheres e detalha como elas são afetadas pela violência, só se tornou possível a partir do esforço do feminismo contemporâneo para “criar e sustentar maior conscientização cultural sobre violência doméstica” (HOOKS, 2000, p. 61, tradução nossa<sup>17</sup>), a qual era invisibilizada tanto pela própria dominação masculina – que faz com que homens acreditem que têm direito, inclusive, ao corpo das mulheres, para agredi-los ou para se satisfazerem sexualmente – quanto pela ideia de que o que acontecia dentro de casa, no espaço privado, não dizia respeito ao poder público (BLAY, 2014; BIROLI, 2014; PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998). Blay (2014) cita ainda o desvendamento da violência contra a população negra e LGBT como importantes impulsionadores do desnudamento das violências inerentes ao sistema de dominação masculina.

---

<sup>17</sup> No original: “By far one of the most widespread positive intervention of contemporary feminist movement remains the effort to create and sustain greater cultural awareness of domestic violence [...]”.



Esses movimentos também permitiram a visibilização do fato de que, nesta ordem social, é “normal e natural que homens maltratem suas mulheres” (SAFFIOTI, 2015, p. 79). Para a autora, mais do que tolerar esse tipo de comportamento, a sociedade o incentiva, inclusive por meio de leis discriminatórias. Exemplos brasileiros são os Códigos Penais de 1830 e 1890, que traziam penas diferentes para mulheres e homens que cometessem adultério: elas seriam presas por até três anos caso traíssem seus maridos, mesmo que uma única vez, enquanto eles só teriam a mesma punição se mantivessem concubina. A partir de 1890, a lei previa ainda uma excludente de ilicitude da “perturbação dos sentidos e da inteligência” para os casos em que marido ferisse ou matasse sua esposa ao flagrar a traição (BRASIL, 2017; BLAY, 2008). Conforme veremos adiante, essas e outras discriminações legais foram superadas.

É em parte por essa permissividade, que é inclusive legal, que a violência contra a mulher – e toda a violência que reproduz os padrões dela, mesmo quando perpetrada por mulheres – é considerada, no feminismo, como sistêmica e institucional. Hooks (2000), por exemplo, chama essas violências todas de “patriarcais”, o que indica a relação que têm com a própria ordem social estabelecida, contribuindo para sua manutenção. Sobre isso, é importante destacar que não é apenas a partir do uso da violência que se mantém o *status quo* do patriarcado: é também pela constante ameaça de que ele poderá ser feito, já que as próprias mulheres acabam acatando a normas dadas pela sociedade e estabelecendo novos limites à sua existência a partir do medo (SAFFIOTI, 2015; OLIVEIRA, 2014). Oliveira (2014) escreve:

O medo do crime e da iminência da violência limita de várias maneiras a vida das mulheres, desde o aparentemente inofensivo ritual de não andar sozinha à noite, até formas mais restritivas, como não aceitar certos trabalhos, não frequentar aulas noturnas, evitar totalmente as ruas, ou ignorar os piropos na rua. Deste modo, o medo da violência reforça a hierarquia dos sexos e organiza um consentimento sobre os códigos comportamentais e a identidade sexual normativa das mulheres. (OLIVEIRA, 2014, p. 9).

Assim, com base no trabalho da socióloga Esther Madriz (1997), a autora explica que essas limitações se impõem a partir do entendimento de que determinadas práticas ou normas, mesmo que pareçam – e de fato sejam – limitantes, servem ao “próprio bem” das mulheres. As regras, então, se estabelecem



e são reproduzidas pelas próprias mulheres, reforçando os papéis de gênero e estabelecendo os comportamentos adequados e inadequados para as mulheres, conforme explicado no início desta capítulo. Com isso, elas também tornam desnecessárias o que a autora chama de “agências de controle” do comportamento feminino, já que as próprias mulheres ensinam essas regras umas às outras e exercem este controle.

Falando especificamente sobre o estupro – violência do tipo “sexual, física, psicológica, praticada dentro e/ou fora do âmbito doméstico-familiar” (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998), o “caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher” (SAFFIOTI, 2001) e a violência-tema desta pesquisa, Brownmiller (2013) vai além e afirma que o medo, mais do que estabelecer hábitos e rituais cotidianos, pode ter sido o grande motivador da aceitação, por parte das mulheres, da dominação masculina e de todas as instituições essenciais ao patriarcado – como o casamento heteroaferivo monogâmico – e da transformação delas em propriedade masculina. “O preço histórico pela proteção da mulher pelos homens contra os homens foi a imposição da castidade e da monogamia. Um crime cometido contra o corpo dela tornou-se um crime contra a propriedade masculina” (Ibid., p. 17, tradução nossa<sup>18</sup>).

Assim, da mesma forma que o patriarcado não teria sido/é possível sem a violência, para que todos esses tipos de violência deixem de ser praticados, é preciso haver uma transformação nas crenças e estruturas da ordem social com o objetivo de preservar diferenças e eliminar desigualdades (SAFFIOTI, 2015; HOOKS, 2000; BLAY, 2003), ou seja, por fim ao regime patriarcal.

## 2.2 CONTEXTO BRASILEIRO DE VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER

O regime de dominação masculina é o que vigora no Brasil, provavelmente desde que ele começou a se formar como o país que conhecemos hoje e em decorrência da herança cultural portuguesa (DUARTE, 2019). As desigualdades entre homens e mulheres existentes na sociedade brasileira vêm sendo denunciadas pelo menos desde o século 19, quando Nísia Floresta escreveu sobre

---

<sup>18</sup> No original: “The historic price for woman’s protection by men against men was the imposition of chastity and monogamy. A crime committed against her body became a crime against the male estate.”

a falta de acesso das mulheres à educação. Desde então diversos avanços foram obtidos no sentido de reduzi-las. Contudo, no âmbito da violência, parte significativa do progresso se concentrou nas últimas duas décadas.

O tema da violência contra a mulher entrou na agenda feminista brasileira no fim dos anos 1970 (GROSSI, 1994; BARSTED, 2011), por meio de manifestações contra o assassinato de mulheres e casos de assédio sexual (GROSSI, 1994). As ações – que acabaram se voltando muito mais para a questão do homicídio de mulheres por seus maridos e companheiros – resultaram na criação, na década seguinte, de grupos de acolhimento para mulheres que sofriam violência dentro de casa, os SOS Mulher, e delegacias especializadas, as Delegacias da Mulher. Contudo, eram poucos os subsídios disponíveis para mostrar a relevância do tema para a sociedade, já que os estudos acerca dele eram escassos.

Os primeiros levantamentos nacionais que compilaram informações importantes para sensibilizar a sociedade e os governos sobre o tema e orientar estudos posteriores datam dos anos 1980. Na década seguinte, a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher concluiu que o acesso a informações sobre esse tipo de violência e sobre as instituições responsáveis por combatê-la era realmente muito difícil (ARTIGO 19, 2015)<sup>19</sup> – contudo não houve muita mudança neste cenário.

Foi apenas nos anos 2000 que vieram as pesquisas e ações que, de fato, investigaram qual era a experiência das mulheres nos espaços públicos e privados, instituíram a compilação de dados sobre o assunto e criaram as bases para o desenvolvimento da rede que hoje há à disposição das mulheres em situação de violência (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015<sup>20</sup>). Entre os estudos de destaque estão a pesquisa nacional feita pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias da Mulher (2001), primeiro mapeamento sobre as reais condições desses espaços de atendimento à mulher, e a pesquisa nacional de opinião sobre as mulheres brasileiras e suas experiências

---

<sup>19</sup> ARTIGO 19. **Violência contra a mulher no Brasil**: acesso à informação e políticas públicas. 2015. São Paulo: Artigo 19, 2015. Disponível em: < <https://artigo19.org/blog/2015/03/09/violencia-contra-a-mulher-no-brasil-acesso-a-informacao-e-politicas-publicas/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

<sup>20</sup> INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência contra as mulheres em dados**. São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

nos espaços público e privado da Fundação Perseu Abramo (2001). No âmbito das ações, a lei 10.778/2003 estabeleceu a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher atendidos em serviços de saúde públicos e privados de todo o país.

A partir disso, vieram importantes vitórias do movimento feminista brasileiro para combater a violência contra a mulher no âmbito legal. Foram elas, por ordem de implantação: a tipificação da violência doméstica (lei 10.886/2004), que deu maior visibilidade à violência perpetrada no “espaço privado”; a criação da Lei Maria da Penha (lei 11.340/2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; a alteração da lei do estupro (lei 12.015/2009), a partir da qual não só a “conjunção carnal” (penetração pênis-vagina) é reconhecida como estupro, mas qualquer prática de cunho sexual, desde que ocorra sem o consentimento da vítima e mediante violência ou grave ameaça; e a tipificação do feminicídio (lei 13.104/2015), que previu que crimes de homicídio com vítimas mulheres podem ser qualificados como feminicídio se resultado de violência doméstica ou intrafamiliar ou de discriminação da vítima por ser mulher – e que classificou o feminicídio como crime hediondo.

É importante lembrar, porém, que para chegar a isso também foi necessário superar legislações historicamente bastante machistas, que institucionalizavam a inferioridade feminina, como as Ordenações Filipinas<sup>21</sup>; puniam mulheres de maneira muito mais severa do que homens em caso de adultério, como o Código Criminal de 1830; e justificavam a violência de homens contra mulheres a partir de ideias como legítima defesa da honra<sup>22</sup> e crime passionai, como os Códigos Penais de 1890 e 1940 (BRASIL, 2017; SOARES et al, 2016).

Devido a todas essas mudanças e ao crescimento no interesse sobre o tema, hoje, uma série de dados são divulgados anualmente tanto pelo governo quanto por organizações voltadas para o combate à violência contra a mulher e à

---

<sup>21</sup> Durante aproximadamente 350 anos, o Brasil não teve legislação própria e seguiu as Ordenações Filipinas, da União Ibérica/Portugal (BRASIL, 2017). Conforme elas, as mulheres apresentavam uma “fraqueza do entender” (Ibid., p. 9) que demandava que fossem tuteladas por seus pais e maridos – os quais, por sua vez, podiam puni-las, se necessário, com pauladas, pedradas ou outros castigos moderados. Em caso de adultério, o homicídio da esposa estava autorizado, precisando apenas haver rumores públicos para justificá-lo (Idem).

<sup>22</sup> A figura da legítima defesa da honra foi definitivamente afastada por decisão do Superior Tribunal de Justiça em 1991 (Recurso Especial 1.517, de 11 de março de 1991), mas é invocada até hoje pela defesa de homens acusados de agressão ou homicídio de suas esposas por causa de adultério (SOARES et al., 2016), mesmo após a aprovação da Lei do Feminicídio, em 2015.

desigualdade de gênero, o que contribui para a construção de um panorama do problema e para a criação de políticas públicas para atacá-lo. Os mais recentes são do Anuário de Segurança Pública 2019, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mostram que, em 2018, foram registrados 1.206 feminicídios no Brasil – e a maioria deles, 29,8%, vitimou mulheres entre 30 e 39 anos –, 263.067 casos de lesão corporal grave em situações caracterizadas como violência doméstica<sup>23</sup> e 53.726 estupros com vítimas do sexo feminino. Desde que começaram a ser contabilizados, os números crescem – o que se nota pelos dados do próprio Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em 2016, o Anuário indicou que 4.606 mulheres haviam sido assassinadas no país, mas que apenas 621 casos foram classificados como feminicídio, o que significava conforme o documento, dificuldades para promover o entendimento acerca da – e, consequentemente, aplicar a – Lei do Feminicídio. No mesmo ano, foram 49.497 estupros. O crescimento registrado de lá para cá é, ao mesmo tempo, preocupante e importante. Preocupante pois mostra que há um alto índice de violência contra a mulher e a superação dele é um desafio para a sociedade. Porém, dado o histórico de subnotificação dessas violências, o aumento nos registros também significa que há mais denúncias sendo feitas e que, pouco a pouco, a conscientização sobre elas também cresce.

Os dados indicam ainda que, apesar dos esforços para combater a violência contra a mulher, os índices seguem altos. Para Biroli (2014b), essas dificuldades em reduzir os índices está associada à ideia de que a sociedade tolera formas cotidianas da dominação masculina, inclusive as violentas, o que também foi apontado por Saffioti (2015). Já Blay (2003) destrincha essa ideia de tolerância em uma série de fatores:

---

<sup>23</sup> O dado não especifica se todas as vítimas são do sexo feminino, já que a violência doméstica pode atingir homens e mulheres de qualquer idade. Contudo, as principais vítimas são do sexo feminino.

Reunindo-se os vários dados analisados, depreende-se que essa contradição [ocorrência de crimes contra a mulher, apesar de todas as mudanças na legislação e na sociedade] perdura por várias razões, tais como: a persistente cultura de subordinação da mulher ao homem de quem ela é considerada uma inalienável e eterna propriedade; uma recorrente dramatização romântica do amor passionai, sobretudo na televisão e no rádio, em que realidade e imaginário se retroalimentam; na facilidade com que os procedimentos judiciais permitem a fuga dos réus; na pouca importância que as instituições do Estado dão à denúncia e ao julgamento dos crimes contra as mulheres e meninas. (BLAY, 2003, p. 96).

Em resumo, as mudanças na legislação não se refletiram em uma mudança significativa no modo de pensar a condição da mulher em nossa sociedade e a violência contra ela. Dessa forma, os discursos patriarcais continuaram sendo reproduzidos em diversos âmbitos, como mostra a observação da forma como o próprio jornalismo – que é construção social influenciada por, entre outros fatores, a cultura na qual está inserido – vem tratando essas questões.

Ao se debruçar sobre a cobertura feita sobre casos de feminicídio, Blay (2003, p. 93) identifica que até a década de 1980, “as vítimas eram apresentadas como causadoras de sua própria morte e havia um visível apoio aos assassinos”, já que era bem aceita a ideia de que os homens seriam levados a cometer o crime por uma suposta infidelidade da mulher ou por ela querer terminar o relacionamento. Conforme a autora, a partir da década de 1990, houve uma mudança nas coberturas, que se tornaram mais investigativas e mais neutras, além de começarem a questionar julgamentos que facilitavam a fuga dos réus.

Contudo, pesquisas mais recentes indicam que essa mudança – assim como aquela que se deu na sociedade – foi insuficiente para superar crenças e ideias machistas. Lançando um olhar mais abrangente para publicações noticiosas sobre violência contra a mulher, o estudo “Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra Mulher” (ANDI; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2011) conclui que, embora seja tema presente nos jornais, a violência contra a mulher é tratada de maneira superficial e episódica. Além disso, a pesquisa identifica que as notícias são construídas principalmente a partir de relatos da polícia e que “não oferecem um olhar crítico sobre as causas do fenômeno e não discutem propostas ou soluções para o problema” (Ibid., p. 6).

Outro estudo, feito com base em notícias sobre feminicídio publicadas entre 2015 e 2017, também identificou que a maioria dos textos publicados nos jornais no período tratava de casos individuais – e extremos – de homicídio de mulheres, em

detrimento de uma cobertura contextualizada e que estimule uma reflexão sobre as causas desse tipo de violência (PRADO; SANEMATSU, 2017). Além disso, as autoras apontaram que as notícias costumam culpabilizar as vítimas pela violência sofrida, além de reforçar estereótipos de gênero e comportamentos socialmente esperados das mulheres – principalmente os que dizem respeito à sexualidade.

Há ainda os estudos citados na introdução desta pesquisa, que, conforme apontado, revelam que os jornais costumam legitimar e reiterar discursos que minimizam a culpa do agressor e transferem a responsabilidade para a vítima. Um exemplo é Monteiro (2016), que ao se debruçar sobre parte da cobertura do caso Roger Abdelmassih feita pela *Folha de S. Paulo*, identificou o uso de termos inadequados para identificar vítimas e agressor, além da presença de erros jurídicos e julgamentos morais nas notícias. Assim, além da reprodução de visões patriarcais sobre as vítimas, a autora concluiu que o jornal não divulgou informações que poderiam contribuir para a construção da cidadania das mulheres.

Outro é a pesquisa de Cardoso (2015), que abrange textos noticiosos, opinativos e uma publicação de rede social. No âmbito das notícias, que tratavam de casos de violência sexual e foram publicadas nos portais eletrônicos G1 e R7, a autora identificou que ocorre a culpabilização da vítima e a reprodução da suposta inferioridade feminina a partir da legitimação e reiteração de discursos patriarcais.

Além de servirem para uma melhor compreensão sobre o tratamento dado ao tema pela imprensa, esses estudos contribuíram para que fossem levantadas as características adequadas de coberturas sobre violência contra a mulher. Prado e Sanematsu (2017), por exemplo, explicam que as notícias sobre esse tipo de violência devem incluir um contexto, explicitar que a principal causa para violência doméstica, feminicídios e estupros é a naturalização da desigualdade entre os sexos, a qual faz com que o agressor sinta-se no direito de controlar, disciplinar e possuir uma mulher, e enfatizar a necessidade de promover a igualdade de gêneros para de fato combater esse tipo de violência. Além disso, as autoras orientam os jornais a não revitimizar as vítimas ou reforçar estereótipos de gênero, consultar fontes especializadas e divulgar canais de denúncia e serviços.

Utilizando como base o manual “Cómo tratar bien a los malos tratos: Manual de estilo para medios de comunicación”, do Instituto Andaluz de la Mujer, e o informe “Pautas y herramientas para la cobertura periodística”, da associação civil Periodismo Social, Santoro (2007) reúne orientações semelhantes, destacando

ainda que os textos devem evitar diminutivos e apelidos que denotem uma familiaridade com as mulheres – a qual, provavelmente, não existe – e tomar todas as precauções para não expor as vítimas. Além disso, a autora reforça a necessidade de abandonar o uso do termo “crime passionai”, para que a ideia de um crime motivado por paixão seja abandonada. Todas estas orientações também contribuem para o processo de análise desta pesquisa.

### 2.2.1 O caso de Castelo de Piauí

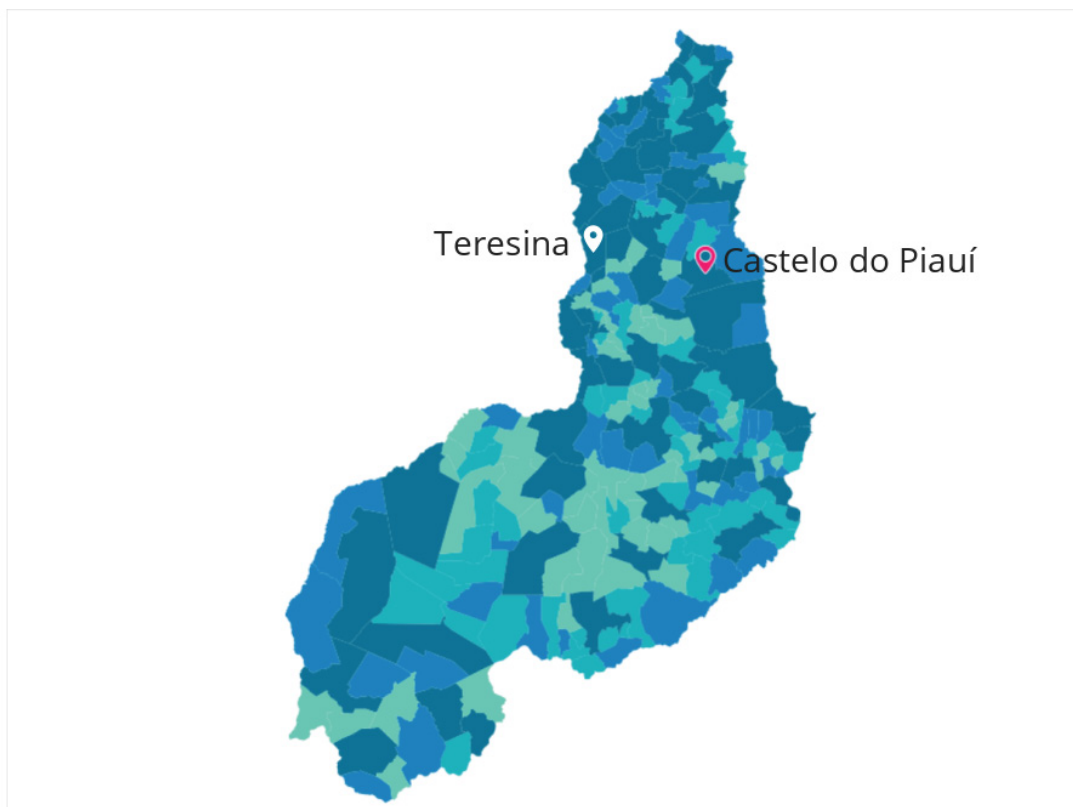
O episódio que ficou conhecido como “caso de Castelo do Piauí” ou “estupro coletivo de Castelo do Piauí” – e que é objeto desta pesquisa – aconteceu entre a tarde e noite do dia 27 de maio de 2015 em Castelo do Piauí, município de aproximadamente 19,716 mil habitantes<sup>24</sup> que fica a 190 quilômetros de Teresina e a cerca de 80 quilômetros da divisa do estado com o Ceará, conforme mostra o mapa abaixo:

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DE CASTELO DO PIAUÍ

---

<sup>24</sup> O número corresponde à estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 2019. No último censo, de 2010, o município contava com 814.230 habitantes. As informações estão disponíveis no site IBGE Cidades, disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/castelo-do-piaui/panorama>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.





FONTE: IBGE (2019)

De acordo com os jornais analisados por este estudo, I.C.S., de 16 anos, J.L.S., de 15 anos, D.R.F., de 17 anos e R.N.S.R., de 17 anos saíram de casa por volta das 16 horas e dirigiram-se a um morro chamado Morro do Garrote para tirar fotos da paisagem da cidade. Lá, encontraram Adão José Sousa, de 41 anos, e os quatro adolescentes B.F.O., de 15 anos, G.V.S., de 17 anos, I.V.I., de 15 anos e J.S.R., de 16 anos, que as abordaram e deram início ao que foi chamado pelo jornal *Folha de S. Paulo* de “sessão de tortura”<sup>25</sup>: as jovens foram amarradas, estupradas e agredidas com socos, pedras e facas antes de serem jogadas de um penhasco de aproximadamente 10 metros de altura. Detalhes da crueldade do crime são dados pelo jornal *O Globo*:

---

<sup>25</sup> REIS, L. Garota de 17 anos vítima de estupro coletivo morre no Piauí. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de junho de 2015. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1640061-garota-de-17-anos-vitima-de-estupro-coletivo-morre-no-piaui.shtml> >. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.



De acordo com o delegado, uma das meninas ficou com o rosto completamente desfigurado por conta dos espancamentos e fez uma cirurgia de reconstrução da face. Uma outra garota teve os bicos dos dois seios arrancados por uma faca, e outra, várias perfurações de faca pelo corpo inclusive na coxa e no peito. (RIBEIRO, 2015).

As vítimas foram encontradas por moradores do município e encaminhadas ao hospital em estado bastante grave, com ferimentos como esmagamento no crânio, perda de massa encefálica, fraturas em diversas partes do corpo, esmagamento na face, edemas e perfurações no corpo. Após o atendimento, o estado de duas delas foi estabilizado, mas as outras duas continuaram em situação delicada – até que no décimo primeiro dia após o crime, Danielly Rodrigues Feitosa, de 17 anos, não resistiu e faleceu. A outra jovem em estado grave permaneceu internada por aproximadamente um mês devido a um traumatismo craniano e perda de massa encefálica.

Os adolescentes responsáveis pelo crime foram apreendidos pela polícia militar do município um dia após o ocorrido. De acordo com relatos da polícia e dos familiares das vítimas, eles estavam no morro visitado pelas jovens ajudando a esconder Adão José Sousa, que estava foragido da polícia após assaltar um posto de gasolina. Três deles confessaram a participação no episódio, mas alegaram estarem sob efeito de drogas. Todos eles foram denunciados – e considerados culpados – por atos infracionais análogos a estupro qualificado (contra menor de 18 anos), homicídio com cinco qualificadoras (motivo torpe, tortura acometida por meio cruel, impossibilidade de defesa das vítimas, ocultação do crime de estupro e feminicídio), tentativa de homicídio e associação criminosa. Porém, perante o juiz, apenas um jovem manteve a versão de que, junto com Adão José Sousa, o grupo teria estuprado, agredido e jogado as vítimas do penhasco: Gleison Vieira da Silva, de 17 anos, que acabou espancado até a morte pelos cúmplices dentro do alojamento para menores infratores em que estavam internados, no dia 17 de julho daquele ano.

Sousa foi preso no município de Campo Maior no dia 29 de maio e posteriormente denunciado por porte ilegal de arma, estupro qualificado, homicídio com cinco qualificadoras (motivo torpe, tortura acometida por meio cruel, impossibilidade de defesa das vítimas, ocultação do crime de estupro e feminicídio), tentativa de homicídio, corrupção de menores e associação criminosa com aumento de punição por envolvimento de menores. Apesar de negar o crime, sua participação

foi confirmada por exames de DNA e ele acabou condenado a 100 anos e oito meses de prisão em regime fechado em 28 de fevereiro de 2018.

O crime chocou o estado do Piauí e o país, provocando as mais variadas reações. Houve protestos dos moradores em diversas ocasiões, além de comemoração quando um dos responsáveis foi assassinado por seus comparsas. O governo do estado, além de se manifestar sobre a gravidade da situação, reagiu colocando mais equipes policiais à disposição para ajudar nas buscas dos envolvidos e uma equipe multidisciplinar para cuidar das vítimas e de suas famílias. A ONU Mulheres publicou uma nota em solidariedade às vítimas, lamentando também a alta incidência de estupros e assassinatos de mulheres no Brasil.

Em setembro de 2015, o episódio foi usado como uma das justificativas do PL 618/2015, que previa o aumento de penas para estupros coletivos. Serviu, junto com outros casos, como inspiração para que a *Folha de S. Paulo* levantasse junto ao Ministério da Saúde e publicasse, em 2017, dados inéditos sobre a incidência de estupros coletivos no país – tendo sido uma das histórias lembradas pelo jornal na série de reportagens publicadas sobre o tema em agosto daquele ano.

Mesmo tendo servido como justificativa para um PL que visava coibir violência contra a mulher e contribuído para que estupros coletivos se tornassem pauta do jornalismo, o episódio acabou sendo muito associado à discussão sobre maioria penal. Esta associação se deu pois a maioria penal estava em discussão no legislativo federal quando o crime ocorreu: uma proposta de emenda à Constituição de 1993 havia, apenas dois meses antes, em 31 de março de 2015, recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. De acordo com a ficha de tramitação do projeto<sup>26</sup>, o estupro coletivo de Castelo do Piauí aconteceu durante os trabalhos da Comissão Especial criada pela CCJ para ouvir especialistas e adequar o texto da proposta.

Três meses após passar pela CCJ e cerca de um depois do episódio de Castelo, a PEC foi levada a plenário e aprovada de uma forma que foi questionada: em votação realizada no dia 30 de junho a proposta foi rejeitada, mas no dia seguinte voltou a plenário com um texto mais brando, o que fere o dispositivo

---

<sup>26</sup> BRASIL. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição 171/1993. Altera o artigo 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de 16 anos). Disponível em: <[camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493](http://camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493)>. Acesso em: 5 de janeiro de 2020.

constitucional que determina que as PECs rejeitadas não podem ser votadas novamente na mesma sessão legislativa, o que corresponde ao período de um ano (STOCCO, 2015). Assim, referências à maioria penal estão presentes em algumas das notícias publicadas sobre o episódio, inclusive nas analisadas nesta pesquisa, assim como o caso é citado em outros textos que tratam da maioria penal.

A partir da apresentação da relação entre o patriarcado e as violências, e também do caso específico a ser analisado, a pesquisa pode então se voltar para a questão da construção das notícias e da forma como elas podem contribuir para legitimar ou transformar uma ordem social.

### 3 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE, JORNALISMO E MANUTENÇÃO DO STATUS QUO

A compreensão da contribuição do jornalismo para a discussão sobre a violência sexual contra a mulher e o patriarcado passa pelo entendimento de que as notícias são construções que se baseiam em, entre outros aspectos, recursos sociais e culturais da sociedade de que tratam – mas também que assumem esse papel de “recurso social e cultural” em uma realidade que é socialmente construída. Essas são ideias desenvolvidas pelas teorias construcionistas do jornalismo (TRAQUINA, 2005; TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009), que se baseia na noção da construção social da realidade a partir de ações, interpretações e pensamentos dos diversos atores – individuais e coletivos – que a compõem. (BERGER; LUCKMANN, 2005).

Dessa forma, este capítulo se propõe a discutir de que modo se dá a produção da notícia, enumerando e explicando os fatores que a influenciam, como as rotinas dos profissionais do jornalismo e as questões organizacionais das empresas jornalísticas – e apresentando brevemente o debate que isso acarreta acerca da objetividade jornalística. Além disso, ele discorre sobre o papel da notícia como produtora da realidade, explicando a importância da institucionalização de papéis e práticas para isso e abordando a tendência que o jornalismo segue de se tornar um reproduzidor do *status quo*, ou seja, de modelos simbólicos e comportamentos estabelecidos em determinada sociedade – o que implica que ele tende a, intencionalmente ou não, reproduzir ideias, crenças e discursos do patriarcado em sociedades como a nossa, nas quais existe, conforme apontado no capítulo anterior, uma relação desigual entre homens e mulheres, em que eles estão no papel de dominadores e elas, no de dominadas.

Antes disso, porém, ele apresenta as teorias construcionistas do jornalismo, contrapondo-as à teoria do espelho, que vê a notícia como reflexo da realidade – e também à ideia de que as notícias são distorções da realidade. Ele traz ainda uma sucinta comparação entre as linhas estruturalista e interacionista deste marco teórico para evidenciar a filiação da pesquisa ao segundo grupo e a relação com a linha da sociologia do conhecimento que fala sobre a realidade como construção social.

### 3.1 NOTÍCIA: DE REFLEXO DA REALIDADE A CONSTRUÇÃO SOCIAL

As teorias construcionistas do jornalismo surgem na década de 1970, na esteira da superação dos paradigmas da objetividade<sup>27</sup> e da imparcialidade estabelecidos a partir do que Traquina (2005) chama de a “primeira teoria” sobre notícias: a teoria do espelho. Ligada à transformação do jornalismo em uma atividade informativa, no início do século 19, à profissionalização dos jornalistas e à adoção da objetividade como valor norteador deste grupo profissional, a teoria do espelho estabelecia que jornalistas eram agentes desinteressados que tinham a missão de informar e procurar a verdade. Assim, os textos noticiosos não poderiam ser nada além de reflexos da realidade (Ibid.).

Depois dela, vieram linhas teóricas que começaram a explorar as influências do próprio jornalista e das empresas jornalísticas sobre as notícias, como a teoria do *gatekeeper* e a organizacional. Embora já questionassem a ideia do jornalismo como espelho da realidade, elas eram restritas e ignoravam outros fatores que poderiam interferir na produção de textos noticiosos (TRAQUINA, 2005). Portanto, foi só a partir dos anos 1970, no rescaldo da movimentação política da década anterior, que as investigações acerca do jornalismo começaram a se preocupar com “as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria *teoria democrática*” (Ibid., p. 161, grifo do autor).

Parte dessas investigações resultou no paradigma da notícia como construção, segundo o qual as mensagens transmitidas pelos jornais são resultado de um processo de produção que considera uma série de mediações ou negociações entre atores, organizações e recursos culturais (TUCHMAN, 1978; TRAQUINA, 2005; ALSINA, 2009). A ideia é resumida por Alsina da seguinte forma:

---

<sup>27</sup> O debate sobre a objetividade jornalística será apresentado brevemente no decorrer do capítulo, porém é importante estabelecer nesse momento que a superação da objetividade é entendida como a não negação da subjetividade, ou seja, a compreensão de que a objetividade racionalista que pretende distanciar o jornalista do relato sobre determinado acontecimento é inalcançável, já que a própria compreensão do jornalista sobre esse acontecimento depende da interpretação dele sobre isso, a qual é calcada em questões sociais e culturais.

O que o jornalista faz é interpretar os acontecimentos com base em algumas limitações pessoais e profissionais. As limitações pessoais acontecem pelos seus conhecimentos e pela sua ideologia. As limitações profissionais se referem ao meio de comunicação para o qual trabalham e à projeção social de sua atividade. Os interesses financeiros, políticos e publicitários exercem um controle inevitável na produção de informação. (ALSINA, 2009, p. 291).

Dito de outro modo, ao serem escritas por um repórter que trabalha em uma empresa específica, a qual está inserida em uma sociedade, as notícias sofrem influência dos valores, das interpretações, das práticas e das rotinas de cada um desses âmbitos – e, portanto, não poderiam ser consideradas reflexos da realidade. Tampouco deveriam ser entendidas como distorções resultantes de uma ação política deliberada associada a um engajamento ideológico por parte dos jornalistas, conforme proposta de algumas das teorias de ação política, que observaram o jornalismo a partir da questão da parcialidade (TRAQUINA, 2005, p. 161)<sup>28</sup>. Para os teóricos construcionistas, a ideia de notícia como realidade distorcida pressupõe a possibilidade de um registro fiel do que acontece no mundo pelo jornalismo – como se este fosse um espelho da sociedade de que trata – e o entendimento dos veículos de imprensa como meros instrumentos de determinados atores políticos.

A negação de todas essas teorias se relaciona à percepção de que a realidade não é dada, mas construída por indivíduos, grupos e instituições que a compõem (BERGER; LUCKMANN, 2005) – e, portanto, que é impossível estabelecer uma distinção entre ela e os meios que produzem as notícias: eles fazem parte dela e não poderiam refleti-la objetivamente (TRAQUINA, 2005, p. 168). Esta relação será detalhada após a apresentação das duas vertentes das teorias construcionistas do jornalismo: a estruturalista e a interacionista.

Conforme Traquina (2005), ambas as linhas teóricas entendem que as notícias são narrativas – não ficcionais, vale dizer<sup>29</sup> – sobre um acontecimento da

---

<sup>28</sup> Alguns estudos dessa linha são os de Efron (1971), Kristol (1975) e Lichter, Rothman e Lichter (1986), que viam os jornalistas como anticapitalistas interessados na expansão das atividades reguladoras do Estado e que, para tanto, manipulavam as coberturas e distorciam a realidade em seus textos. Por outro lado, também é citada a pesquisa de Chomski e Herman (1979), que trata as notícias como distorções que visam a defesa dos interesses das elites políticas e econômicas estadunidenses e do sistema capitalista (TRAQUINA, 2001, *apud* ROCHA, 2004).

<sup>29</sup> Autores como Alsina, Tuchman e Schudson traçam esse paralelo entre as notícias e histórias, comentando inclusive que os próprios jornalistas chamam os textos que escrevem de histórias. Tuchman (1978, p. 5) diz: “My approach to news classifies it with other stories and assumes that stories are the product of cultural resources and active negotiations”. Conforme ela, a principal

realidade, produzida sob influência de diversos fatores, conforme mencionado anteriormente. Mais que isso, elas são construídas por profissionais que, além de seguirem procedimentos específicos para a execução de seu trabalho, estão submetidos à organização e à rotina das empresas para as quais trabalham. Assim, consideram que a profissionalização dos jornalistas e a organização burocrática dos meios de comunicação são fatores de peso neste processo (TRAQUINA, 2005; TUCHMAN, 1978).

As duas vertentes também reconhecem a importância da notícia na construção da realidade, já que, ao identificarem, classificarem e contextualizarem os acontecimentos, ou seja, construírem-los, elas ajudam os leitores e espectadores a dar sentido ao mundo e participam do processo de instituição da realidade social (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2005; GADINI, 2007). É na forma como essa contribuição se dá, porém, e no papel assumido pelos jornalistas que as linhas divergem.

Para a linha estruturalista, embora o jornalista tenha certa autonomia, os meios de comunicação têm a função de reproduzir a ideologia dominante, construindo uma sociedade consensual e normalizada. Isso se caracteriza principalmente pela relação dos profissionais com as fontes oficiais, chamadas definidores primários. São estas fontes, compreendidas como um bloco unido e uniforme, que geralmente comandam a produção das notícias oferecendo informações para os jornalistas. Desse modo, o grau de dependência destes profissionais dos definidores primários é alto – o que diminui a chance de outros atores sociais ganharem espaço nos jornais (TRAQUINA, 2005).

Na vertente interacionista, por outro lado, embora se reconheça que as fontes oficiais detêm vantagens importantes no que diz respeito ao acesso aos produtores de notícia, “o papel dominante das fontes oficiais não é automático” (TRAQUINA, 2005, p. 200) e há mais espaço para que outros atores sociais sejam ouvidos pelos jornalistas. Além disso, os jornalistas são vistos como atores ativos no processo de construção das notícias. Assim, embora o jornalismo tenda a reproduzir a ordem social vigente, ele não tem isso como sua função. Para os teóricos interacionistas, como Tuchman, o fator que comanda a produção das notícias – ou pelo menos, que assume um papel determinante no processo – é o tempo

---

diferença entre notícias e histórias de ficção é que o lide noticioso dá a entender que o que está escrito ali é um relato verídico do que aconteceu.

(TUCHMAN, 1978; TRAQUINA, 2005; GADINI, 2007), que faz com que repórteres e editores criem uma rotina de previsibilidade para que consigam noticiar o que é realmente relevante<sup>30</sup>.

Portanto, a partir da rejeição ao determinismo da linha estruturalista e do reconhecimento do jornalismo como espaço de interação entre diversos atores sociais – o que é essencial para a defesa da premissa de que o jornalismo tem um papel na compreensão e superação das desigualdades de gênero, esta pesquisa se filia à linha interacionista das teorias construcionistas do jornalismo – e explica, daqui em diante, a construção da notícia e o papel do jornalismo como construtor da realidade a partir desta perspectiva, iniciando pela relação com a teoria da construção social da realidade e a institucionalização do jornalismo na sociedade.

### 3.1.1 A construção social da realidade e o jornalismo

A ideia de notícia como construção – e como “construtora” do mundo ao nosso redor – deriva da linha da sociologia do conhecimento que trata a própria realidade como uma construção social. Conforme Berger & Luckmann (2005), a realidade da vida cotidiana, considerada “a realidade por excelência”<sup>31</sup>, é aquela que, apesar de se apresentar aos indivíduos como externa a eles, ou seja, parecer dada ou estabelecida *a priori*, é construída a partir de interpretações, subjetivações e ações de cada um deles. Como não é possível “existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros” (Ibid., p. 40), essa construção se dá também a partir das interações entre indivíduos e, conseqüentemente, entre grupos e instituições, fazendo com que a realidade seja também intersubjetiva e dependente de um contexto. É ela que é transmitida pelos

---

<sup>30</sup> A relevância é determinada a partir dos valores-notícia e critérios de noticiabilidade, que também serão discutidos neste capítulo.

<sup>31</sup> Conforme os autores, são múltiplas as esferas da realidade e a consciência das pessoas é capaz de se mover de uma para as outras. Eles exemplificam dizendo: “Reconheço meus semelhantes com os quais tenho de tratar no curso da vida diária como pertencendo a uma realidade inteiramente diferente da que têm as figuras desencarnadas que aparecem em meus sonhos. Os dois conjuntos de objetos introduzem tensões inteiramente diferentes em minha consciência e minha atenção com referência a eles é de natureza completamente diversa” (BERGER; LUCKMANN, 2005, p. 37-38). Entre as várias realidades, a da vida cotidiana é considerada “a realidade por excelência”, pois é predominante e impõe-se à consciência de forma mais “maciça, urgente e intensa” (Ibid., p. 38).



meios de comunicação e, conseqüentemente, de que trata jornalismo (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009).

Um processo importante para a construção da realidade é a institucionalização de papéis e práticas. Berger & Luckmann (2005) partem da ideia de que, embora a natureza humana tenda ao caos, a existência e a conduta dos seres humanos acontecem “em contexto de ordem, direção e estabilidade” (Ibid., p. 75), daí o surgimento da ordem social<sup>32</sup>. Uma das formas pela qual ela se estabelece é pela institucionalização, a qual começa com a criação de hábitos. Para os autores, eles diminuem o esforço envolvido na execução de atividades, seja evitando que situações sejam definidas toda vez que forem vivenciadas ou poupando as pessoas do desgaste emocional de fazer escolhas, o que acarreta numa “abertura de espaço” para a deliberação e a inovação (Ibid., p. 78).

O passo seguinte é a institucionalização, que “ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores” (Idem). Em outras palavras, para que práticas e papéis sejam institucionalizados, todos os membros de uma sociedade devem aceitar que determinados tipos de ações serão executados por atores específicos – o que, de certa forma, se assemelha com o processo de construção dos papéis de gênero, como mostrado no capítulo 2. De acordo com Berger & Luckmann (2005), as instituições são produto de uma história e ajudam a controlar a conduta humana a partir de padrões previamente estabelecidos – antes mesmo que sejam instituídos mecanismos de sanções, como leis que preveem penas para atitudes consideradas inadequadas e que também visam controlar os comportamentos humanos. Os autores afirmam ainda que todas as ações que são importantes para a interação dos indivíduos tendem a ser institucionalizadas para facilitar a convivência entre as pessoas, permitindo que elas prevejam como serão as interações, dividam afazeres, estabeleçam rotinas de trabalho, e, por fim, construam juntas o mundo social.

Como prática do âmbito da comunicação, essencial à interação social, o jornalismo é uma das atividades institucionalizadas em nossa – e em outras –

---

<sup>32</sup> É importante notar que os autores também partem da premissa de que o ser humano é social e não se constitui como homem ou mulher isoladamente: ele deve se associar a outros homens e mulheres e a um ambiente (que não diz respeito apenas a coisas naturais). “Assim como é impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza um ambiente humano” (BERGER; LUCKMANN, 2005, p. 75).

sociedades (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009). Esta institucionalização se deu por meio da profissionalização, que estabeleceu um método que deve ser seguido pelos jornalistas para a produção de notícias e apresentação de informações aos leitores ou espectadores, e da organização deste trabalho em empresas especializadas, as quais também possuem um código de procedimentos e práticas que deve ser seguido por seus funcionários – ou aqueles que prestam serviços para elas (TUCHMAN, 1978). Assim, as notícias “são produto do profissionalismo e reivindicam o direito de interpretar as ocorrências cotidianas aos cidadãos e outros profissionais” (Ibid., p. 5, tradução nossa<sup>33</sup>).

Contudo, para que a institucionalização ocorra de fato, é preciso considerar que o processo de “reivindicar o direito de interpretar as ocorrências cotidianas” não pode ser unilateral. Alsina (2009) explica que, ao mesmo tempo em que o jornalismo assume e reclama esse papel, os consumidores de notícias devem legitimar essa função. Esta relação se estabelece por meio do que ele chama de “contrato pragmático fiduciário”, um produto histórico e social que se baseia nos entendimentos que o discurso jornalístico é informativo e tem a função de “fazer saber”. Conforme o autor, este contrato “tem a intenção de que acreditemos que o que eles [jornalistas] dizem é verdade, ao mesmo tempo em que pedem que confiemos no seu discurso informativo” (Ibid., p. 48).

Para que tenha validade, o acordo não pode ser imposto de forma autoritária – precisa ser aceito e constantemente revalidado pelos consumidores de notícia, o que apenas será feito se eles considerarem que as empresas noticiosas apresentam credibilidade suficiente. Assim, o pacto entre ambas as partes está intimamente ligado aos valores e procedimentos adotados para garantir que o discurso jornalístico pareça verdadeiro, os quais serão abordados adiante.

O contrato também se relaciona à função do jornalismo como construtor da realidade. Nesse sentido, vale lembrar que, conforme mencionado no primeiro parágrafo deste subcapítulo, a matéria-prima para as notícias são acontecimentos da realidade social e que, de acordo com Tuchman (1978), ao descrever esses acontecimentos, os jornalistas os definem e moldam, delineando e fazendo circular conhecimento. Para ilustrar, a autora cita pesquisas que mostram que as discussões

---

<sup>33</sup> No original: “[News] is a product of professionalism and it claims the right to interpret everyday occurrences to citizens and other professional alike”.

que acontecem no jornalismo ganham espaço no debate político entre cidadãos, que as pessoas podem se basear nos jornais para formar opiniões sobre assuntos a respeito dos quais elas não têm juízos formados e que explicações dadas pela imprensa para algum fato podem servir como contexto para o debate público sobre ele. Ela fala ainda sobre como notícias que tratam de comportamentos que divergem “do comum” ajudam a definir o que é a norma e o que é uma atitude divergente.

Alsina (2009) apresenta a questão de maneira similar, afirmando que o processo de construção da realidade social depende completamente da prática jornalística, já que “os acontecimentos chegam a nós através da mídia e são construídos através de sua realidade discursiva” (Ibid., p. 46). Contudo, é importante ressaltar que o jornalismo é apenas um dos pilares da construção do cotidiano e ainda que ela se dá também a partir da interação com o público, ou seja, não há uma aceitação e uma internalização mecânica daquilo que é apresentado nos jornais como a realidade da vida cotidiana – ou do enfoque dado aos assuntos tratados (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009).

Também é importante destacar que o processo de produção de notícias começa com a seleção de fatos a serem noticiados, o que faz com que os jornalistas trabalhem com apenas parte ou, como diz Tuchman (1978), “faixas” de tudo o que acontece no mundo diariamente. Desta forma, ao mesmo tempo em que o jornalismo dá visibilidade a determinados acontecimentos, acaba ocultando outros tantos (ALSINA, 2009). Outra questão é que, apesar da multiplicidade de empresas jornalísticas existentes nas diversas sociedades, inclusive no que diz respeito à posição editorial, é comum que alguns temas sejam noticiados por todos os jornais – enquanto alguns passam despercebidos pela totalidade deles.

De acordo com os autores, os critérios que definem a seleção de acontecimentos noticiosos e temas a serem discutidos nos jornais são, assim como a realidade e a própria notícia, resultado de negociações – e dependem dos procedimentos adotados pelos profissionais para cumprir esses critérios, dar credibilidade ao seu discurso informativo e vencer o fator tempo, contra o qual os jornalistas trabalham diariamente. Assim, a compreensão da construção social da notícia depende de um detalhamento dos fatores que a influenciam.

### 3.1.2 A construção da notícia

Conforme mencionado anteriormente, os jornalistas – e as empresas jornalísticas, já que a profissionalização da atividade se deu dentro delas – precisaram instituir procedimentos e práticas como rotinas da profissão, estabelecendo um “modo de fazer” para o jornalismo. A rotinização do trabalho está relacionada à amplidão do objeto da atividade – a realidade da vida cotidiana – e à lógica do fechamento ou do *deadline*, que torna o jornalismo uma corrida contra o tempo (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2005). Para Alsina (2009, p. 185), esse processo de produção de notícias resume-se a duas ações principais: a seleção e a hierarquização da informação.

O processo de seleção começa com o acontecimento noticioso, pois nem todos os fatos do dia a dia podem ser comunicados por meio de notícias – e nem devem, já que a tentativa de assimilação de toda a realidade pelos indivíduos geraria uma sobrecarga de informação (ALSINA, 2009). Conforme Tuchman (1978, p. 7-8), há ocorrências sobre as quais um jornalista pode não saber por falta de acesso a elas, assim como há aquelas que podem simplesmente passar despercebidas. Todas elas compõem o grupo de acontecimentos “não-noticiosos”, ou seja, que não ganham espaço no noticiário. Mas há ainda outros fatos que integram esse grupo: os que não são considerados interessantes para quem produz e quem consome notícia. Sobre o que faz com que um acontecimento tenha potencial para ser transformado em notícia, ela diz: “Em resumo, os itens precisam ser considerados pertinentes tanto para o orador quanto para o ouvinte para serem considerados noticiáveis e devem, de alguma forma, se apresentar ao orador durante o curso do dia” (Ibid., p. 8).

Considerando a questão da pertinência, a separação entre o que é noticiável ou não é feita a partir de características do próprio fato, também chamadas valores-notícia (ALSINA, 2009; TUCHMAN, 1978; TRAQUINA, 2005). Embora esses critérios ajudem a justificar e legitimar as escolhas feitas pelos profissionais, eles não fazem com que o processo de seleção do que entra ou não no jornal seja completamente objetivo. O primeiro motivo para isso é que os acontecimentos, assim como a realidade, se apresentam aos indivíduos como externos a eles, mas só podem fazer sentido a partir deles, já que são as próprias pessoas que conferem significado às situações que ocorrem no dia a dia (BERGER; LUCKMANN, 2005). Ou seja, para que algo seja noticiado, o jornalista precisa interpretá-lo como algo relevante para si e seu público.

Outra razão é que a relevância é estabelecida intersubjetivamente, ou seja, é cultural, e deve ser reconhecida tanto por quem produz a notícia quanto por quem a consome (ALSINA, 2009) – embora haja acontecimentos que se imponham à lógica de valorização compartilhada, sendo noticiados por uma valorização socialmente assumida, comumente chamada de “interesse público” (ALSINA, 2009; TUCHMAN, 1978). Aqui, é preciso levar em conta que a intersubjetividade envolve o próprio sistema jornalístico, que é composto por empresas, as quais possuem linhas editoriais distintas e dependem de anúncios e audiência para se manterem, o que também impacta a seleção de acontecimentos (ALSINA, 2009).

Assim, determinar que um acontecimento é noticiável consiste numa negociação que leva em conta fatores estruturais e rotinas produtivas (ALSINA, 2009; TUCHMAN, 1978). Nas palavras de Tuchman (1978, p. 37, tradução nossa<sup>34</sup>): “Em suma, a avaliação da noticiabilidade é um fenômeno negociado, constituído pelas atividades de uma complexa burocracia destinada a supervisionar a rede noticiosa”. Dessa forma, a seleção de notícias pode variar de veículo para veículo, assim como de uma sociedade para outra, de um contexto para outro. Isso significa que, em uma sociedade em que os homens são considerados superiores às mulheres, a noticiabilidade de um fato provavelmente estará atrelada aos valores patriarcais. Da mesma forma, o olhar lançado sobre determinado acontecimento também será influenciado por eles.

Antes de prosseguir para a seleção das fontes, vale comentar sobre a “rede noticiosa” de que fala Tuchman (1978) – e como ela impacta a escolha dos fatos a serem noticiados. Conforme a autora, a rede consiste na organização dos repórteres no espaço e “no tempo” para que eles – e consequentemente, os editores e a empresa jornalística –, consigam captar a maior quantidade de acontecimentos noticiosos possível dentro do período adequado para publicação no jornal ou transmissão da reportagem no rádio/telejornal.

Isso significa que a cobertura é dividida entre os repórteres, levando em conta territórios geográficos (há os que cobrem notícias locais, estaduais e nacionais, por exemplo), especialização organizacional (os responsáveis por notícias relacionadas a determinadas organizações ou instituições, principalmente as ligadas

---

<sup>34</sup> No original: “In sum, the assessment of newsworthiness is a negotiated phenomenon, constituted in the activities of a complex bureaucracy designed to oversee the news net”.

ao governo ou institucionalizadas e legitimadas na realidade social) e especialização por temas (repórteres de economia, política, cidade, etc.). A autora também fala sobre o posicionamento estratégico de alguns desses repórteres, principalmente os que cobrem instituições específicas, dentro do espaço onde essas organizações funcionam, como na Casa Branca ou nas prefeituras – embora, considerando a situação brasileira atual, que é diferente da estudada por ela<sup>35</sup>, a maioria dos jornalistas faça essa cobertura “a distância”, estando presentes nesses locais apenas quando precisam de alguma informação ou sabem de antemão que haverá um evento noticiável ali.

No que diz respeito ao tempo, Tuchman (1978) explica que o período de trabalho dos jornalistas é organizado de acordo com a maior probabilidade de haver notícia. Por isso, há um número maior de repórteres trabalhando em horário comercial do que à noite ou nos fins de semana, mesmo que não seja possível manter uma empresa jornalística funcionando exclusivamente nesse período – afinal, as notícias podem surgir a qualquer momento.

Aliás, é essa imprevisibilidade que se pretende “controlar” com o estabelecimento da rede noticiosa. De acordo com Traquina (2005), ela representa uma tentativa de impor ordem no espaço e no tempo para cobrir o que for possível, já que as notícias não têm lugar ou horário para surgir. Além disso, ela tem por objetivo permitir que as empresas façam planos para determinadas coberturas e ainda que, a partir dessa ordem estabelecida e do planejamento, elas consigam lidar com e noticiar os acontecimentos completamente imprevisíveis, como grandes catástrofes ou atos de terrorismo.

Mais do que isso, porém, a rede noticiosa ajuda a ordenar o mundo social (TUCHMAN, 1978). A autora afirma que: “É mais provável que as ocorrências sejam definidas como notícias quando os repórteres as testemunham ou podem saber delas com pouco esforço” (Ibid., p. 22, tradução nossa<sup>36</sup>). Em outras palavras, se há um profissional cobrindo o que acontece na prefeitura, por outro lado é difícil o mesmo ocorrer com as periferias e regiões mais pobres das cidades. Assim, as narrativas sobre a prefeitura constroem-se muito mais facilmente do que aquelas

---

<sup>35</sup> O livro *Making News: A Study in the Construction of Reality* (1978) é resultado de estudos etnográficos conduzidos por Tuchman dentro de redações americanas ao longo das décadas de 1960 e 1970.

<sup>36</sup> No original: “Occurrences are more likely to be defined as News when reporters witness them or can learn of them with little effort”.

sobre as periferias – e acabam ganhando espaço no jornal com mais frequência. Da mesma forma, as narrativas sobre os grandes centros ou municípios considerados mais importantes para o país se constroem mais facilmente do que sobre cidades pequenas do interior, distantes dos repórteres e das redações dos principais jornais – que, conforme será visto mais detalhadamente adiante, é parte do ponto feito ela jornalista Cláudia Collucci, da *Folha de S. Paulo*, com a coluna que dá o pontapé inicial na cobertura feita pelo jornal sobre o caso do estupro coletivo de Castelo do Piauí. E isso impacta a construção da realidade.

### 3.1.2.1 As fontes jornalísticas

A seleção que compõe o processo de construção da notícia também se relaciona às fontes, ou seja, aos atores ou grupos sociais que fornecem relatos e opiniões sobre um acontecimento noticioso e que são, portanto, essenciais para esse processo. Aqui vale ressaltar que, dada a impossibilidade de um repórter testemunhar todos os fatos que vão virar notícia, os textos noticiosos são construídos principalmente como uma composição de narrativas de terceiros, os quais nada mais são do que interpretações dessas pessoas sobre o que aconteceu, como explica Alsina (2009, p. 228-229): “O jornalista tem como matéria-prima do seu trabalho a construção da realidade social que as fontes da informação criaram. Quando alguém se torna, por exemplo, testemunha de um acontecimento, confere sentido ao que percebe”. Desse modo, o que as fontes dizem afeta a construção da notícia e, conseqüentemente, a da realidade.

Para os jornalistas, qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação (TRAQUINA, 2005). Contudo, nem todas oferecem aos profissionais aquilo de que eles precisam para executar seu trabalho – e é por isso que se dá um processo de seleção. Os primeiros critérios a serem considerados para isso são a utilidade da informação e a acessibilidade da fonte (ALSINA, 2009). Porém, conforme Traquina (2005), a questão de autoridade também é bastante relevante, já que é preciso trabalhar com fontes que sejam credíveis – e a possibilidade de uma autoridade em determinado assunto mentir sobre ele é, supostamente, pequena. A autoridade também pressupõe especialização ou respaldo técnico para falar sobre determinados temas.



Se uma fonte apresenta todas essas qualidades, a probabilidade de ela ser procurada novamente pelo jornalista com quem já conversou – ou até ser indicada por ele a um colega – é grande. É a partir disso que as fontes se tornam rotineiras, ou seja, passam a ser consultadas com frequências pelos profissionais do jornalismo – e também que os jornalistas buscam cultivá-las, estabelecendo uma relação de confiança com elas. Conforme Tuchman (1978), o cultivo de fontes é forma de ganhar status na profissão.

É comum que fontes ligadas à rede noticiosa tornem-se rotineiras, o que quer dizer que é comum que pessoas ligadas a instituições legitimadas na realidade social, como as associadas ao governo, a grandes empresas, a universidades, etc., sejam frequentemente consultadas por jornalistas. No caso de notícias sobre violência contra a mulher, por exemplo, isso acontece com as fontes policiais (ANDI; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2011; PRADO; SANEMATSU, 2017; SANTORO, 2007).

Isso acontece porque quem está ligado à rede noticiosa costuma preencher todos os requisitos para a seleção de fontes e ainda porque são, utilizando o termo de Traquina (2005), “produtivas”, fornecendo material suficiente para a produção de notícias e evitando que os repórteres precisem buscar muitas fontes para conseguir concluir seus textos. Alsina (2009) justifica o contato recorrente com fontes institucionais da seguinte forma:

De qualquer forma, precisamos deixar claro o valor das fontes institucionais (organismos de governo, grandes empresas, etc.), pois em primeiro lugar, são de fácil acesso, já que possuem departamento de comunicação que fornecem aos jornalistas a informação atualizada e, em segundo, estão legitimadas, como sendo fontes de consulta obrigatória de acordo com as normas de trabalho do jornalista. (ALSINA, 2009, p. 171).

É por isso que, ao explicar a linha interacionista das teorias construcionistas do jornalismo, apontou-se que ela não admite o papel das fontes oficiais como automático, mas reconhece que elas têm vantagens no acesso aos produtores de notícia (TRAQUINA, 2005).

Embora seja vantajoso para o jornalista, a consulta recorrente também é proveitosa para as fontes institucionais. De acordo com Molotch & Lester (1974), os meios de comunicação são mecanismos que ajudam a dar visibilidade a eventos, os quais podem estar ligados a propósitos específicos de indivíduos e grupos sociais.



“Há interesse em promover certas ocorrências para uso público, bem como interesse em evitar que certas ocorrências se tornem eventos públicos” (MOLOTCH; LESTER, 1974). Dada a posição que têm na sociedade, fontes institucionalizadas geralmente têm mais interesse em promover ou esconder fatos do que um cidadão comum, além de terem à sua disposição “departamento de comunicação” com estrutura adequada para fazer isso. Assim, essas fontes são vistas pelos autores como “promotoras de notícias”, as quais se esforçam para manter seu acesso recorrente aos produtores de notícia.

Um último ponto que deve ser citado sobre a seleção de fontes é que nem todos os que são consultados para obtenção de informações sobre determinado tópico são explicitamente citados nos textos noticiosos (ALSINA, 2009). Conforme o autor, são as fontes mencionadas que se institucionalizam socialmente justamente por aparecerem nos discursos informativos. A partir de um estudo sobre o discurso jornalístico sobre o terrorismo em quatro jornais espanhóis, Alsina detectou ainda que entre as fontes mais comumente citadas estão justamente as “político-institucionais” (Ibid., p. 175), o que indica que são elas que de alguma forma determinam o caráter político de certas informações, influenciando a realidade que é construída a partir delas. Aqui, também vale voltar à pesquisa conduzida pela Andi e pelo Instituto Patrícia Galvão (2011) apresentada no capítulo anterior, que apontou que, nos casos de violência contra a mulher, representantes da polícia costumam ser as principais vozes – e como isso influencia o tom da abordagem dada ao tema.

### 3.1.2.2 Hierarquização

O processo de hierarquização na construção das notícias corresponde à ordenação de informações de acordo com a importância atribuída a elas (ALSINA, 2009). Ele pode se relacionar à escrita do texto, mas é tratado aqui de forma mais ampla, representando a ênfase que é dada a determinadas informações, seja por meio da localização da notícia (as que vão para a capa de um jornal impresso ou online – e para qual posição da capa vão, ou as que ficam nas páginas principais do jornal impresso) ou do espaço destinado a ela nos jornais.

Conforme Tuchman (1978), a importância de cada texto noticioso a ser publicado é decidida diariamente em reuniões de que participam os editores de cada área e gestores responsáveis pela redação, envolvendo negociações entre eles.

Com isso, é mais fácil haver diferença entre o valor dado a um mesmo fato por veículos de imprensa diferentes (ALSINA, 2009).

Neste momento, também entram em jogo os valores-notícia e critérios de noticiabilidade para codificar “o mérito das ocorrências como notícias” (TUCHMAN, 1978, p. 34) e decidir quais são, de fato, as mais importantes. Assim, mesmo sendo do interesse de cada editor que as matérias produzidas por suas equipes de reportagem sejam valorizadas, nem todas são levadas a essas negociações, pois há alguns consensos sobre quais são os fatos ou temas nos quais os jornais devem concentrar a atenção do público. Tuchman (1978, p. 34, tradução nossa<sup>37</sup>) exemplifica: “O editor de cidade de um grande jornal seria ridicularizado por seus colegas se ele sugerisse cobertura de primeira página para um item sobre um pequeno incêndio em uma garagem abandonada”. A autora diz ainda que um dos tópicos que sempre tem prioridade é política.

### 3.1.2.3 Objetividade e trama de facticidade

Desde o triunfo da notícia sobre o editorial e dos fatos sobre as opiniões dentro do jornalismo – o que aconteceu a partir da década de 1830 nos Estados Unidos, seguindo um movimento de democratização dos negócios e da política, e a transformação da notícia em um produto (SILVA, 1991) –, a objetividade passou a ser um valor que norteia esta atividade profissional. Isso se relaciona, conforme já abordado, ao tipo de discurso que o jornalismo passou a ter: o informativo, que tem a função de saber fazer e que deve ser construído para parecer verídico e, assim, ter credibilidade (ALSINA, 2009; TUCHMAN, 1978; TUCHMAN, 1972).

Porém, de acordo com Tuchman (1972), ao contrário da sociologia, a atividade jornalística não é uma que permite reflexão sobre objetividade e como se aproximar dela. A autora afirma que os jornalistas devem tomar decisões rápidas sobre a validade, a confiabilidade e a “verdade” dos acontecimentos noticiosos, “a fim de enfrentar os problemas impostos pela natureza de sua tarefa – processar as informações chamadas notícias, um produto de consumo esgotável feito todos os

---

<sup>37</sup> No original: “The metropolitan editor of a major daily would be mocked by his colleagues if he suggested front-page coverage for an item about a small fire in a deserted garage, [...]”.

dias” (Ibid., p. 662, tradução nossa<sup>38</sup>). Assim, eles transformam a objetividade em um ritual estratégico para evitar críticas (as quais podem vir em forma de processos judiciais, por exemplo), a partir de procedimentos que ajudam a atestar a facticidade dos acontecimentos identificados como noticiosos e distanciar os próprios profissionais, como sujeitos, do que está sendo reportado.

Um dos primeiros procedimentos a que os jornalistas recorrem já foi citado: a consulta a fontes sobre os fatos que devem virar notícia. Ela se torna evidente tanto a partir da indicação da origem da informação apresentada pelo jornalista – por exemplo, “de acordo com a Polícia Militar” ou “de acordo com o governo do estado”, quanto pelo uso de aspas. Neste caso, “o texto fica como se fosse dito por outra pessoa. Isso pressupõe um distanciamento do jornalista e, portanto, não é o jornalista quem está fazendo a afirmação da verdade” (ALSINA, 2009, p. 249).

Ainda assim, o relato de uma fonte não é simplesmente aceito pelos jornalistas como verdade. Em geral, ele é verificado, seja a partir da comparação com a narrativa apresentada por outras fontes – e aqui vale dizer, por experiência pessoal desta autora, que, nas redações, a orientação é para que os jornalistas trabalhem, sempre que possível, com duas ou mais fontes para cada texto noticioso – ou pela consulta de órgãos e documentos oficiais. Quando necessário, as evidências encontradas são apresentadas no próprio texto (TUCHMAN, 1972; TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009).

Os autores citam ainda a estruturação da informação como procedimento para garantir a objetividade. Desde o início do uso do telégrafo para a transmissão de notícias, o texto jornalístico é estruturado como uma pirâmide invertida. Assim, “as informações mais importantes relativas a um evento devem ser apresentadas no primeiro parágrafo, e cada parágrafo subsequente deve conter informações de importância decrescente” (TUCHMAN, 1972, p. 670, tradução nossa<sup>39</sup>). Por fim, há a separação explícita entre os fatos e as opiniões.

Esses procedimentos a autora chama de “trama de facticidade”. A ideia de “trama” vem do fato de que o relato noticioso sobre um “suposto acontecimento” é

---

<sup>38</sup> No original: “He must make immediate decisions concerning validity, reliability and “truth” in order to meet the problems imposed by the nature of his task processing information called news, a depletable consumer product made every day”.

<sup>39</sup> No original: “The most important information concerning an event is supposed to be presented in the first paragraph, and each succeeding paragraph should contain information of decreasing importance. The structure of a news story theoretically resembles an inverted pyramid”.

feito a partir de outros “supostos fatos” que, ao serem tomados em conjunto, se auto-validam, ou seja, o evento principal justifica todas as fontes e informações apresentadas, assim como elas justificam o evento (TUCHMAN, 1978). Para a autora, embora a trama seja utilizada para legitimar a objetividade jornalística e proteger os jornalistas, não há uma relação clara entre os procedimentos e a objetividade. Aliás, para ela, se a trama tem uma consequência, ela é a recepção seletiva de fatos que foram construídos a partir de interpretações e até opiniões pessoais dos jornalistas, levando em conta as linhas editoriais dos veículos para os quais eles trabalham.

Alsina (2009) dedica mais tempo a esse debate e classifica a percepção de Tuchman como incompleta, por não abranger todos os elementos que intervêm na produção de notícias. Citando o conceito e as opiniões de diversos autores sobre objetividade, como Umberto Eco, Edgar Morin, Giovanni Bechelloni e C. Marletti, o autor explica que a objetividade “racionalista”, aquela que deveria “purificar” as operações da razão humana e aproximar os seres humanos de uma interpretação verdadeira e universal sobre os fatos do mundo, é inviável, porque a compreensão do mundo sempre vai passar por interpretações individuais sobre ele – e também pelas coletivas.

Ao mesmo tempo, o autor reconhece que negar a objetividade, como de certa forma faz Tuchman, seria negar os fundamentos e a própria essência do jornalismo. Assim, ele trata a objetividade como um valor que pode nortear a atividade jornalística, mas admite também que não há uma receita para garanti-la. Para Alsina, é importante que se pense a objetividade considerando que os fatos são todos interpretados – além de modificarem o olhar do próprio observador – e que estas interpretações não levam em conta apenas a linha editorial de cada jornal, mas têm um caráter cultural e social.

O debate acerca do tema não é um que se encerra e o aprofundamento dele não faz parte dos objetivos desta pesquisa. Contudo, é importante levantá-lo, pois reconhecer a impossibilidade de atingir uma objetividade racionalista é reconhecer a impossibilidade de refletir a realidade por meio das notícias e, ao mesmo tempo, o caráter de fenômeno compartilhado do jornalismo.

### 3.1.3 A manutenção do status quo a partir da notícia

A partir do exposto até aqui, já é possível identificar alguns pontos do processo de construção das notícias que contribuem para a manutenção do status quo. Um deles é a definição do que é notícia – que passa não apenas pela identificação do acontecimento noticioso, mas também do enfoque a ser dado a ele. Isso se relaciona aos critérios de noticiabilidade, que são, conforme explicado, negociações que dependem de interpretações individuais e intersubjetivas – as quais, por sua vez, se relacionam ao contexto nos quais os diferentes atores estão inseridos. Tuchman (1978, p. 209) resume a questão afirmando que a definição de notícia é “historicamente derivada e incorporada” (Ibid., tradução nossa).

Um exemplo interessante, apontado pela autora e já citado aqui, é a própria Organização Nacional das Mulheres. Conforme avaliação de Tuchman e outras estudiosas, o início do movimento foi considerado um evento noticioso – e chegou a ganhar algum espaço nos jornais americanos naquele momento. Porém, ele recebeu o tratamento de um comportamento “fora da norma”, já que não era comum pensar nos direitos das mulheres – que dirá vê-las se organizando para lutar por eles –, e acabou tachado de um movimento “rebelde sem causa”. Naquele contexto, o que foi visto como notícia neste fato era diferente do que se espera que seja visto hoje – mesmo considerando que ainda hoje há diversas questões relacionadas a desigualdades de gênero que não recebem um tratamento considerado adequado.

Ainda assim, essa relação com o contexto é pouco reconhecida. O comum, conforme Tuchman (1978), é que esse processo de seleção dos acontecimentos a serem noticiados pareça objetivo – e contribua para reificar a realidade. Berger & Luckmann (2005) já haviam citado a objetivação como processo que contribui para que os atores sociais deem sentido ao que acontece no dia a dia, assim como para a institucionalização e sedimentação de práticas. Conforme a autora, porém, a reificação a partir do processo de seleção de notícias vai além. “A reificação pode ser descrita como um passo extremo no processo de objetificação, pelo qual o mundo objetivado perde sua compreensibilidade como empreendimento humano e se fixa como não humano” (TUCHMAN, 1978, p. 213, tradução nossa<sup>40</sup>). Assim, ela não apenas faz com que o mundo pareça externo aos indivíduos – desestimulando qualquer tipo de ação em relação ao que está sendo noticiado, mas também

---

<sup>40</sup> No original: “Reification can be described as an extreme step in the process of objetification, whereby the objectivated world loses its comprehensibility as a human enterprise and becomes fixated as a non-human, non-humanizable inert facticity [...]”.

promove a reprodução irreflexiva de algumas ideias pela simples impressão de que “elas sempre estiveram ali”.

Usando outro exemplo que se aproxima do tema desta pesquisa, é por isso que ideias como a de que um feminicídio é causado por descontrole emocional persistem nos noticiários até hoje. De acordo com Prado & Sanematsu (2017, p.147), que analisam a cobertura desse tipo de crime a partir de um monitoramento feito pelo Instituto Patrícia Galvão, o homicídio de mulheres é muitas vezes apresentado em notícias “como uma manifestação de ‘loucura’ ou ‘doença’ ou ainda um descontrole pontual causado por excesso de bebidas ou drogas”. O entendimento deste tipo de crime como passional, motivado principalmente por ciúmes, começou a ser desconstruído nas matérias jornalísticas apenas recentemente, principalmente após a tipificação do feminicídio, em 2015 – mas, conforme as autoras, ainda há um longo caminho pela frente no sentido de explicar e esclarecer o que é o crime e quais suas reais motivações.

Um último aspecto do jornalismo que contribui para a manutenção da ordem social vigente é a manutenção e o uso da rede noticiosa, que faz com que os produtores de notícia recorram a instituições legitimadas e seus representantes. Isso revalida a legitimação dessas organizações e pessoas, reproduz o funcionamento e as ideias delas, e ainda enfatiza determinados discursos que elas têm interesse em promover – ou facilita o apagamento dos que elas têm interesse em esconder.

Tuchman resume todas essas questões da seguinte forma:

“As notícias, argumentei, são um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea. Através da dispersão da rede de notícias, sua tipificação, o alegado profissionalismo dos jornalistas, a constituição mútua de fato e fonte, as formas representativas da narrativa noticiosa, a reivindicação ao direito da Primeira Emenda de propriedade privada e profissionalismo – através de todos esses fenômenos, objetivados como restrições ou como recursos – notícias legitimam o status quo”. (TUCHMAN, 1978, p. 215-216, tradução nossa<sup>41</sup>).

Contudo, é preciso lembrar que há, no jornalismo, espaço para discutir ideias diferentes daquelas da ordem social vigente e promover mudanças – caso

---

<sup>41</sup> No original: “News, I have argued, is a social resource whose construction limits an analytic understanding of contemporary life. Through its dispersion of the news net, its typification, the claimed professionalism of newswriters, the mutual constitution of fact and source, the representational forms of the news narrative, the claim to First Amendment right of both private property and professionalism -- through all these phenomena, objectified as constraints or as resources -- news legitimates the status quo”.

contrário não faria sentido discutir o papel de um jornalismo produzido no patriarcado na compreensão e superação das desigualdades de gênero, pois ele serviria apenas para a reprodução e a manutenção deste regime. Esse potencial para o diálogo sobre e a transformação da sociedade se origina e se concretiza principalmente a partir do diálogo e da interação que a atividade e seus profissionais estabelecem com leitores e com diversos membros – individuais ou coletivos – da sociedade. Nas palavras de Gadini (2007, p. 80), “o jornalismo conecta uma multiplicidade de vozes, sentidos e códigos diferenciados, os quais fazem, fizeram ou passarão a fazer parte do imaginário em que o mesmo se constitui”.

Além disso, é necessário lembrar que o uso das próprias notícias pelos leitores para dar sentido à vida cotidiana é subjetivo, interpretativo e criativo – e não uma internalização mecânica (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009). A partir delas, são produzidos conhecimentos que podem agregar, questionar ou negar a relação e o comportamento que os leitores mantêm na sociedade, capacitando-os “a projetar novas relações e compreensões, possibilitando – pelo olhar singular do acontecimento pautado e discursivamente estruturado – outras noções da realidade” (GADINI, 2007, p. 87). Assim, mesmo que ela possa acontecer, não é possível dizer que o jornalismo tenha como função a manutenção de um determinado tipo de sociedade ou pensamento.

Esta relação da atividade jornalística com a manutenção ou a transformação de determinada ordem social está intimamente ligada com a forma como os temas são tratados nas notícias, conforme será abordado no capítulo a seguir.



## 4 OS ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

Ao explicar que o jornalismo é um dos atores sociais que contribuem para a construção da realidade no livro *Making News: A Study in the Construction of Reality*, a socióloga Gaye Tuchman (1978, p. ix) atrelou esse papel à noção de enquadramento, dizendo que a imprensa “estabelece o quadro” a partir do qual os eventos noticiados serão discutidos pelas pessoas. A autora retoma essa ideia em diversos momentos da obra, explicando que a variação nos quadros afeta a percepção dos eventos – e consequentemente, da realidade – pelos cidadãos.

A partir desta relação, esta pesquisa recorre a técnicas metodológicas derivadas da teoria do enquadramento para analisar o objeto empírico escolhido – a cobertura noticiosa feita nos sites dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Dia* (PI) e *Meio Norte* sobre o caso do estupro coletivo de Castelo do Piauí – e recolher dados que possibilitem a discussão sobre os subsídios dados por estes veículos de imprensa a seus leitores para o entendimento e discussão sobre violência sexual contra a mulher.

Assim, torna-se fundamental aprofundar a discussão sobre a relação entre a teoria construcionista do jornalismo e a proposta metodológica do enquadramento. Para isso, este capítulo apresenta brevemente as origens do conceito de enquadramento e sua apropriação pela área da comunicação – até chegar à ideia de “enquadramento noticioso”, estabelece claramente a relação entre esta teoria e a teoria construcionista do jornalismo para justificar o uso da operacionalização metodológica, e explica a diferença entre as pesquisas que observam enquadres genéricos e as que olham para aqueles voltados a um tema. Por fim, ele detalha as técnicas a serem adotadas neste estudo, além do corpus a ser analisado.

### 4.1 A NOÇÃO DE ENQUADRAMENTO NOTICIOSO

Originado em estudos conduzidos por Gregory Bateson sobre esquizofrenia, na década de 1950, o conceito de enquadramento foi inicialmente utilizado para se referir a “quadros de sentido” que modelam ações e interpretações dos indivíduos, servindo como base para as interações entre eles (CASAGRANDE, 2017). Para



Bateson, os enquadramentos possibilitariam, por exemplo, a distinção entre uma simulação da realidade e um fato concretamente real.

Na década de 1970, a ideia foi apropriada pelo sociólogo Ervin Goffman, que se voltou para o estudo das interações sociais. Em seu livro *Frame Analysis: An essay on the organization of experience* (1986, p. 10-11), Goffman define os enquadramentos como “princípios de organização que governam acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles”<sup>42</sup>, ou seja, eles são esquemas mentais de interpretação que ajudam os indivíduos a identificarem e organizarem suas experiências. Para o sociólogo, herdeiro do interacionismo simbólico, os enquadramentos “se formam” a partir do encontro entre sujeitos nas mais variadas situações, permitindo que os indivíduos se relacionem e interajam de acordo com cada situação social.

A definição de Goffman foi a que Tuchman utilizou para relacionar notícias a enquadramentos (1978, p. 7). Contudo, até ali, o conceito ainda não havia sido amplamente incorporado às pesquisas do campo da comunicação – o que vem a acontecer principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, quando a exposição das limitações do paradigma da objetividade e da parcialidade, que até então orientava os estudos sobre os meios de comunicação, faz com que os estudiosos da área percebam o conceito de enquadramento como um bom instrumento para examinar quais as ideias, crenças e discursos que estão por trás das notícias (TANKARD, 2001; PORTO, 2004).

Assim, o conceito passa a ser explorado e redefinido na comunicação, principalmente relacionado a análise de notícias – mas não só. Em 1980, ao estudar a relação entre o jornalismo e a nova esquerda estudantil americana, Gitlin estabeleceu que os enquadramentos consistiam em “seleção, ênfase e exclusão persistentes”. Sete anos mais tarde, Gamson & Modigliani conceituaram enquadramento como “ideia ou enredo central que dá sentido a uma série de eventos em desdobramento” (MATTHES; KOHRING, 2008). Uma definição mais detalhada é dada por Entman em 1993 e passa a ser amplamente aceita e utilizada:

---

<sup>42</sup> No original: “[...] principles of organization which govern events – at least social ones – and our subjective involvement in them [...]”.

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicacional, de forma a promover uma definição particular para o problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, *itálico no original*, tradução nossa<sup>43</sup>).

Esta será a definição adotada nesta pesquisa<sup>44</sup>. Conforme ela, são quatro os aspectos que compõem um enquadramento: definição do problema, causa, avaliação moral e solução. Eles são chamados de funções dos enquadramentos e servirão de base para a operacionalização metodológica deste estudo, a qual será explicada adiante. Além disso, a definição considera que os textos comunicacionais contêm elementos que encorajam um entendimento particular sobre o tema de que tratam. Esses elementos são palavras-chave, frases, metáforas, conceitos, ideias, símbolos, imagens e fontes de informação (ENTMAN, 1991; ENTMAN, 1993). A presença e a repetição deles origina os enquadramentos, daí a importância dada pelo autor aos conceitos de “seleção” e “saliência”, utilizados na definição apresentada acima.

A seleção diz respeito a todas as escolhas relacionadas à transformação de aspectos da realidade em notícia, inclusive quais fontes serão consultadas e de que forma aquela história será contada (tipo de narrativa, escolha de palavras e frases, etc). Já a saliência é compreendida como o ato de tornar as informações selecionadas “mais noticiáveis, significativas ou memoráveis para as audiências”, aumentando a probabilidade de os receptores perceberem, discernirem e memorizarem essas informações (ENTMAN, 1993, p. 53). Neste sentido, é importante observar até o espaço dedicado à cobertura de determinados fatos (ENTMAN, 1991).

Outro aspecto relevante para a formação dos enquadramentos é que, ao escolher e reforçar algumas ideias, um texto comunicacional atenua e até apaga

---

<sup>43</sup> No original: “To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described.” (ENTMAN, 1993, p.52).

<sup>44</sup> A “fragmentação” do conceito foi o que motivou diversas críticas a ele e, conseqüentemente, aos estudos sobre enquadramentos. Contudo, hoje, é possível considerar que, menos do que uma inconsistência teórica, a falta de um conceito unificado e amplamente aceito represente que este campo de estudos tem “diferentes perspectivas fundamentadas em noções distintas de enquadramento ou em paradigmas diferenciados” (VIMIERO; MAIA, 2011). Ainda assim, é preciso esclarecer a qual conceito ou paradigma a pesquisa se filia, daí a afirmação de que a definição de Entman será a adotada nesta pesquisa.

outras. Por isso, os enquadramentos também são formados a partir do que eles omitem, e as ausências “são tão significativas na orientação do público-alvo quanto as inclusões” (ENTMAN, 1993, p. 54, tradução nossa<sup>45</sup>). Assim, uma pesquisa que pretende identificar como determinado tema é enquadrado deve estar atenta ao que aparece e ao que não aparece nos textos.

Apresentada a definição do conceito, é pertinente diferenciá-lo da ideia de viés. Conforme Tankard (2001, p. 96), enquadramento é mais sofisticado do que viés por possibilitar que os eventos noticiados sejam compreendidos a partir de perspectivas que superam posicionamentos binários como “contra ou a favor” e “negativo ou positivo”. Para ele, os enquadres podem dizer respeito a sentidos mais complexos e emocionais, além de envolver crenças e atitudes sobre determinados temas. Com isso, reconhecem a riqueza de discursos midiáticos existentes.

Outra diferença é que o enquadramento está relacionado ao reconhecimento do fato de que textos comunicacionais têm a capacidade de definir um problema e estabelecer os termos em que um debate ocorre. Ele exemplifica explicando que, se o aborto é tratado como questão primordialmente relacionada à vida do feto ou à escolha da mãe, cada uma destas perspectivas traz à tona conjuntos de valores e emoções completamente diferentes (TANKARD, 2001, p. 96), os quais influenciam a decisão com relação aos argumentos a serem utilizados e, em última instância, a partir de que ponto de vista o debate ocorre.

Também é válido ressaltar que, embora este estudo adote uma definição voltada especificamente para enquadramentos em textos comunicacionais, que são os que serão analisados aqui, os estudiosos que se debruçaram sobre o conceito reconhecem a existência de enquadres em outras partes que integram o processo comunicacional. Gamson et al (1992) referem-se a Goffman para dizer que os eventos chegam às pessoas “enquadrados” pelos meios de comunicação, mas que elas também os enquadram. Entman (1993) estabelece que comunicadores, textos comunicacionais, receptores e culturas enquadram eventos. A mesma ideia é explorada e desenvolvida por Scheufele (1999) e De Vreese (2005), que montam esquemas para explicar a relação de influência mútua que existe entre enquadramentos individuais, culturais e noticiosos.

---

<sup>45</sup> No original: “This is why exclusion of interpretations by frames is as significant to outcomes as inclusion”.

Assim, os debates sobre temas e eventos noticiados são influenciados pelos enquadramentos presentes em todas as etapas do processo comunicacional – e também os influenciam, estabelecendo relações que contribuem para a associação entre o conceito de enquadramento e a teoria da construção social da realidade, tema do subcapítulo 4.2.

Contudo, ressaltamos que o foco desta pesquisa são os enquadramentos presentes em textos comunicacionais – mais precisamente, em notícias. Portanto, interessa-nos identificar os chamados enquadramentos noticiosos ou “ângulos” das notícias, resumidos por Porto (2004, p. 91) como pontos de vista “adotado[s] pelo texto noticioso que destaca[m] certos elementos de uma realidade em detrimento de outros”.

#### 4.2 O ENQUADRAMENTO COMO PARTE DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

A partir da compreensão de que enquadramentos encorajam um entendimento particular de uma questão e estabelecem os termos em que um debate ocorre, além de estarem presentes em todas as partes que integram um processo comunicacional, é comum ver os estudos de enquadramento na comunicação inseridos no marco das teorias sobre os efeitos de mídia (SCHEUFELE, 1999; PERSE, 2001; CASAGRANDE, 2017), principalmente relacionados à hipótese de *agenda-setting* (PORTO, 2004; AZEVEDO, 2004).

Contudo, os estudos com foco nos efeitos de mídia são apenas um modelo de pesquisas de enquadramento neste campo. Mendonça e Simões (2012), por exemplo, identificam, além desse, outros dois modelos: o primeiro inclui as observações de situações comunicativas e interações sociais; enquanto o segundo engloba os estudos que consistem em análises de conteúdo de enunciados e discursos. É neste segundo grupo que esta pesquisa se encaixa, buscando compreender “como discursos estabelecem molduras de sentido” e “pensar como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa” (Ibid., p. 193).

É a partir dessa característica que se estabelece a relação entre a teoria do enquadramento e, principalmente, a perspectiva metodológica dela, com a teoria da

construção social da realidade e, mais precisamente, com a linha interacionista das teorias construcionistas do jornalismo, as quais fundamentam esta pesquisa.

Tuchman (1978) foi, conforme mencionado no início do capítulo, uma das pioneiras na abertura do diálogo entre as teorias construcionistas do jornalismo e a teoria do enquadramento, ao apresentar a ideia de que as “notícias são as janelas do mundo” (p. 1), estabelecendo os quadros a partir dos quais os eventos noticiados serão discutidos pelos cidadãos. Conforme a autora, todas as características dessas janelas – assim como as de quem as construiu e as de quem observa o mundo através delas – afetam de alguma forma o que é visto e, conseqüentemente, a relação que as pessoas estabelecem com os acontecimentos do mundo. A ideia é reiterada por Gamson (1989, p. 158) e Gamson et al (1992), que comparam os enquadramentos ao enredo da história que está sendo noticiada – e consideram que há diferentes formas de narrar um mesmo evento.

Assim, os autores consideram que as notícias não espelham a realidade, mas sim contribuem para a constituição dela como fenômeno social. Nas palavras de Gadini (2007, p. 80): “o jornalismo implica, sempre, num recorte que redesenha o mundo social, a partir de um determinado enfoque”. Por conseqüência, o jornalismo está constantemente contribuindo para a constituição e reconstituição de fenômenos sociais a partir dos enquadramentos que estabelece – o que pode ser melhor avaliado a partir da transformação dos enquadramentos com o passar do tempo (GAMSON et al, 1992, p. 385).

Esse processo ocorre por meio da seleção e da saliência de determinados aspectos dos eventos noticiosos, conforme explicado anteriormente, o que, por sua vez, está relacionado aos diversos fatores que envolvem a produção de notícias, como os procedimentos jornalísticos, as questões organizacionais das empresas jornalísticas, os recursos culturais de jornalistas e leitores, e as negociações ativas que ocorrem entre atores sociais. Van Gorp (2007, p. 67), por exemplo, fala da limitação dos próprios repórteres para perceberem e relatarem um evento: “Mesmo que os repórteres sejam testemunhas pessoais de um evento, eles só conseguem perceber parte da realidade”. Essa incapacidade de perceber o todo acaba tornando a seleção e a ordenação de informações inevitáveis tanto para compreender o que está acontecendo quanto para noticiar os fatos.

A partir das reflexões de Gitlin, Shoemaker & Reese, Carragee & Roefs e Zald, o autor também explica que as rotinas jornalísticas fazem com que alguns

enquadramentos sejam mais comuns do que outros e que o conflito de interesses entre jornalistas e empresas jornalísticas afetam os enquadres, assim como as relações com outros atores sociais. Já Scheufele (1999) trata da relação entre enquadramentos individuais – aqueles que cada indivíduo constrói sobre determinados aspectos da realidade e que estão baseados na cultura e na relação com outros atores sociais, por vezes chamados pelos autores de “esquema” – e os noticiosos, afirmando que os jornalistas utilizam seu sistema individual para construir enquadramentos noticiosos, mas também que os enquadramentos noticiosos influenciam o esquema individual dos jornalistas.

Neste ponto, é importante destacar que o aspecto interacionista tanto da teoria do enquadramento quanto da de construção social da realidade faz com que ambas considerem a influência exercida pelo jornalismo como limitada. Considerando que a realidade é construída a partir da ação e do pensamento dos atores sociais, então ela é intersubjetiva, ou seja, surge a partir da interação e da comunicação entre os que fazem parte dela (BERGER; LUCKMANN, 2005). Se o jornalismo é um ator social, ele não é a principal fonte de influência sobre a realidade construída, mas sim uma delas – mesmo que, conforme Tuchman (1978, p. 208), ele corresponda a um dos atores sociais que possuem “mais recursos” para “criar, impor e reproduzir significados sociais”<sup>46</sup>.

Da mesma forma, embora haja autores, como McCombs e Shaw (1993), que relacionam os enquadramentos à hipótese de *agenda-setting*, a qual parte da premissa da causalidade (os temas debatidos pelos jornais são aqueles debatidos pelas pessoas), é importante lembrar que o conceito de enquadramento nasce na sociologia e tem a interação como premissa (VAN GORP, 2007). Essa questão é tão importante que, mesmo dentro do marco das teorias dos efeitos da mídia, os estudos sobre enquadramento estão incluídos na fase que McQuail chama de social construtivismo (SCHEUFELE, 1999, p. 105), ou seja, a que considera que a mídia provoca um grande impacto na construção social da realidade a partir da forma como enquadra fragmentos dela ao mesmo tempo em que esse efeito é limitado pela interação das mídias com a audiência, já que a audiência processa os enquadramentos ativamente.

---

<sup>46</sup> No original: “Some social actors thus have a greater ability to create, impose, and reproduce social meanings – to construct social reality”.

Também é relevante apontar que, considerando as inúmeras possibilidades de enquadramento e a interação entre atores sociais, ambas as linhas teóricas percebem o jornalismo como uma arena de disputas simbólicas entre indivíduos, grupos, instituições e culturas que promovem enquadres específicos e, assim, pretendem influenciar a construção da realidade (GAMSON, 1989; GAMSON et al, 1992; ENTMAN, 1993; VAN GORP, 2007). Conforme Gamson (1989, p. 158), esta promoção ocorre tanto de forma inconsciente quanto consciente, a depender da motivação. No primeiro caso, o objetivo seria unicamente utilizar o enquadramento “mais significativo” para tratar de determinada situação. No segundo, o uso de um enquadre específico está associado a interesses dos atores sociais, sejam eles de enaltecer ou desacreditar determinado grupo, causa ou entendimento e, geralmente, segue uma estratégia previamente estabelecida (VAN GORP, 2007, p. 68).

Desse modo, considerando os paralelos entre as duas linhas teóricas, é possível perceber que a aplicação de técnicas metodológicas para identificação de enquadramentos pode servir para a compreensão sobre a contribuição das notícias para a construção da realidade.

#### 4.3 ISSUE-SPECIFIC OU GENERIC NEWS FRAMES: DO ESPECÍFICO AO GENÉRICO

Conforme comentado no subcapítulo 4.1, a noção de enquadramento não foi apenas incorporada aos estudos do campo da comunicação, ela foi redefinida diversas vezes – tornando necessária a explicitação da definição a ser utilizada em cada pesquisa, o que também foi feito naquele ponto do texto. As diferentes definições deram origem a estudos diversos, os quais foram reunidos em classificações também distintas (MENDONÇA & SIMÕES, 2012). Considerando as categorizações especificamente voltadas para enquadramentos noticiosos, este estudo se baseia na proposta de De Vreese (2005)<sup>47</sup>, que dividiu os enquadres encontrados em notícias entre os genéricos (*generic news frames*) e os voltados para um tema (*issue-specific news frames*).

---

<sup>47</sup> O autor já havia apresentado essa categorização em artigos anteriores, como *News and European integration: News content and effects in cross-national comparative perspective* (1999) e *Framing Politics at the Launch of the Euro: A Cross-National Comparative Study of Frames in the News* (2001), mas é no texto de 2005 que ele se dedica a explicar as tipologias.



Os enquadramentos genéricos seriam os amplos, o que faz com que possam ser aplicados a coberturas de temas diversos, em diferentes tempos e locais/contextos culturais. O grupo é subdividido em dois: os enquadres genéricos que focam em cobertura política, principalmente eleições, e os que o autor define como “estruturais e inerentes às convenções do jornalismo” (DE VREESE, 2005, p. 55, tradução nossa<sup>48</sup>). Conforme o autor, no primeiro está incluído o enquadre de “corrida de cavalo” ou “jogo”, identificado por Patterson em um estudo de 1993 sobre a cobertura das eleições americanas entre 1960 e 1992. Já o segundo abarca os enquadramentos episódico e temático de Iyengar (1991), assim como os de conflito, interesse humano, atribuição de responsabilidade, moralidade e consequências econômicas identificados por Semetko e Valkenburg (2000). As pesquisas que trabalham com esses enquadres são dedutivas, pois partem de tipos pré-estabelecidos, os quais podem ser identificados a partir de análises de conteúdo padronizadas (MATTHES; KÖHRING, 2008; VIMIERO; MAIA, 2011).

Por outro lado, os enquadres voltados a um tema seriam, como o próprio nome sugere, aqueles que se relacionam mais intimamente com o objeto analisado. De Vreese (2005) ilustra citando as pesquisas de Cohen & Wolfsfeld (1993) sobre a Intifada, a de Roessler (2001) sobre a internet, a de Terkildsen & Schnell (1997) sobre o movimento das mulheres. No caso da pesquisa sobre o movimento das mulheres (TERKILDSSEN; SCHNELL, 1997), por exemplo, os principais enquadramentos identificados nas notícias foram: de papéis de gênero tradicionais, de antifeminismo, de direitos econômicos e trabalhistas, de papéis políticos e de feminismo ou igualdade de gênero.

As análises *issue-specific* têm natureza indutiva, ou seja, dependem do contato com o corpus e com o tema de que ele trata para a emergência dos enquadramentos (RIZZOTTO; ANTONELLI; FERRACIOLI, 2016). Embora tenham aplicabilidade restrita, os enquadramentos do tipo *issue-specific* permitem uma abordagem muito mais específica e detalhada do tópico narrado nos textos analisados, cobrindo aspectos de seleção, organização e relevância que são particulares daquele tema (DE VREESE; PETER; SEMETKO, 2001; RIZZOTTO; ANTONELLI; FERRACIOLI, 2016).

---

<sup>48</sup> No original: “A second group focuses on generic news frames that are structural and inherent to the conventions of journalism”.



Assim, considerando que esta pesquisa parte de um caso específico para compreender, sob uma perspectiva feminista, os ângulos das notícias sobre estupro, considera-se que ela se aproxima de uma análise *issue-specific*. Neste sentido, a identificação dos enquadramentos se inicia com a observação do corpus, para então partir para a criação de variáveis e códigos, conforme será detalhado adiante. Aqui é importante dizer que as variáveis, embora relacionadas ao corpus/tema, serão derivadas das funções apresentadas na definição de enquadramento de Entman (1993) – definição do problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento –, conforme proposta de Matthes e Köhring (2008).

Para os autores, essas funções correspondem a elementos que compõem um enquadramento e que podem ser transformadas em variáveis, as quais “sistematicamente agrupadas de um jeito específico” (Ibid., p. 264) formam padrões, os quais podem ser identificados em diferentes textos. Conforme eles, a análise de enquadres a partir desses elementos tende a ser mais confiável do que uma feita a partir de uma definição que não possa ser traduzida em indicadores empíricos.

Contudo, não é possível dizer que o estudo segue à risca às análises voltadas a um tema. Como um dos objetivos da pesquisa é criar tipologias de enquadres que possam ser utilizadas em outras pesquisas que tratem da violência contra a mulher, os enquadramentos identificados aqui se aproximarão dos do tipo genérico, ou seja, não estarão restritos ao episódio de que tratam. É isso que vai garantir que possam ser aplicados a outras coberturas, feitas em diferentes tempos e locais. Assim, temos uma pesquisa que, de certa forma, flutua entre as classificações propostas por De Vreese (2005).

#### 4.4 CORPUS DA PESQUISA E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

A presente pesquisa prevê a análise de textos noticiosos que tratam do caso de estupro coletivo registrado no município de Castelo do Piauí em maio de 2015. O corpus é composto por notícias publicadas nas versões on-line dos seguintes jornais: *Folha de S. Paulo* (SP), *O Globo* (RJ), *O Dia* (PI) e *Meio Norte* (PI). Os veículos de imprensa foram escolhidos por representarem jornais de relevância nos âmbitos nacional e local. De acordo com levantamento feito pelo Instituto Verificador

de Circulação (IVC)<sup>49</sup>, em 2018, *O Globo* foi o jornal com maior circulação impressa e digital do país, seguido por *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Dados do Comscore, que registra a audiência online, também indicam que os dois veículos de alcance nacional analisados estiveram entre os mais acessados do país durante o ano de 2018, tanto no que diz respeito a visitantes únicos quanto páginas vistas acumuladas<sup>50</sup>.

Conforme dito na introdução deste trabalho, a escolha dos meios de comunicação de âmbito nacional também se relaciona ao fato de que *O Globo* foi o primeiro a noticiar o episódio do estupro coletivo de Castelo do Piauí, enquanto a *Folha de S. Paulo* fez a cobertura mais extensa sobre o episódio. Vale considerar ainda que os dois jornais adotam posturas editoriais diversas, sendo o primeiro mais conservador e o segundo mais progressista – o que pode vir a influenciar os enquadramentos encontrados.

No caso dos jornais de relevância local, a escolha se baseia em números fornecidos pelos próprios veículos ou seus representantes comerciais. *O Meio Norte*, por exemplo, intitula-se “o maior jornal do Piauí”<sup>51</sup>, com tiragem de 10 mil exemplares, a qual chega a todos os 244 municípios do estado. Ainda conforme o veículo, medições do IVC atestam que ele tem a maior circulação do estado. Já *O Dia* tem tiragem de 8.500 exemplares, conforme a FTPI Negócios em Mídia<sup>52</sup>, que comercializa os espaços publicitários do veículo. Além desses, alguns registros como o texto “O futuro dos jornais impressos no Piauí”, publicado no Observatório de Imprensa<sup>53</sup>, indicaram a existência de um terceiro grande jornal impresso no estado, o *Diário do Povo*. Contudo, o próprio texto indica que o veículo passava por dificuldades financeiras a partir de 2017 e, em 2018, quando esta pesquisa foi iniciada, o site do jornal estava fora do ar. No ano seguinte, um novo site entrou no ar, mas buscas feitas pelo Google não encontram notícias anteriores a 2019. Assim,

---

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/efeito-bolsonaro-bump-foi-timido-e-jornais-tradicionais-perdem-assinantes/>. Acesso em: 1 de junho de 2019.

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/site-da-folha-lidera-audiencia-entre-os-jornais.shtml>. Acesso em: 1 de junho de 2019.

<sup>51</sup> GRUPO MEIO NORTE. **Jornal Meio Norte: o maior jornal do Piauí**. Teresina. Disponível em: <https://sistema.meionorte.com/jornalmeionorte.html>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

<sup>52</sup> FTPI Negócios em Mídia. **O Dia**. Disponível em: <http://ftpi.com.br/jornal/o-dia/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

<sup>53</sup> Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/o-futuro-dos-jornais-impressos-no-piaui/>. Acesso em: 1 de junho de 2019.

mesmo que houvesse comprovação da relevância do jornal, ele não poderia ser usado na análise.

Outro ponto importante relacionado à escolha de todos os veículos analisados é que os textos publicados por eles são, em sua maioria, originais, ou seja, foram produzidos pela equipe do próprio jornal – ou por jornalistas prestando serviço para eles, o que pode ser identificado a partir da assinatura das notícias. Uma pesquisa exploratória revelou que parte dos principais veículos em circulação impressa e digital do país, conforme o IVC, repercutiu o episódio do estupro coletivo de Castelo do Piauí utilizando textos de agências de notícias, como a *Folhapress*, a *Agência Brasil* e o *Estadão Conteúdo*. Foi o caso da *Zero Hora*, do *Estado de Minas* e do *Correio Braziliense*. Uma análise da cobertura feita por estes veículos indicaria enquadramentos muito semelhantes – senão iguais, devido à republicação de textos. Embora esse tipo de resultado possa ser relevante em uma discussão sobre jornalismo, ele não diz respeito aos objetivos desta pesquisa.

Ao todo, são analisados 82 textos noticiosos, sendo que 22 foram publicados na *Folha de S. Paulo*, 8 no *O Globo*, 33 no *O Dia* e 19 no *Meio Norte*. Eles foram publicados entre 28 de maio de 2015 – dia seguinte ao episódio – e 25 de setembro 2018 – quando os menores condenados pelo crime saíram do centro onde estavam internados para cumprir o restante da pena em semiliberdade.

As matérias foram encontradas por meio de busca feita no site da *Folha de S. Paulo*, do *O Globo*, do *O Dia* e do *Meio Norte* a partir do termo “Castelo do Piauí” e da delimitação do período. Os resultados foram então cruzados com os encontrados em busca avançada feita no Google, a qual foi delimitada aos sites de interesse. Com uma lista de todas as notícias publicadas sobre o caso, a pertinência delas à pesquisa foi avaliada individualmente. Foram eliminadas as matérias que não diziam respeito ao caso e as que não o utilizavam como ponto de partida para o aprofundamento de discussões, apenas citando-o como exemplo de algo. Também não foram considerados para a análise os textos que compunham a cobertura do homicídio de um dos adolescentes considerados culpados pelo estupro coletivo (exceto o que noticiava a morte do adolescente, analisado como um desdobramento do caso).

Conforme citado anteriormente, a pesquisa se situa entre os tipos *generic* e *issue-specific* (DE VREESE, 2005), já que parte de um episódio e um tipo de violência sexual específicos para chegar a enquadramentos que possam dizer

respeito à violência sexual de uma forma mais ampla e, conseqüentemente, que possam ser identificados em estudos que tratem de coberturas feitas em diversos tempo e locais. As variáveis são derivadas das quatro funções dos enquadramentos propostas por Entman (1993) – definição do problema, interpretação causal, julgamento moral e recomendação de tratamento, as quais determinam o que um agente causal está fazendo e a quais custos e benefícios com base nos valores culturais, identificam as forças que fazem surgir o problema, avaliam os agentes causais e seus efeitos, e oferecem tratamentos ou soluções para o problema, além de levantar suas prováveis conseqüências –, da perspectiva feminista sobre violência sexual contra a mulher e de resultados de pesquisas anteriores sobre o tema. Ao todo, são analisadas seis variáveis.

Além do cruzamento destas informações, análises-teste realizadas a partir de outros objetos e também de parte do corpus desta pesquisa permitiram testar variáveis e colocar à prova a pertinência das que são utilizadas aqui. As experimentações consistiram em análises de enquadramentos noticiosos nas coberturas que diziam respeito à importunação sexual no transporte coletivo de Curitiba (*Gazeta do Povo*) (FARIA; SARAIVA, 2018), aos casos Roger Abdelmassih e João de Deus (*Folha de S. Paulo*) (FARIA; SARAIVA; PANKE, 2019), e ao próprio caso do estupro coletivo de Castelo de Piauí (*Folha de S. Paulo*) (FARIA, 2019).

No âmbito da definição do problema, considerando a perspectiva feminista sobre a violência sexual contra a mulher, o principal objetivo é detectar se o estupro é tratado como uma violência institucionalizada ou não, ou seja, se as notícias estabelecem, “a partir do problema individual, uma conexão com os aspectos socioculturais envolvidos, como noções de desigualdade de direitos e sentimentos como posse, controle e direito sobre o corpo e a vida das mulheres” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 144). Para isso, são analisadas três variáveis: *abrangência*, *tópico* e *fontes*.

A primeira tem caráter binário e avalia diretamente a questão da institucionalização da violência, prevendo a classificação das unidades de análise entre “caso isolado” e “violência institucionalizada”, a partir da identificação da ausência/presença de contextualização sobre o estupro e outras violências sexuais (dados, referência a outros casos, leis e políticas públicas relacionadas à violência

contra a mulher, informações sobre denúncias e grupos de acolhimento, etc.). Ela se aproxima da análise proposta por Iyengar (1991, p. 2, tradução nossa<sup>54</sup>), que classifica os enquadres em dois tipos: o episódico, que “foca em eventos específicos e casos particulares”, e o temático, que “coloca as questões e eventos políticos em um contexto geral”. Em sua pesquisa sobre como os tópicos políticos eram enquadrados na televisão, o autor identificou a predominância dos enquadres episódicos e relacionou o resultado à dificuldade que o público tem de atribuir responsabilidade a determinados atores por problemas da sociedade. “Os estudos reportados aqui demonstram que a exposição a notícias episódicas torna os espectadores menos propensos a responsabilizar agentes públicos pela existência de algum problema” (Ibid., p. 2-3, tradução nossa<sup>55</sup>). O mesmo se aplica ao estupro: sem uma contextualização adequada, torna-se difícil compreender a origem do problema e de responsabilizar tanto o regime pelas altas taxas de incidência desse tipo de crime quando os governantes por ações para combatê-lo.

A variável *tópico* observa a informação de maior relevância no *lead* da matéria para verificar, em linhas gerais, de que ela trata, enquanto a variável *fontes* constata quem são os atores ouvidos pelos repórteres dos veículos analisados. Ambas complementam os resultados da primeira variável, mostrando que os textos podem tratar especificamente do caso ou utilizá-lo para promover discussões mais amplas sobre o tema, além de indicarem quais atores sociais são consultados e mencionados, ou seja, quem está contribuindo para a construção das narrativas sobre violência sexual contra mulheres nos jornais. Aqui, vale lembrar que as pesquisas citadas no capítulo 2 identificaram que, em notícias sobre violência contra a mulher, as vozes mais ouvidas são as de representantes da polícia.

A combinação entre os códigos das três variáveis é que vai mostrar de que forma o problema é definido. Para isso considera-se, no caso dos tópicos, se os códigos estão mais intimamente ligados ao próprio episódio, ao entendimento feminista sobre violência sexual contra a mulher ou até a violências que não entram no rol das patriarcais. No caso das fontes, se elas se relacionam apenas ao caso, se podem, por representarem a Justiça, a polícia ou o campo político, falar sobre a

---

<sup>54</sup> No original: “The episodic news frame focuses on specific events or particular cases, while the thematic news frame places political issues and events in some general context”.

<sup>55</sup> No original: “The studies reported here demonstrate that exposure to episodic news makes viewers less likely to hold public officials accountable for the existence of some problem and also less likely to hold them responsible for alleviating it”.

violência contra a mulher de forma mais ampla (abordando políticas públicas, rede de acolhimento, contexto, etc.), ou ainda se são fontes especializadas em direitos das mulheres e questões de gênero. Além de poder ser definido como caso isolado ou violência institucionalizada, o problema também poderá ser apresentado no texto como uma categoria intermediária, que reconhece que ele não é um caso isolado, mas não o associa ao regime de dominação masculina.

A partir das variáveis *causa* e *solução*, que se ligam às funções interpretação causal e recomendação de tratamento, respectivamente, pretende-se verificar o aprofundamento da discussão sobre estupro nos textos analisados, além da relação que eles estabelecem – ou não – entre episódios de violência sexual contra mulheres e discussões sobre as desigualdades de gênero. Para isso, é observada a ausência/presença de motivos para a ocorrência desse tipo de violência, assim como de alternativas para o combate e a prevenção dele. É importante notar que causas e soluções podem estar ligadas tanto ao caso noticiado quanto ao estupro de uma forma geral e, assim, aproximar as unidades de análise de enquadramentos diferentes.

Por fim, em relação à função julgamento moral, a variável homônima tem como principal finalidade a de identificar se ocorre “reforço dos estereótipos sobre papéis de gênero e comportamentos socialmente esperados” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p.149-150) de mulheres e homens, conforme verificado pelas autoras em notícias sobre feminicídio. Estudos anteriores (PRADO; SANEMATSU, 2017; MOURA, 2014) mostraram que é por meio da inclusão de juízos baseados em ideias patriarcais sobre o que é ser mulher/homem que ocorre a revitimização, ou seja, que se transfere para as mulheres a responsabilidade pelo mal que sofreram. Além disso, eles podem servir para naturalizar a violência masculina, patologizar agressores ou simplesmente reproduzir os estereótipos. Também são observados os julgamentos que dizem respeito à própria violência – individualizada ou não – e à forma como ela é tratada na sociedade, já que se considera que eles contribuem para uma percepção sobre o tratamento dado ao problema nas notícias.

Os códigos que compõem as variáveis foram criados a partir da perspectiva feminista sobre a violência contra a mulher e estupro, e de uma leitura flutuante das unidades de análise. Eles são apresentados no QUADRO 1, mas uma descrição mais detalhada de cada um pode ser encontrada no livro de códigos (anexo II).

QUADRO 1 – VARIÁVEIS E CÓDIGOS

<b>Variáveis</b>	<b>Códigos</b>
Definição do problema – Abrangência	Estupro como violência institucionalizada Estupro como caso particular
Definição do problema – Tópico	Episódio e envolvidos Desdobramento Repercussão Investigação e processo judicial Panorama da violência contra a mulher Acolhimento e recuperação Enfrentamento ao crime
Definição do problema – Fontes	Ausente Vítimas Agressores Famíliares e amigos das vítimas Famíliares e amigos dos agressores Justiça Acusação Defesa Polícia (geral) Polícia (crimes de gênero) Conselho Tutelar Profissionais de saúde Moradores de Castelo Organizações e comissões (gênero) Executivo/legislativo municipal/estadual Executivo/legislativo municipal/estadual (gênero) Especialistas (acad.) em gênero Outros veículos Outras organizações
Causa	Ausente Alteração dos sentidos Falhas da polícia e da Justiça Outros problemas estruturais Machismo
Julgamento moral	Ausente Mulheres de respeito Comportamento duvidoso Monstros Caso bárbaro Cenário assustador Tratamento inadequado
Solução	Ausente Responsabilização dos agressores Reparação às vítimas Promoção da igualdade de gênero Combate à violência Leis e penas mais duras

FONTE: A autora (2020).



Em relação aos enquadramentos, vale lembrar que esta pesquisa se propõe a fazer uma análise que é indutiva, ou seja, depende do contato com o corpus e o tema de que ele trata para a emergência dos enquadramentos. Com isso, somente após a análise será possível identificá-los e determinar quais os prevalentes. Porém, conforme citado anteriormente, algumas análises feitas para, entre outros fins, testar a pertinência das variáveis a serem analisadas aqui, indicam algumas tendências sobre a forma como as coberturas tratam as violências sexuais contra a mulher.

No caso da análise dos enquadramentos encontrados na cobertura feita pela Gazeta do Povo sobre importunação sexual no transporte coletivo de Curitiba, concluiu-se que a cobertura é predominantemente episódica (violência sexual como caso isolado), ignorando discussões sobre causas para esse tipo de situação e elencando denúncia como solução, o que distancia a importunação sexual da questão de gênero. Outro enquadramento encontrado foi o reprodução de ideias machistas, ou seja, notícias que, além de não levantarem o debate sobre a questão a partir da perspectiva de gênero, ainda trazem julgamentos morais que acabam culpabilizando a vítima ou naturalizando a violência masculina. Um último enquadre é o que abre uma brecha para uma conscientização sobre o tema, seja pela contextualização ou pela sugestão de que o debate em sociedade sobre as desigualdades de gênero podem contribuir para solucionar – ou seja, diminuir a incidência ou evitar – este tipo de crime.

O estudo sobre os enquadramentos encontrados no primeiro mês de cobertura feita pela *Folha de S. Paulo* dos casos Roger Abdelmassih e João de Deus<sup>56</sup> identificou dois enquadramentos principais: um que diz respeito à cobertura episódica dos casos, mas preocupada em estabelecer um contexto do próprio caso, dando a dimensão da relevância da situação a partir do número de denúncias e do reconhecimento de que novas poderiam surgir (para isso, orientações sobre como vítimas poderiam proceder para fazer as denúncias eram trazidas nas notícias); e outro que é ainda mais distante da discussão do tema sob uma perspectiva de gênero, pois traz informações ainda mais superficiais sobre os casos.

---

<sup>56</sup> Roger Abdelmassih e João de Deus são os protagonistas de dois notórios casos de violência sexual no Brasil. Abdelmassih é médico especialista em reprodução assistida que foi denunciado em janeiro de 2009 e condenado a 181 anos de prisão pelo estupro de 37 pacientes. João de Deus é o médium denunciado em janeiro de 2018, com mais de 300 queixas de abuso sexual. Os casos causaram grande comoção tanto pelo número de vítimas como porque ambos os homens utilizaram seu poder para abusar de mulheres em situação vulnerável.



## 5 ENQUADRAMENTOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE ESTUPRO

Considerando o entendimento da violência sexual contra a mulher e as ideias desenvolvidas pela teoria construcionista do jornalismo expostos até aqui, além da descrição dos procedimentos de análise de enquadramento noticioso a serem realizados, este capítulo apresenta a análise dos textos que compõem o corpus da pesquisa.

Conforme dito anteriormente, serão analisadas seis variáveis derivadas das funções de Entman (1993). Contudo, alguns outros dados da cobertura de cada veículo, como o número de notícias publicadas, a quantidade de notícias assinadas e o sexo dos repórteres envolvidos na cobertura, além de qualquer outra informação que possa ser relevante para explicar o contexto no qual as notícias foram produzidas também serão apresentados.

A análise das variáveis correspondente a cada jornal – lembrando que o foco deste estudo é o que foi publicado na versão on-line – serão apresentadas separadamente, em diferentes subcapítulos. Posteriormente, os resultados serão comparados e os enquadramentos emergentes, identificados.

### 5.1 FOLHA DE S. PAULO

O estupro coletivo de Castelo do Piauí ocorreu no dia 27 de maio de 2015, porém a *Folha de S. Paulo* publicou seu primeiro conteúdo sobre o episódio apenas no dia 9 de junho. O texto em questão é uma coluna intitulada “O silêncio sobre o estupro coletivo de quatro meninas”<sup>57</sup>, assinada pela jornalista Cláudia Collucci, que questiona o motivo pelo qual um caso tão grande estaria “passando quase que despercebido” no país:

“Pergunto-me o porquê desse silêncio? Será que a vida de quatro garotas pobres do interior do Piauí vale menos do que qualquer coisa que aconteça na Avenida Paulista, em São Paulo, ou na Lagoa, no Rio, para chocar as pessoas e chamar a atenção da mídia, das redes sociais, do mundo?”. (COLLUCCI, 2015, não paginado).

---

<sup>57</sup> COLLUCCI, C. O silêncio sobre o estupro de quatro meninas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 de junho de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiacollucci/2015/06/1639825-o-silencio-sobre-o-estupro-coletivo-de-quatro-meninas.shtml>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

A partir do questionamento feito pela jornalista, responsável pela cobertura de saúde do veículo, a *Folha* passou a cobrir o caso na editoria Cotidiano. Dos cerca de 30 textos encontrados no site do jornal e no Google que, de alguma forma, se relacionavam ao episódio, apenas 22 foram analisados. Os demais eram análises (opinião) ou tratavam do homicídio de um dos adolescentes acusados pelo crime por seus colegas após confessar e denunciá-los – e por isso não foram considerados pertinentes para responder a questão proposta pela pesquisa.

A primeira matéria publicada pelo jornal sobre o episódio, do dia 10 de junho de 2015, já tratava da morte de uma das vítimas do crime. A última foi publicada em 28 de fevereiro de 2018 e apresentava o resultado do julgamento do homem considerado o mandante do estupro coletivo. A maior parte das notícias publicadas pela *Folha* foram produzidas pela equipe do próprio jornal – ou por colaboradores contratados especialmente para isso. Os dados exatos, coletados a partir da assinatura dos textos, são: 19 matérias são produto da própria *Folha* e 3 foram escritas pela equipe do portal *UOL*<sup>58</sup>.

A assinatura dos textos também indica que a cobertura foi feita majoritariamente por mulheres: são 17 notícias assinadas por repórteres do sexo feminino, ante duas assinadas por homens e três que saíram sem assinatura. Além disso, elas mostram que parte das matérias foram produzidas no local do crime – ou próximo a ele: das 22 unidades analisadas, 7 foram escritas por “enviada especial a Castelo do Piauí” e outras 7 foram produzidas por repórteres situados no estado do Piauí. Além dessas, 8 não indicam onde foram escritas – o que denota que são produto do trabalho da redação da *Folha de S. Paulo* no município de São Paulo –, e uma é resultado de colaboração de um repórter de Maceió.

Todas essas informações indicam que, depois de ter ignorado o episódio por alguns dias, já que ele estava fora do alcance de sua rede noticiosa (TUCHMAN, 1978), a *Folha* tentou reverter a situação e demonstrar que o fato era, sim, relevante e deveria estar sendo noticiado – e isso serve como um primeiro indicativo sobre como o jornal enquadra a situação. Conforme Entman (1991, p. 9, tradução nossa<sup>59</sup>), “a primeira, e por vezes mais crítica, escolha relacionada a tamanho

---

<sup>58</sup> O portal *UOL* integra o mesmo grupo empresarial que a *Folha de S. Paulo*, mas os conteúdos publicados pelos dois veículos são produzidos por redações separadas.

<sup>59</sup> No original: “The first and in some ways most critical sizing choice involves the overall salience of the event in the flow of the news”.

envolve a saliência geral do evento”, ou seja, a quantidade de espaço que ela ocupa diariamente no noticiário. Aqui, dada a proposta<sup>60</sup>, esse espaço é medido principalmente em número de notícias publicadas, mas também considera-se o esforço envolvido em publicá-las, como enviar repórteres de São Paulo para o Piauí. Ainda assim, é preciso lembrar que esse espaço pode – e, considerando a coluna de Cláudia Collucci, provavelmente está – atrelado à barbaridade do episódio. O destaque a situações extremas como essa pode, além de ter um tom sensacionalista, dar a falsa impressão de que os crimes de violência sexual contra a mulher são trágicas exceções, quando os números indicam que não: são cerca 66 mil estupros registrados anualmente no país<sup>61</sup> – 3,5 mil deles, coletivos<sup>62</sup>.

Partindo então para a observação das variáveis, tem-se que, no âmbito da definição do problema, a *abrangência* de 86,36% dos textos – ou seja, 19 deles - é restrita ao episódio do estupro coletivo de Castelo do Piauí, sem apresentar qualquer informação sobre o contexto da violência sexual contra a mulher no município, no estado ou no país, nem tentar estabelecer relações com outras situações semelhantes, ou ainda sem informar sobre procedimentos para denúncias desse tipo de crime. Os outros 13,64% das notícias – em números absolutos, 3 - analisadas trata o estupro como violência institucionalizada, conforme mostra o GRÁFICO 1.

Como se trata de análise da cobertura de um episódio específico – em vez de uma de um corpus composto por todas as notícias sobre violência sexual contra a mulher em determinado período, por exemplo –, é esperado que uma parte delas seja dedicada exclusivamente à situação em questão. Contudo, ao não construir o contexto da ocorrência de estupros no estado ou país em um número maior de textos, o veículo dificulta uma compreensão mais ampla do problema, além de não deixar claro que ele faz parte do dia a dia de milhares de mulheres. Ao falarem sobre o papel da imprensa na cobertura sobre violências contra a mulher, principalmente sobre o feminicídio, Prado e Sanematsu (2017) explicam que o objetivo dos meios de comunicação e dos repórteres deve ser estabelecer, a partir do problema

---

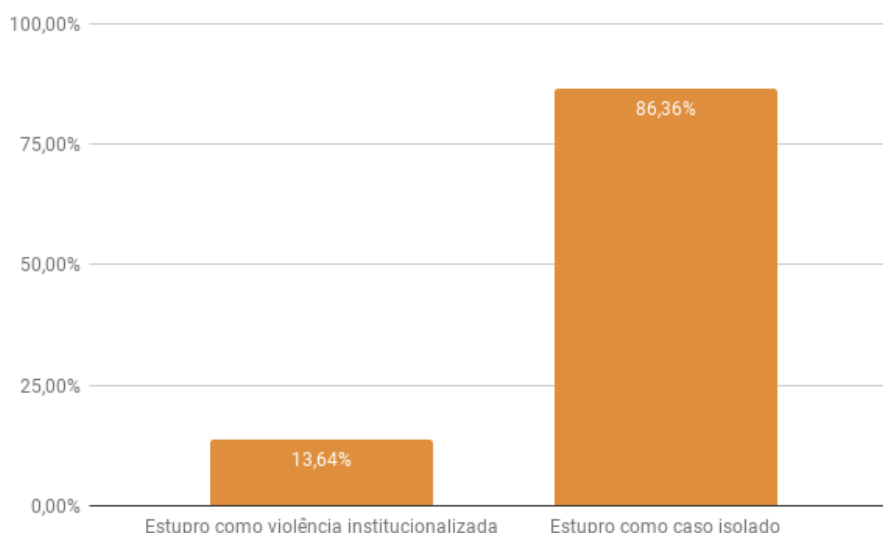
<sup>60</sup> A pesquisa observa os enquadramentos noticiosos da cobertura online feita pelos jornais mencionados – e o faz cinco anos após o início da publicação dos textos sobre o caso. Assim, torna-se inviável analisar o espaço ocupado pelas matérias que dizem respeito ao episódio nas capas (digitais) dos jornais.

<sup>61</sup> Dado do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre 2018, ver referência.

<sup>62</sup> Dado do Ministério da Saúde sobre 2016, ver referência.

individual, uma conexão com aspectos como a relação desigual entre homens e mulheres, que dá a eles a sensação de possuírem e controlarem os corpos e as vidas delas. Porém, não é isso que se verifica nesse caso.

GRÁFICO 1 – FOLHA DE S. PAULO: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ABRANGÊNCIA



FONTE: A autora (2020).

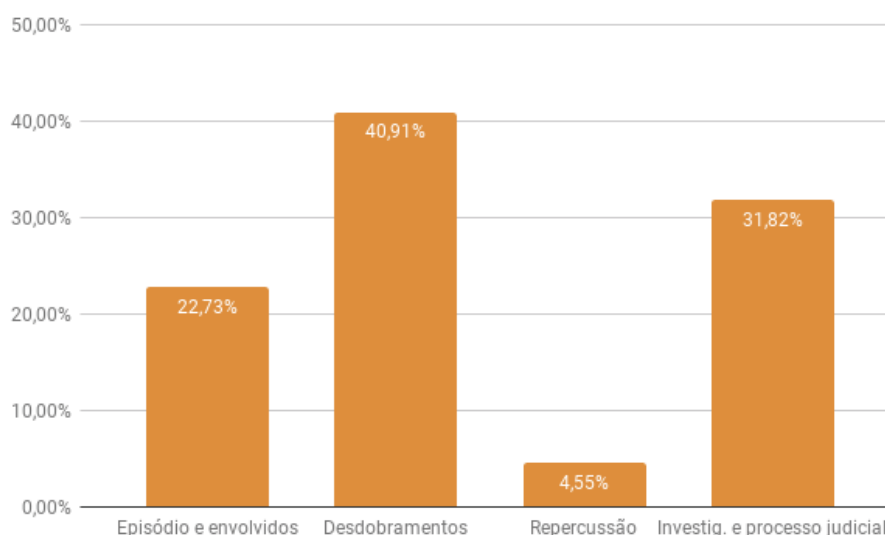
Ainda na avaliação desta variável, é interessante observar com mais atenção os três casos em que o estupro é tratado como violência institucionalizada. O primeiro deles é uma notícia em que a ONU Mulheres, entidade da Organização das Nações Unidas que tem como objetivo promover o empoderamento da mulher e a igualdade de gênero, comenta o estupro coletivo de Castelo do Piauí – e é a própria organização que apresenta dados sobre a violência sexual contra mulheres no Brasil. O segundo texto apenas cita outro caso de estupro coletivo no estado do Piauí, enquanto o terceiro é uma retomada da história de Castelo feita em 2017, quando a *Folha* divulgou em primeira mão dados sobre estupros coletivos no país e publicou uma série de matérias sobre o tema. Em outras palavras, das três ocorrências, apenas duas trouxeram, de fato, um contexto mais amplo. Além disso, à época do registro do crime, o panorama sobre a violência sexual contra a mulher só foi selecionado como informação relevante quando citado por uma organização que trabalha pela promoção da igualdade de gênero.

Também no âmbito da definição do problema, a variável *tópico* reforça a ideia de que o estupro é tratado como caso isolado, já que os textos focam

exclusivamente em temas ligados ao próprio caso, como detalhes do episódio e da investigação sobre ele, além de desdobramentos e repercussões dele, conforme mostra o GRÁFICO 2.

É interessante ressaltar que um caso como o de que trata a cobertura poderia ser utilizado como ponto de partida para discussões mais amplas e aprofundadas sobre a violência contra a mulher – aliás, seria desejável que ele o fizesse para que o jornalismo cumprisse seu papel na “promoção de debates mais aprofundados” (PRADO; SANEMATSU, 2017) sobre o tema e o próprio livro de códigos desta pesquisa, criado a partir do contato com o corpus e da visão feminista sobre estupro e violência, prevê essa possibilidade, incluindo os códigos “panorama da violência contra a mulher” e “acolhimento e recuperação”. Contudo, isso não acontece nem nos textos em que o estupro é tratado como uma violência institucionalizada – e os códigos citados não são registrados na cobertura da *Folha*, o que denota certa superficialidade na forma como o jornal decidiu abordar e discutir o tema da violência sexual.

GRÁFICO 2 – FOLHA DE S. PAULO: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - TÓPICO

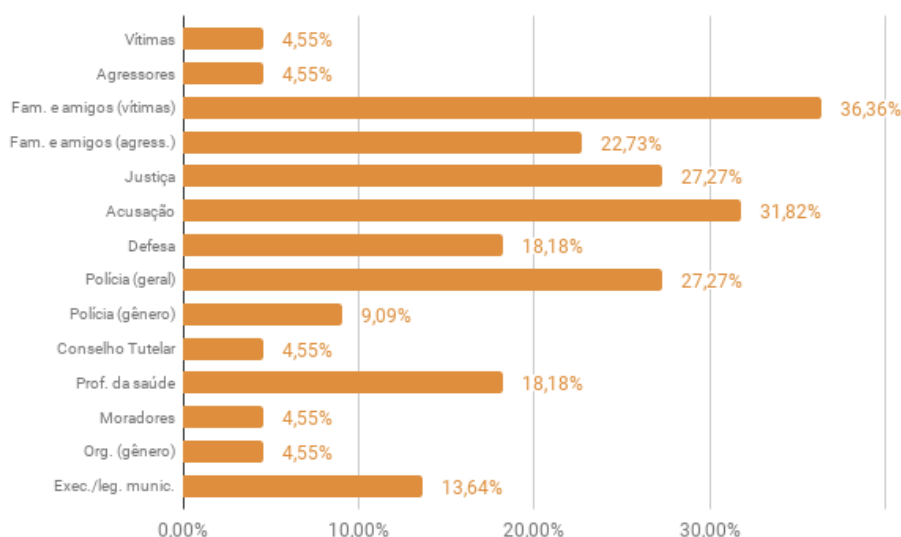


FONTE: A autora (2020).

O último aspecto analisado relacionado à definição do problema é o que trata das *fontes* consultadas pelos repórteres para a produção dos textos, apresentado no GRÁFICO 3. Nesse caso, são contabilizados todos os atores que

têm voz nas notícias, seja ela direta ou não, e a incidência de cada fonte em todo o corpus é calculada, o que significa que a soma das porcentagens relativas a todas as fontes ouvidas em todas as matérias ultrapassa 100%.

GRÁFICO 3 – FOLHA DE S. PAULO: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - FONTES



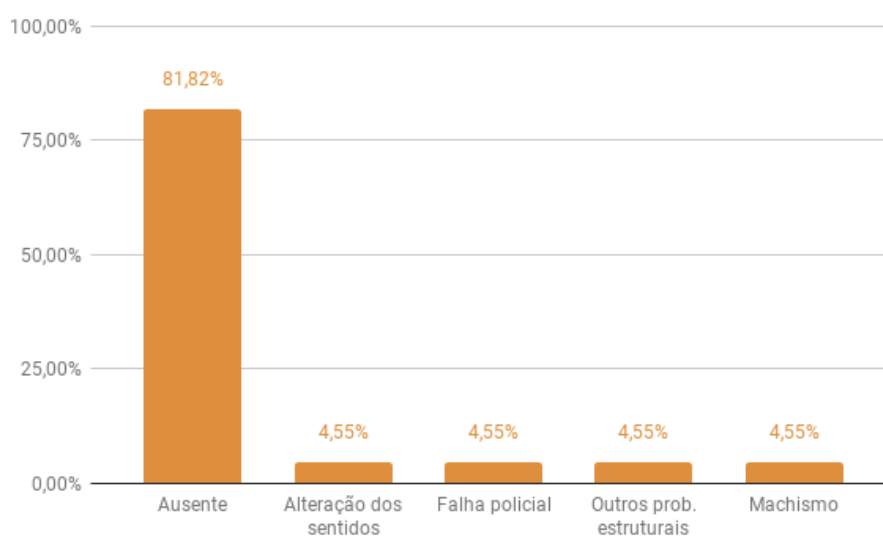
FONTE: A autora (2020).

Esta variável também reforça a ideia de que a cobertura individualiza o estupro, já que as fontes se relacionam, em sua maioria, ao caso (vítimas; agressores; familiares e amigos das vítimas; familiares e amigos dos autores; acusação; defesa; profissionais da saúde; moradores de Castelo). Contudo, há uma variedade de fontes que contraria os resultados apresentados na pesquisa conduzida por Andi e o Instituto Patrícia Galvão (2011) e no livro “Feminicídio: #InvisibilidadeMata” (PRADO; SANEMATSU, 2017), sobre a cobertura jornalística de violências contra a mulher. Conforme eles, é comum que a narrativa sobre esse tipo de crime seja apresentada principalmente do ponto de vista da polícia e da defesa dos acusados, quando outras fontes especializadas deveriam ser ouvidas. Na cobertura da *Folha*, nota-se um esforço para dar voz a outros atores – inclusive para setores da polícia especializados no atendimento a mulheres. Ainda assim, algumas vozes estão ausentes, como a de gestores de políticas públicas, pesquisadores e ativistas de movimentos sociais que possam contribuir para que a “cobertura

contemple a complexidade das violências contra as mulheres” (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 158).

Parte-se então para a análise da variável *causa* – única que diz respeito à função da interpretação causal de Entman (1993). Cada texto poderia apresentar mais de uma causa para o problema, mas, conforme mostra o GRÁFICO 4, a maioria deles – 81,82% - não trouxe qualquer motivação para ele. Considerando que os “porquês” de um acontecimento integram as perguntas básicas que um texto jornalístico deve responder – o que, quem, quando, onde, como e por quê – (PENA, 2006; FOLHA DE S. PAULO, 2011), este dado corrobora a ideia de que o tema é tratado de forma superficial – embora também seja importante apontar que não é qualquer explicação ou motivação que vai indicar um aprofundamento do tema, já que os textos podem trazer “falsas causas”, ou seja, motivos que não explicam a situação de fato.

GRÁFICO 4 – FOLHA DE S. PAULO: CAUSA



FONTE: A autora (2020).

Ainda assim, é importante comentar as outras ocorrências. Quando se usa a declaração dos agressores de que cometeram o crime porque haviam usado drogas – o que acontece na notícia intitulada “Garota de 17 anos vítima de estupro coletivo

morre no Piauí”<sup>63</sup>, codificada como “alteração dos sentidos”, a situação pode passar a ser percebida como um ato isolado de um indivíduo (ou, nesse caso, vários) que não está no controle de suas faculdades mentais – o que também acontece quando casos de feminicídio são “justificados” a partir de alegações como ciúmes ou violenta emoção. Assim, o leitor pode passar a focar na decisão do indivíduo de usar drogas – essa pessoa, então, é classificada como “má” e o crime relacionado a essa característica – ou no próprio efeito nocivo do uso de drogas, o que distancia a situação do contexto apresentado no capítulo 2 e, conseqüentemente, da relação deste tipo de violência com o patriarcado.

Já o código “falhas da polícia e da Justiça” foi atribuído à notícia em que o pai de uma das vítimas alega que o crime não teria ocorrido se não fosse por uma ação negligente da polícia. A acusação está relacionada ao fato de que Adão José Souza já era procurado pela polícia por um assalto quando participou do estupro das quatro jovens de Castelo do Piauí. Na busca por ele, a polícia teria passado próximo ao morro onde as jovens foram violentadas e, por isso, o pai considerou que a situação aconteceu em decorrência de uma falha dos policiais envolvidos na busca. Ao apresentar esse argumento, o texto coloca sobre terceiros – que não os agressores – a responsabilidade de evitar o estupro, sendo que não há uma reflexão sobre em que consistiria esse “trabalho de prevenção”. Mais uma vez, não há um estímulo à reflexão sobre os motivos reais que levam a este tipo de violência.

No caso em que “outros problemas estruturais” são apresentados como causa, nota-se uma tentativa de relacionar a violência cometida com problemas como desigualdade social e tudo que se relaciona a ela (pobreza, baixa escolaridade e falta de oportunidades iguais para todos, etc.). Porém, o “fator gênero” é desconsiderado nessa equação – o que se torna evidente quando consideramos que o estupro também envolve pessoas que têm uma boa renda, acesso à educação e a oportunidades, não têm problemas com drogas, etc. Sobre isso, vale retomar ideias desenvolvidas por Saffioti (2015), que diz que, ao culpar os pobres por uma cultura violenta, age-se por preconceito e que: “A violência de gênero, especialmente em suas modalidades doméstica e familiar, ignora fronteiras de classes sociais, de grau

---

<sup>63</sup> REIS, L. Garota de 17 anos vítima de estupro coletivo morre no Piauí. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 de junho de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1640061-garota-de-17-anos-vitima-de-estupro-coletivo-morre-no-piaui.shtml>. Acesso em: 1 de junho de 2019.

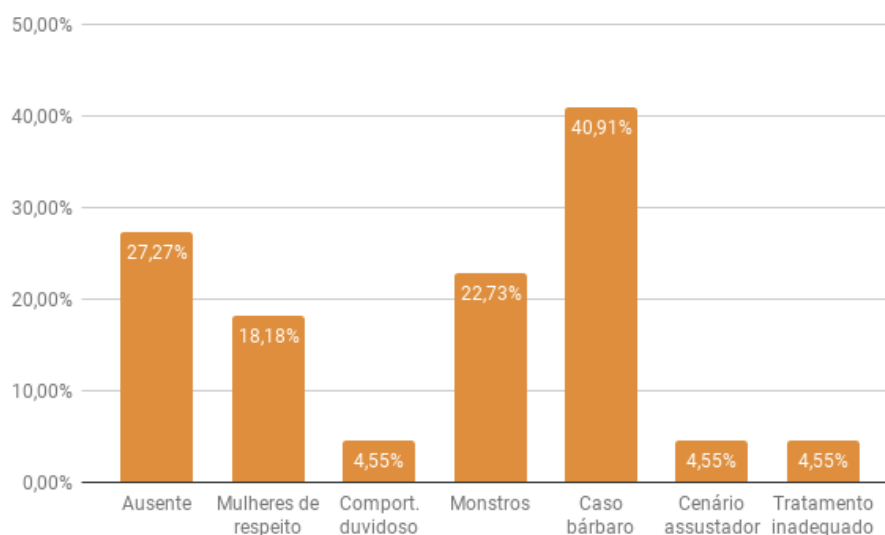


de industrialização, de renda per capita, de distintos tipos de cultura (ocidental x oriental), etc.” (Ibid, p.87).

Por fim, o machismo é apresentado como causa para o caso de estupro coletivo estudado em uma única notícia analisada. A incidência é insuficiente para levantar um debate aprofundado sobre a questão, mas é importante notar que existe essa percepção e que há momentos em que ela ganha espaço. Isso pode significar que uma mudança no modo que o jornalismo trata este tipo de violência de gênero está em curso.

No âmbito do *julgamento moral*, o primeiro ponto que chama a atenção é que, apesar de o jornalismo pretender ser objetivo e apresentar os fatos sem considerar interesses ou preconceitos, buscando a objetividade (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009), uma quantidade significativa de textos apresenta um ou mais tipos de juízo sobre o estupro, vítimas ou agressores – isso sem contar outros julgamentos identificados, os quais não contribuiriam para o objetivo desta pesquisa. Nesse sentido, é importante notar que o código “ausente” aparece em 27,27% dos textos (GRÁFICO 5), o que significa que 72,73% deles trazem algum juízo.

GRÁFICO 5 – FOLHA DE S. PAULO: JULGAMENTO MORAL



FONTE: A autora (2020).

O julgamento mais frequente é o que trata o próprio episódio como uma situação cruel (código “caso bárbaro”, presente em 40,91% das notícias). Apesar de

ser importante deixar clara a gravidade da violência sofrida pelas quatro jovens piauienses, a constante reiteração dessa ideia, a partir de, entre outros meios, a adjetivação do episódio como “bárbaro” ou “cruel”, faz com que ele se destaque como se fosse único – o que, como já mencionado, não é o caso. Na própria cobertura há uma notícia – de 2017, vale dizer – que revela que, entre 2011 e 2016, “o Piauí teve 207 casos de estupro coletivo registrados por hospitais, uma taxa de 1,43 por cem mil habitantes, a segunda mais alta do Nordeste, atrás apenas de Pernambuco (2,4)” (COLLUCCI, 2017).

Em seguida, vem o julgamento que diz respeito ao agressores: 22,73% das notícias contêm algum tipo de juízo que ajuda a construir – ou reforçar – a ideia de que os responsáveis pelo estupro coletivo são “monstros”. Conforme ele, os acusados são indivíduos que, por virem de famílias desestruturadas, usarem drogas e viverem do crime desde muito cedo, perderam a humanidade e se tornaram capazes de cometer um crime como aquele. Embora todos esses fatores possam afetar a forma como essas pessoas se relacionam com outras e com esse tipo de violência, essa imagem denota que estupros são cometidos apenas por pessoas que passaram por esse tipo de situação, assemelhando-se aos raciocínios que, nos termos utilizados por Saffioti (2015), patologizam os agressores ou que associam diretamente a pobreza à violência.

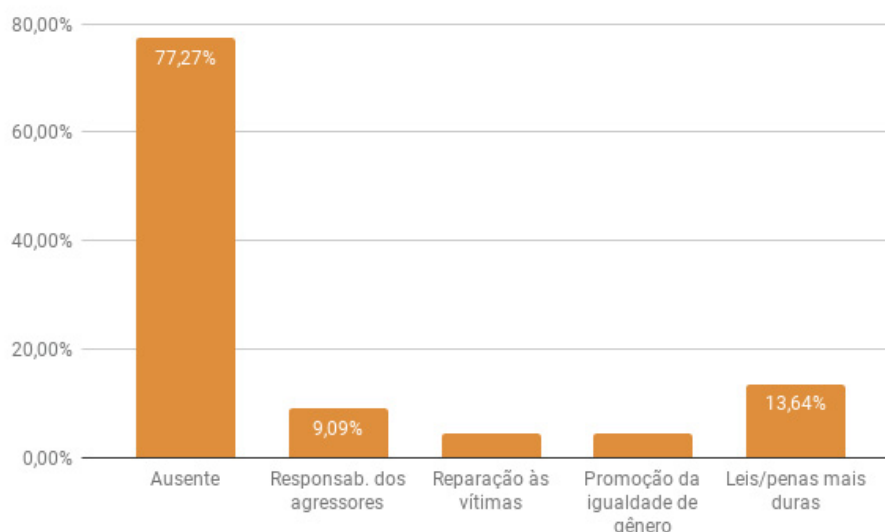
Na verdade, de acordo com o Anuário de Segurança Pública 2019, estupro é um crime comumente cometido dentro de casa, por pessoas de confiança da vítima. Assim, os textos que trazem esse julgamento moral simplificam a discussão, distanciam-na da perspectiva feminista e criam a falsa sensação de que todos os outros homens seriam incapazes de um ato como o relatado.

Os juízos positivos das vítimas, que mostram-nas como mulheres virtuosas e que não mereciam ter sofrido tamanha violência, são os terceiros mais comuns (18,18%). É interessante notar que esses juízos se baseiam no entendimento do papel do gênero feminino na sociedade patriarcal, conforme apresentado no capítulo 2 – e, assim, os reforçam: em vários momentos, por exemplo, faz-se menção à religiosidade das jovens, reforçando que elas se dedicavam muito aos estudos, à família e à igreja. Também vale notar que os julgamentos positivos das vítimas incluem as explicações apresentadas para legitimar a presença delas no local do crime, um morro afastado do centro.

Sobre isso, é importante dizer que a primeira informação sobre o espaço é: “As quatro meninas faziam fotos da paisagem da cidade quando foram abordadas pelos criminosos, em uma área afastada do centro” (REIS, 2015). Como apenas recentemente as mulheres começaram a romper as barreiras do que Miguel e Biroli (2014) denominam de esfera doméstica, conquistando o chamado espaço público, essa ligação entre um motivo que pode ser interpretado como frívolo e um lugar aparentemente inadequado para quatro meninas foi codificada como um julgamento negativo das vítimas chamado “comportamento duvidoso” e presente em 4,55% dos textos. Mais um ponto importante sobre isso é que com o decorrer da cobertura, a informação mudou: explicou-se que as fotos eram para um trabalho escolar e que o local era um ponto turístico da cidade.

Outros dois julgamentos também foram identificados, ambos presentes em 4,55% dos textos: o de “cenário assustador” e o de “tratamento inadequado” do episódio pela polícia. O primeiro remete ao panorama ou contexto de violência contra a mulher no país, reconhecendo que a violência é estrutural – mesmo que não trate necessariamente das causas para ela ou do fator que a torna sistêmica. O segundo vem de um comentário da delegada responsável pela criação do primeiro núcleo investigativo sobre feminicídio no país, Eugênia Villa, que afirmou que inicialmente havia a intenção de “esconder” as violências de gênero cometidas contra as jovens com uma denúncia por “homicídio por motivo fútil”. Assim, fica evidente a dificuldade para que a própria polícia, outra instituição criada e mantida dentro da sociedade patriarcal, reconheça os crimes de gênero e uma relação, na notícia, do estupro à dominação masculina.

Por fim, tem-se a análise da variável *solução*. As sugestões de recomendação de tratamento para o problema da violência sexual contra a mulher não aparecem em 77,27% dos textos, conforme mostra o GRÁFICO 6. Assim como o verificado no caso da causas, esta ausência também indica que o tema é tratado com superficialidade e que há pouco espaço para reflexões e discussões sobre a relação entre o estupro e o patriarcado – e as formas de construir uma realidade menos propícia à ocorrência desse tipo de violência.



FONTE: A autora (2020).

O segundo código mais recorrente é “leis e penas mais duras” (13,64%), que indica que os textos – 3, em números absolutos – sugerem que a resposta para esse tipo de crime, com o objetivo de evitá-los, deveria ser o endurecimento das leis existentes e das penas aplicáveis. Aqui é válido apontar que ao falar em endurecimento de leis e penas não há qualquer menção às leis específicas que tratam do estupro ou de violências contra a mulher. É preciso lembrar também que o estupro coletivo de Castelo do Piauí aconteceu em meio à discussão sobre a redução maioridade penal e a imputabilidade de menores, então em uma das notícias analisadas há uma sugestão para que as penas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente sejam mais rígidas e outra para que a maioridade penal seja reduzida – além de uma que propõe a pena de morte por fuzilamento dos responsáveis por situações como essa.

Também aparecem como solução a responsabilização dos agressores, a reparação às vítimas e a promoção da igualdade de gênero. Os três códigos são provenientes de um mesmo texto – embora haja um outro que também indique a responsabilização dos agressores como solução –, o que demonstra que, pelo menos nesse caso, há um olhar mais global sobre a situação: já que houve um crime, os responsáveis precisam pagar por ele e as vítimas precisam receber a atenção necessária para superarem a situação; contudo, a penalização não é o que vai impedir que esse tipo de crime ocorra novamente, daí a necessidade de mudar

comportamentos machistas. Este é mais um indício de início de aprofundamento do debate sobre a violência de sexual contra a mulher.

## 5.2 O GLOBO

O *Globo* foi um dos primeiros jornais de alcance nacional a noticiar o caso do estupro coletivo de Castelo do Piauí. No dia 28 de maio de 2015, às 8h36, algumas horas após o registro da situação, a primeira matéria sobre o episódio já estava publicada no site do jornal. Apesar disso, a cobertura foi bem menos extensa do que a da *Folha*, resumindo-se aos acontecimentos mais significativos da história, como a morte de Danielly Rodrigues e de Gleisom Vieira da Silva ou a condenação dos envolvidos.

Do material publicado no veículo, foram analisadas oito notícias – a primeira de maio de 2015, conforme já mencionado, e a última de 25 de setembro de 2018 – publicadas na editoria Brasil. Assim como no caso da *Folha de S. Paulo*, foram excluídas da análise as matérias que abordavam as consequências da morte do adolescente Gleisom, que derivaram da cobertura original.

Considera-se que toda a cobertura feita pelo jornal *O Globo* é original, ou seja, que todo o material produzido foi apurado e escrito por profissionais contratados pelo veículo ou que prestaram serviço para ele neste período. Convém explicar, porém, que a maioria dos textos – cinco deles – é assinada por um jornalista chamado Efrém Ribeiro, que atua no estado do Piauí, em Teresina, e é um dos blogueiros do portal *Meio Norte*, cuja cobertura também compõe o corpus da pesquisa. Apesar de ter publicado posts em seu blog sobre o episódio, Ribeiro produziu materiais diferentes para *O Globo*. Assim, os textos veiculados no jornal carioca não foram meras reproduções do que já havia saído na imprensa piauiense.

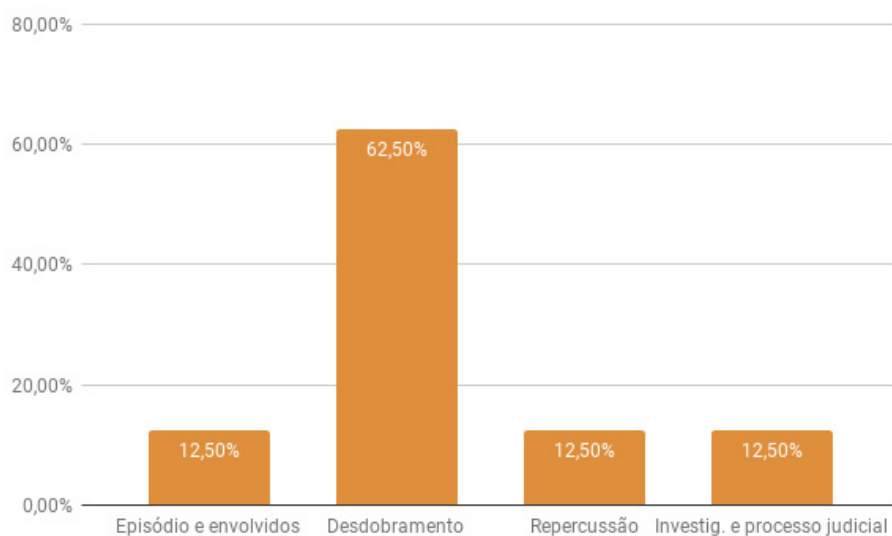
Além de Ribeiro, assina uma notícia a jornalista Renata Mariz, que escreve de Brasília. Outros dois textos não indicam quem foi o jornalista responsável por eles – embora deixem claro, por meio da assinatura “O Globo”, que foram produzidas por algum membro da redação do veículo. Assim, tem-se que a cobertura foi feita majoritariamente por homens. Além disso, a maior parte dos textos foi produzido em Teresina, nas proximidades do local onde o estupro coletivo em questão foi registrado. Os dois sem assinatura foram escritos no Rio e o assinado por Mariz, na capital federal. Em uma escala menor do que no caso da *Folha*, tanto pela extensão

da cobertura quanto por não ter deslocado equipes para o Piauí, é possível notar, a partir dessas informações, um esforço do veículo carioca para cobrir o episódio “localmente”.

A observação das variáveis mostra que, no que diz respeito à definição do problema, 100% dos textos publicados pelo jornal tratam o estupro como caso isolado, discorrendo exclusivamente sobre o episódio registrado em Castelo do Piauí, ou seja, sem fazer qualquer referência a outros casos ou ao atual panorama da violência – sexual ou não – contra a mulher no país. Também não aparecem informações que possam ser úteis a vítimas ou dados sobre políticas públicas – implantadas ou em prospecção – de combate a violências como essa. Mais uma vez, a abordagem episódica é a privilegiada, como se percebe no caso da *Folha*, mas também como apontado por Andi e o Instituto Patrícia Galvão (2011), Prado e Sanematsu (2017) e Santoro (2007). Assim, os indícios são que ainda não há um esforço por parte dos jornais para colocar esta situação única em um contexto amplo, dando uma dimensão mais real do problema para os leitores e possibilitaria a compreensão do estupro como um problema inerente à esta ordem social.

A análise da variável *tópico* reitera o que a *abrangência* já indicou: que as notícias mantiveram o foco no episódio em si e que não houve uma tentativa de usar a situação como gancho para desenvolver discussões mais aprofundadas sobre violência sexual. Tanto que, conforme evidencia o GRÁFICO 7, não há textos categorizados como “panorama da violência contra a mulher” e “acolhimento e recuperação”. Foram identificados textos que tratam do próprio caso (12,5%), de desdobramentos do episódio (62,5%), de repercussão e de detalhes da investigação e do processo judicial (12,5%). O código “enfrentamento ao crime” não aparece.

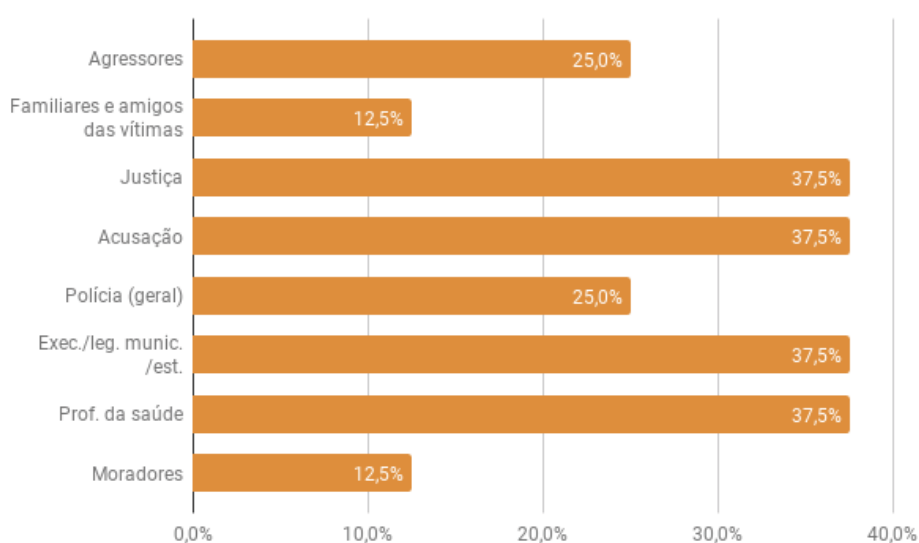
GRÁFICO 7 – O GLOBO: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - TÓPICO



FONTE: A autora (2020).

O mesmo pode ser dito da variável *fontes*. Como se pode observar no GRÁFICO 8, os atores que têm voz na cobertura são, principalmente, aqueles que se relacionam diretamente com o episódio (agressores, familiares e amigos das vítimas, acusação, profissionais da saúde que atenderam as vítimas ou seus familiares e amigos, além de moradores de Castelo do Piauí).

GRÁFICO 8 – O GLOBO: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - FONTES



FONTE: A autora (2020).

Aqui é interessante destacar que, assim como na cobertura da *Folha de S. Paulo*, há um esforço para não contar a história exclusivamente a partir da narrativa das forças policiais sobre ela. Contudo, é importante notar que atores especialistas em questões de gênero não aparecem na cobertura, nem mesmo aqueles ligados à polícia ou representantes da prefeitura ou do governo do estado do Piauí.

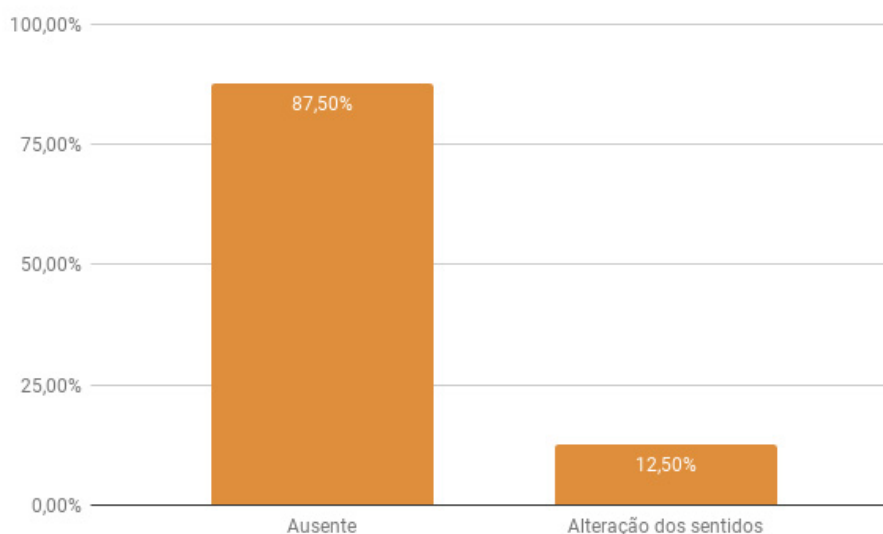
No âmbito da *causa*, a análise mostra que um total de sete textos – o que representa 87,5% das unidades analisadas, conforme mostra o GRÁFICO 9 – não trouxe qualquer explicação ou motivação para o estupro.

Assim como no caso da *Folha*, essa ausência indica que o tratamento dado ao tema é predominantemente superficial. Destaca-se, porém, que a única situação em que uma causa aparece é uma que coloca o estupro como resultado da alteração dos sentidos dos agressores. No texto intitulado “Quatro adolescentes são estupradas e espancadas no interior do Piauí” (RIBEIRO, 2015), o repórter utiliza a seguinte fala do delegado responsável pelo caso: “A motivação foi o uso de drogas, eles estavam bastante alucinados, viram as meninas no local e não perderam tempo”.

A colocação do delegado permite que se interprete que, caso os cinco agressores não tivessem usado drogas e estivessem em pleno domínio de suas capacidades mentais, o crime não teria acontecido. Assim, ela faz com que o episódio seja compreendido ou como um ato isolado decorrente de “decisões questionáveis” (usar drogas) ou como consequência de outro problema estrutural da sociedade, que é o vício em substâncias entorpecentes. Há, portanto, o distanciamento entre o estupro e a relação desigual entre homens e mulheres.

GRÁFICO 9 – O GLOBO: CAUSA





FONTE: A autora (2020).

Análise da variável *julgamento moral* mostra que apenas 25% das notícias publicadas pelo jornal *O Globo* não contém juízos pertinentes para esta pesquisa, conforme se vê no GRÁFICO 10. Nos 75% restantes foram encontrados quatro tipos de julgamentos. O mais frequente, presente em 62,5% dos textos, contribui para a construção da imagem dos agressores como “homens do mal” ou “monstros”.

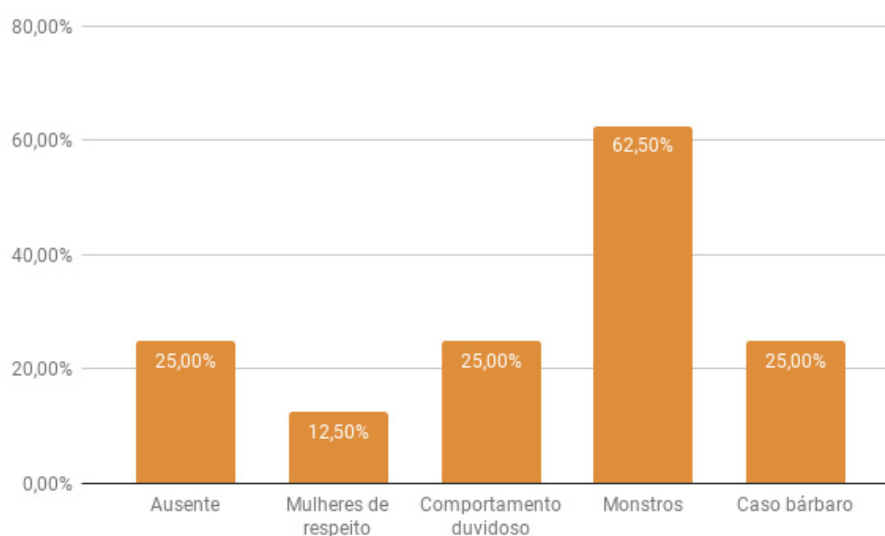
Aqui vale destacar que Adão José de Souza é apresentado, mais de uma vez, como “assaltante Adão”. Embora haja uma menção ao fato de ele ter passagens anteriores pela polícia, não há informações sobre condenações, o que faz com que os jornais, principalmente os que adotam um estilo menos popular, evitem esse tipo de referência para evitar prejulgamentos e preservar a imagem dos personagens – e também, como aponta Tuchman (1978), evitar processos judiciais. A *Folha*, por exemplo, usa “o desempregado Adão José de Souza” no texto “Meninas do Piauí: Solução de estupro depende de provas” (COLLUCCI, 2015b).

No que diz respeito às vítimas, a cobertura traz tanto juízos negativos – código “comportamento duvidoso”, presente em 25% dos textos – quanto positivos – código “mulheres de respeito”, presente em 12,5% das notícias. Os primeiros estão, assim como no caso da *Folha de S. Paulo*, relacionados à presença das vítimas no local do crime, reproduzindo a ideia machista de que elas não têm o mesmo direito de estar em lugares públicos do que homens e, conseqüentemente, colocando sobre elas parte da responsabilidade pela situação, como se evitar determinados locais fosse o suficiente para prevenir ser vítima de uma violência. Já os segundos

reproduzem ideias sobre como uma mulher deve ser e se comportar no regime patriarcal. Ambas as situações evidenciam como o jornalismo pode reproduzir ideias e conceitos presentes na sociedade na qual está inserido, contribuindo para a manutenção da ordem social vigente (TUCHMAN, 1978).

Foi detectado ainda, em 25% dos textos, o julgamento que se refere ao episódio como um “caso bárbaro”. Conforme mencionado no caso da *Folha de S. Paulo*, ele contribui para a descontextualização do episódio de um cenário amplo de violência contra a mulher – a ponto de fazê-lo parecer um símbolo de crueldade.

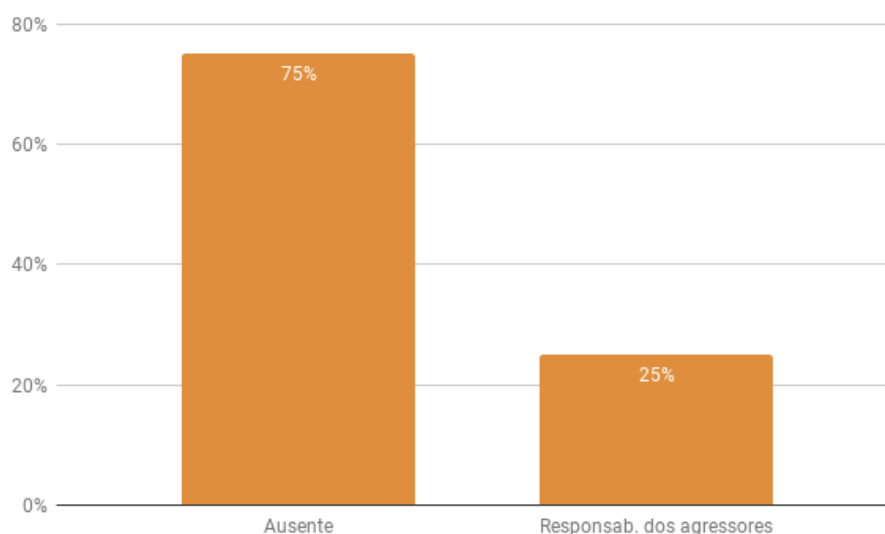
GRÁFICO 10 – O GLOBO: JULGAMENTO MORAL



FONTE: A autora (2020).

A observação da variável *solução* também aponta para uma cobertura superficial e não relacionada às questões de gênero – apesar de o problema ser, conforme observado no capítulo 2, um que deriva dominação dos homens sobre as mulheres. Isso porque, como se vê no GRÁFICO 11, 75% dos textos não trouxeram qualquer sugestão de solução para o estupro, enquanto os outros 25% recomendaram exclusivamente a responsabilização dos agressores como tratamento para o problema.

GRÁFICO 11 – O GLOBO: SOLUÇÃO



FONTE: A autora (2020).

Vale destacar que, quando se fala de um episódio específico de estupro, a penalização dos acusados é, sim, parte importante do processo de solução do problema (PRADO; SANEMATSU, 2017), já que não só faz com que quem cometeu o crime “pague” pelo que fez, dando às vítimas e à sociedade uma sensação de que “a justiça foi feita”, mas também ajuda a inibir a repetição ou a imitação do crime. Contudo, quando ela é apresentada como única solução, fica evidente que o problema é entendido exclusivamente como ato isolado e que não há reflexão sobre como evitar que ele continue ocorrendo.

### 5.3 O DIA

Assim como no caso do jornal *O Globo*, *O Dia* publicou sua primeira notícia sobre o estupro coletivo de Castelo do Piauí na manhã seguinte ao episódio, dia 28 de maio de 2015. A partir disso, o veículo fez uma extensa cobertura do caso e também do homicídio de Gleisom Vieira da Silva, somando cerca de 40 matérias publicadas em três editorias diferentes: Polícia, Piauí e Política. Assim, considera-se que episódio foi classificado como bastante relevante pelo jornal. Contudo, diferentemente do caso da *Folha*, isso se dá, pelo menos em parte, por se tratar de um caso registrado no estado em que o veículo se originou e circula.

Dentre os textos publicados, 33 foram considerados pertinentes à análise, sendo 21 deles provenientes da editoria Polícia, 10 da Piauí e 2 da Política. Embora

esses dados ajudem a indicar o entendimento que o jornal tem da situação – o de um “caso de polícia”, já que se trata do relato de um crime cometido e fatos relacionados a ele –, os critérios de divisão dos textos entre as editorias não ficam totalmente claros. Há, por exemplo, notícias que tratam do mesmo tipo de situação, como a tomada de depoimentos, que ora são categorizadas como questões policiais, ora como algo que diz respeito ao estado.

Ainda sobre a seleção de textos para a análise, é importante dizer que, além das que tratavam do assassinato do adolescente Gleisom por seus cúmplices, foram excluídas três notícias que tinham o caráter de “tempo real”, ou seja, que traziam um ou mais parágrafos de abertura e diversas atualizações feitas ao longo de um dia inteiro ou um longo período. Elas se diferenciam de outras notícias publicadas pelo veículo, inclusive outras notícias que foram atualizadas após a publicação, por não seguirem o formato padrão do jornalismo, que tem a relevância da informação como critério de organização, apresentando pequenos fatos, nem todos jornalisticamente relevantes<sup>64</sup>, à medida que eles acontecem.

Todas as reportagens publicadas por *O Dia* foram produzidas pela equipe do jornal, embora a maioria dos textos não seja assinado por repórteres – 21 deles contam com a assinatura “Portal O Dia”. Dentre as 12 notícias que identificam seus autores, temos que: seis foram produzidas por repórteres mulheres, uma foi produzida por dupla formada por um homem e uma mulher, uma foi produzida por dupla formada por dois homens (sendo um repórter e um estagiário), e quatro foram escritas por duplas de estagiários (duas compostas apenas por mulheres e outras duas por um homem e uma mulher). Como não há indicação do local onde os textos foram produzidos, assume-se que foi na sede no jornal, em Teresina.

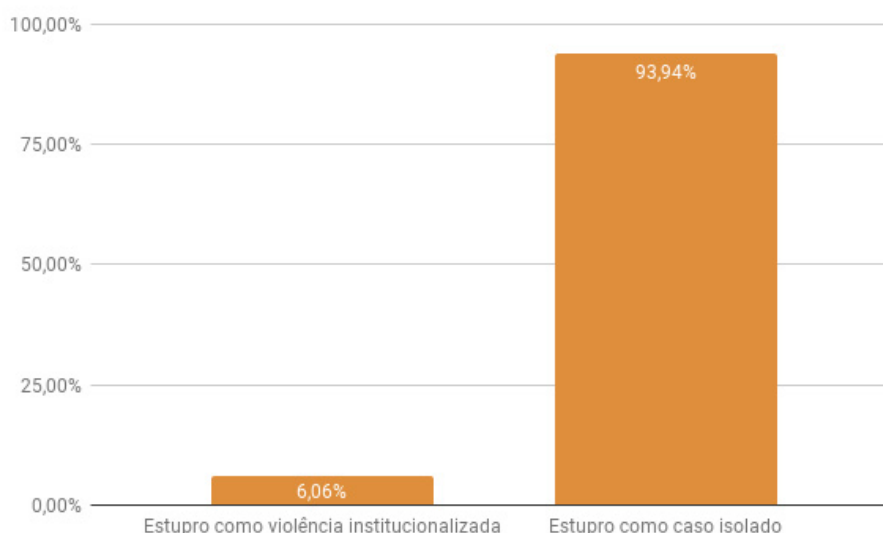
Partindo para a observação das variáveis, é possível notar que, assim como nos outros veículos analisados até o momento, a cobertura d’*O Dia* não define o problema exatamente de acordo com os entendimentos feministas sobre o estupro. No que diz respeito à *abrangência*, por exemplo, 93,94% das unidades de análise individualizam a violência, conforme mostra o GRÁFICO 12. Isso significa, em números absolutos, que apenas dois textos trouxeram informações que colocam o episódio específico em um contexto de violência contra a mulher e oferecem

---

<sup>64</sup> Todos os fatos apresentados nos chamados “tempo real” podem ajudar a facilitar o entendimento de um acontecimento noticioso. Contudo, nem todos renderiam notícias ou seriam utilizados em uma notícia. Por vezes, um tempo real é alimentado com curiosidades, por exemplo.

informações para que os leitores compreendam a situação a partir de uma perspectiva semelhante à de Blay (2014), hooks (2000) e Saffioti (2015): como recorrente e inerente à ordem social em que vivemos.

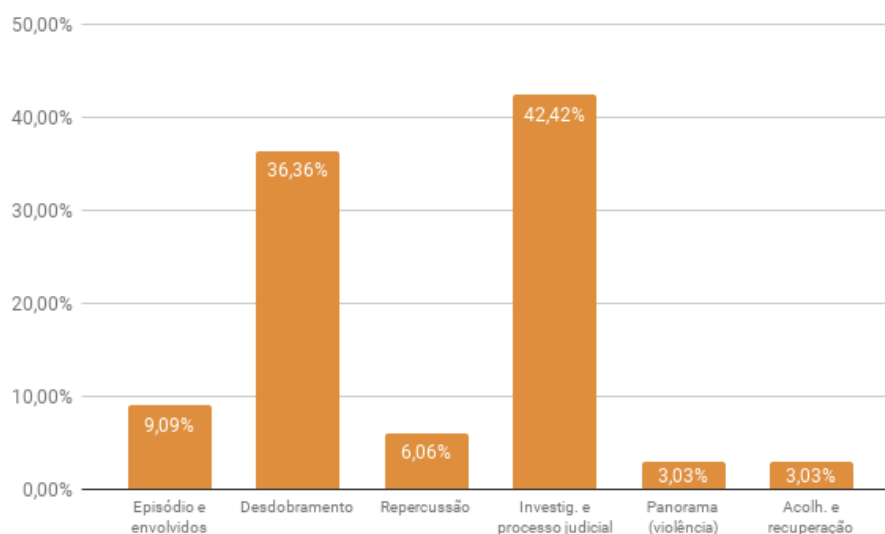
GRÁFICO 12 – O DIA: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ABRANGÊNCIA



FONTE: A autora (2020).

A análise da variável *tópico* reforça a ideia de que a abordagem é episódica, já que aproximadamente 94% das notícias publicadas tratam de detalhes do caso, desdobramentos e a repercussão sobre ele, e detalhes sobre a investigação e o processo judicial, conforme se vê no GRÁFICO 13. Aqui ainda chama a atenção o fato de o número de textos publicados sobre a investigação e o processo judicial ser maior do que os que tratam de fatos que se originaram a partir do episódio – 42,42% ante 36,36%. Essa é a primeira vez que isso acontece nas coberturas analisadas e isso pode estar relacionado ao fato de que, por ser um veículo do estado do Piauí, o acesso dos repórteres às novidades sobre a investigação e o processo judicial era mais fácil e mais frequente – principalmente considerando que parte das informações relacionadas a esse tema tiveram origem na capital, Teresina, onde o jornal tem sua sede. Isso remete à relação que se estabelece com fontes geograficamente mais próximas, devido a formação da rede noticiosa (TUCHMAN, 1978), como mencionado no capítulo 3.

GRÁFICO 13 – O DIA: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - TÓPICO



FONTE: A autora (2020).

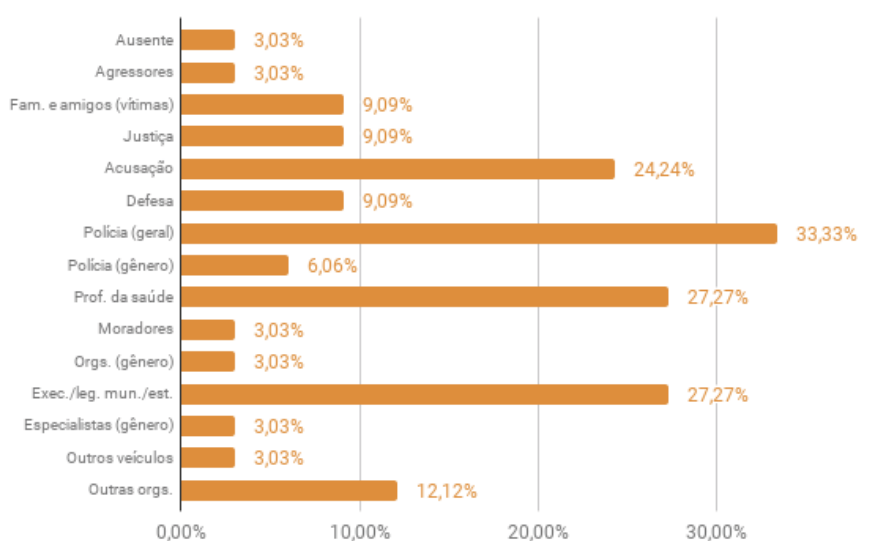
Além disso, destaca-se o fato de haver notícias categorizadas com dois códigos que até o momento não haviam sido utilizados: panorama da violência contra a mulher e acolhimento e recuperação. Ambos se referem à violência sexual contra mulheres de uma forma mais ampla e até mais aprofundada, sendo associados a textos que amplificam o debate sobre estupro, violência sexual, violência contra a mulher e violência de gênero, buscando compreender o contexto, discutir causas e apresentar alternativas para o combate a esse tipo de violência” ou que discutem como fazer o acolhimento de vítimas e contribuir para a recuperação delas – e de todos que possam ter sido afetados por uma situação de violência sexual (ver Anexo II – Livro de Códigos).

Assim, observa-se que há uma tentativa de conduzir os debates sobre estupro a partir de uma perspectiva feminista. Ao mesmo tempo, com um olhar mais atento aos textos associados a esses códigos, é possível perceber que, no caso da notícia que aborda o acolhimento e a recuperação de vítimas e todos os afetados pela violência, essa tentativa não se concretiza, já que não há nela qualquer contextualização ou menção a questões de gênero. Fala-se na recuperação e na superação do trauma de forma genérica.

Os resultados da observação da variável *fontes* seguem uma linha semelhante aos da análise dos tópicos das notícias (GRÁFICO 14): ao mesmo tempo em que se percebe que as vozes que aparecem com mais frequência na cobertura são aquelas que se relacionam diretamente ao episódio (agressores,

familiares e amigos das vítimas, acusação e defesa, profissionais de saúde que atenderam vítimas e outros afetados, e moradores de Castelo do Piauí), nota-se também que atores especializados em questões de gênero também ganham espaço, alguns pela primeira vez, como acadêmicos das áreas de sociologia e gênero. Mesmo que essas fontes apareçam pouco, o fato de elas estarem presentes indica uma tentativa de fazer com que a cobertura contemple a complexidade do tema (PRADO; SANEMATSU, 2017).

GRÁFICO 14 – O DIA: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - FONTES



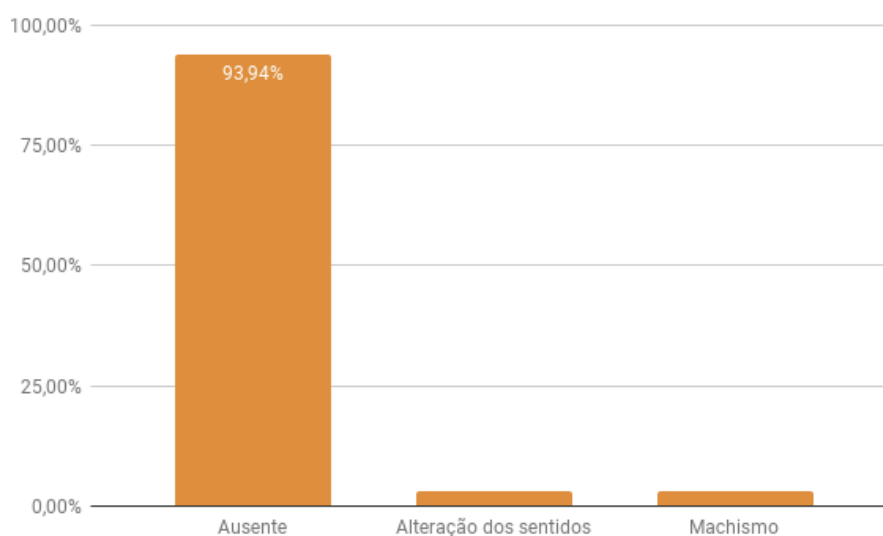
FONTE: A autora (2020).

No âmbito da *causa*, o código “ausente” foi, mais uma vez, o mais recorrente (93,94%, como se vê no GRÁFICO 15), mostrando que a cobertura não ultrapassa as questões mais básicas relacionadas ao tema da violência sexual contra a mulher e não procura discutir o que faz ela acontecer, como já verificado na análise da *Folha de S. Paulo* e d’*O Globo*. Em duas ocasiões, no entanto, foram apresentados motivos que levariam a ela – e eles denotam ideias opostas. Na primeira delas, o uso de drogas – e a consequente alteração dos sentidos dos agressores – é apontado como razão para que o estupro coletivo de Castelo do Piauí tenha ocorrido. Além de focar no caso isolado, a justificativa distancia a questão das discussões sobre a ordem social patriarcal e a violência como ferramenta para

mantê-la, já que, em última instância, não a relaciona à naturalização das desigualdades entre os gêneros (PRADO; SANEMATSU, 2017; SANTORO, 2007).

Na outra, é o machismo e a dominação das mulheres que é apontado como causa desse tipo de violência, o que denota um olhar mais abrangente para a questão e um entendimento de que, sem a superação das desigualdades entre homens e mulheres, dificilmente será possível reduzir ou controlar a incidência desse tipo de crime. Ambas as situações são importantes, porém, mostram como é inconsistente a presença de ideias oriundas da perspectiva feminista na construção das notícias e de toda a cobertura.

GRÁFICO 15 – O DIA: CAUSA

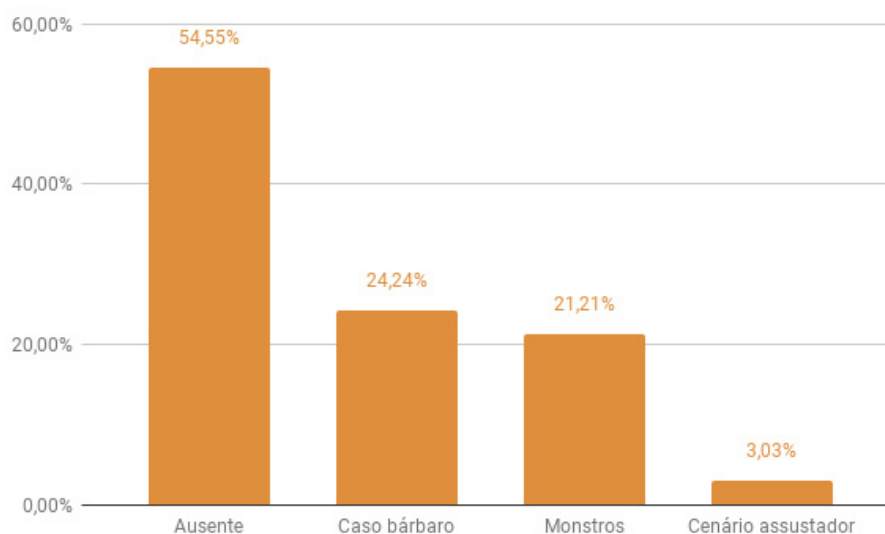


FONTE: A autora (2020).

A análise da variável *julgamento moral* traz, inicialmente, duas informações que chamam a atenção: a primeira é que, como mostra o GRÁFICO 16, 54,55% do textos não apresentou qualquer juízo (que fosse pertinente à pesquisa), o maior índice de ausência de julgamentos morais até agora; a segunda é que, no restante das notícias, apenas uma trouxe mais que um tipo de julgamento.

GRÁFICO 16 – O DIA: JULGAMENTO MORAL





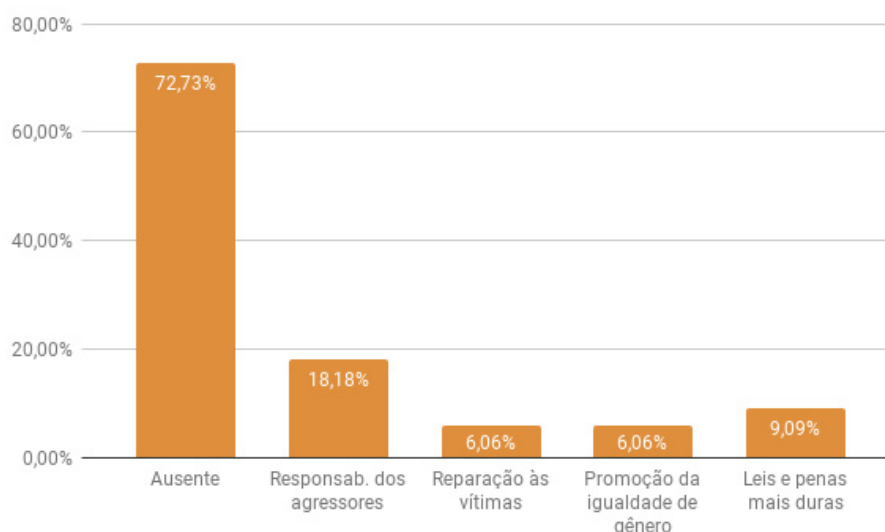
FONTE: A autora (2020).

Para além disso, é interessante notar que, assim como no caso da *Folha de S. Paulo*, o código “caso bárbaro” foi o mais recorrente, correspondendo a 24,24% das notícias analisadas. Este foco na brutalidade do episódio específico contribui para um apagamento ou silenciamento sobre o cenário. É preciso considerar, no entanto, que um texto trouxe um juízo relacionado justamente ao cenário da violência (sexual) contra a mulher (código “cenário assustador”), o que denota uma abertura para uma discussão que considera o contexto ou o panorama da violência, a totalidade de casos e a gravidade para a sociedade.

Também foram identificados julgamentos relacionados aos agressores, identificados pelo código “monstros”, que apareceu em 21,21% das notícias. Mesmo considerando a gravidade do crime cometido, esses juízos associam a violência a fatores específicos – pobreza, problemas familiares e uso de drogas – e não fazem qualquer menção às questões de gênero.

A análise da variável *solução* indica situação semelhante à da causa: 72,73% das notícias não trouxeram qualquer sugestão de recomendação de tratamento para o problema, conforme mostra o GRÁFICO 17, reiterando a superficialidade com que o tema é tratado.

GRÁFICO 17 – O DIA: SOLUÇÃO



FONTE: A autora (2020).

Ainda assim, quatro tipos de soluções foram apontadas em parte da cobertura: responsabilização dos agressores, leis e penas mais duras, reparação às vítimas e promoção da igualdade de gênero. Isoladamente ou combinadas entre si, responsabilização dos agressores e reparação às vítimas, apesar de representarem passos importantes para o combate a crimes e a superação de uma situação de violência, não indicam que há uma discussão aprofundada sobre o tema, nem se tratam de soluções que buscam resolver a questão em sua raiz – correspondem mais a respostas a um problema do que a ações preventivas, mais a consequências do que a soluções, de fato. Contudo, quando aparecem combinadas à promoção da igualdade de gênero, que é um dos casos, completam o ciclo de prevenção e reação.

Sobre o código “leis e penas mais duras”, é importante apontar que, embora representem normas da sociedade e contribuam para inibir comportamentos inadequados, as leis – e as punições para aqueles que as descumprem – não conseguem impedir que situações de violência, seja ela de gênero ou não, aconteçam, como identificado, no caso das violências contra a mulher, por Blay (2003). Além disso, há outras discussões sobre as formas de penalização existentes e a dificuldade de fazer a reintegração de pessoas que cometeram crimes à sociedade que também precisam ser consideradas quando se fala no endurecimento de leis e punições. No entanto, referências a isso eram esperadas, já que as

notícias sobre um caso que envolveu menores de idade e aconteceu no mesmo período em que estava sendo discutida a maioridade penal.

#### 5.4 MEIO NORTE

O estupro coletivo de Castelo do Piauí foi o motivo de uma série de publicações nas editorias e blogs do *Meio Norte* – inclusive no blog de Efrém Ribeiro, que participou da cobertura do jornal *O Globo*. Contudo, para esta pesquisa, foram considerados apenas os textos publicados nas editorias noticiosas do portal. Com isso e com a exclusão das notícias sobre os desdobramentos do homicídio de Gleisom Vieira da Silva, foram analisados 19 textos no total.

As matérias analisadas foram publicadas entre 29 de maio de 2015 e 23 de setembro de 2018. Elas saíram nas editorias de Notícias (9 textos), Polícia (7) e Política (3). Aqui, como no caso do jornal *O Dia*, não ficam tão evidentes os critérios para distribuir as notícias nas diferentes editorias – exceto pelas notícias classificadas como políticas, que citam ações de políticos ou discussões no legislativo piauiense.

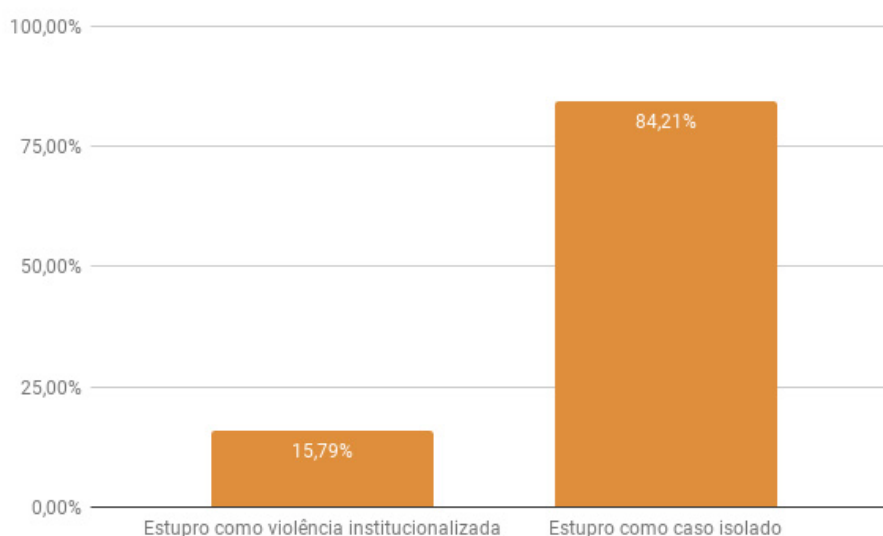
Ao contrário do caso dos outros veículos analisados, o *Meio Norte* não permite a identificação dos autores dos textos ou do local onde eles foram produzidos, pois as notícias não são acompanhadas de assinatura. Assim, assume-se que todos os textos publicados foram produzidos pela equipe do jornal na redação, em Teresina.

Contudo, é interessante notar outras peculiaridades da cobertura. Uma delas é que, nas editorias noticiosas, não há um texto que apresente o estupro coletivo ao leitor, pois isso foi feito no blog de Efrém Ribeiro, em uma publicação que foi atualizada como um “tempo real” durante um período de quase 24 horas. Assim, a primeira notícia que se considera para esta análise é uma que trata de uma provável consequência do crime, a ampliação do Fundo de Segurança do estado. Outra é que há pelo menos três textos escritos a partir de notícias publicadas em outros veículos ou entrevistas dadas por pessoas envolvidas no caso a programas de TV.

Partindo para a análise, assim como verificado no caso dos outros jornais que compõem o corpus, os dados relativos à variável *abrangência* indicam que o *Meio Norte* publicou mais notícias que tratavam do estupro como caso isolado, em vez de adotar uma perspectiva que evidenciasse o caráter que ele tem de violência

institucionalizada. Os números são: 84,21% x 15,79%, conforme se vê no GRÁFICO 18. Assim, é possível dizer que o jornal segue a tendência de apresentar o tema como isolado ou episódico, e de não fornecer informações que contextualizem um caso específico dentro de todo o cenário de violência sexual contra mulheres. Ao mesmo tempo, é importante notar que o veículo tem o mais alto índice de matérias tratam o estupro como uma violência inerente à ordem social em que vivemos.

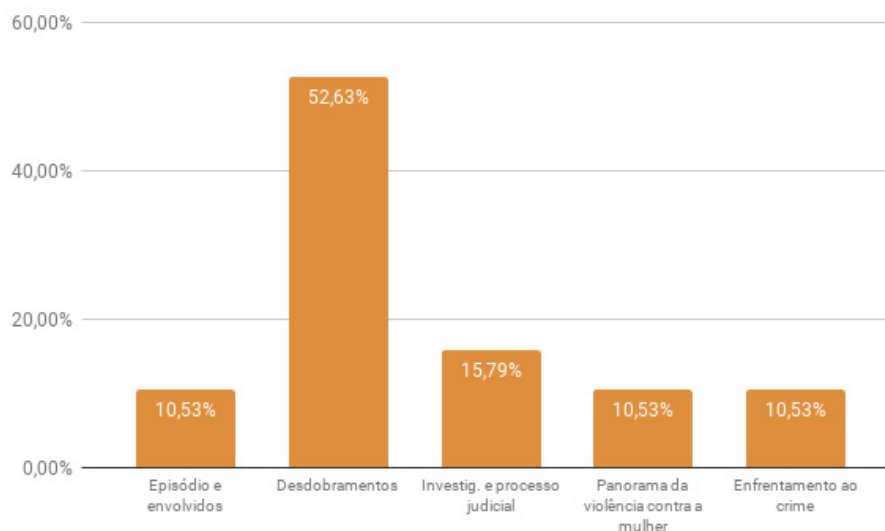
GRÁFICO 18 – MEIO NORTE: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ABRANGÊNCIA



FONTE: A autora (2020).

A análise da variável *tópico* indica algo semelhante (GRÁFICO 19). O código “desdobramentos”, que está diretamente relacionado ao caso estudado, é o que mais aparece: 52,63% dos textos analisados foram classificados dessa forma. Somada à incidência dos códigos “episódio e envolvidos” e “investigação e processo judicial”, que também identificam textos que tratam de aspectos específicos do caso, o número chega a 78,95%. Também é interessante notar que há notícias (10,53%) que, apesar de reconhecerem um cenário de violência no país, acabam relacionando o estupro a violências que não são consideradas “de gênero”, tratando todas como se fossem as mesmas e demandassem o mesmo tipo de medida para seu combate ou sua solução. Ainda assim, pode-se dizer que há uma abertura, mesmo que pequena, para uma discussão mais temática – e até mais aprofundada – sobre o estupro, já que 10,53% das notícias tratam do “panorama da violência contra a mulher”.

GRÁFICO 19 – MEIO NORTE: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - TÓPICO



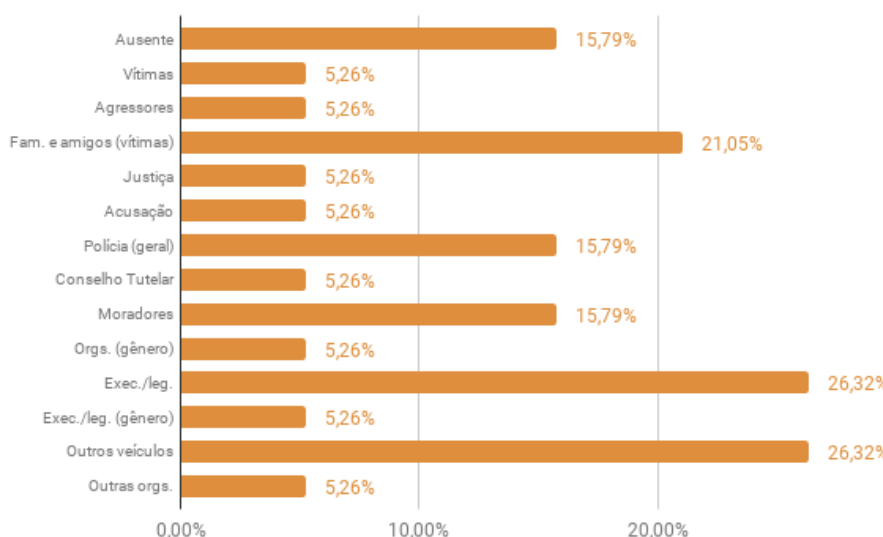
FONTE: A autora (2020).

As vozes que mais ganharam espaço na cobertura, conforme a observação da variável *fontes*, foram as dos representantes dos poderes “executivo e legislativo municipal ou estadual” e “outros veículos”, que apareceram em 26,32% dos textos. Os dados estão no GRÁFICO 20. Aqui é interessante notar dois pontos: o primeiro é que, pela primeira vez, são ouvidas – e mencionadas em 5,26% das notícias – fontes ligadas aos poderes políticos locais que desenvolvem trabalhos relacionados aos direitos e à saúde das mulheres – no entanto, como o índice mostra, não são essas as fontes do executivo/legislativo que mais aparecem; o segundo é o peso que outros veículos têm nessa cobertura, já que o *Meio Norte* opta por, em vez de produzir apenas pautas originais, relatar o que foi publicado em outros jornais ou dito por algumas fontes a programas de televisão.

Vale destacar ainda que o jornal segue a tendência de recorrer mais às fontes diretamente relacionadas ao caso, o que, conforme já dito nas análises anteriores, caracteriza uma cobertura que não discute o estupro para além do episódio em questão e é, portanto, mais superficial. Um exemplo são os familiares e amigos das vítimas, ouvidos em 21,05% das reportagens. Por outro lado, contrariando o que detectaram Prado e Sanematsu (2017), não são representantes da polícia que mais têm espaço nas notícias e há também algum espaço para atores

ligados a organizações que promovem a igualdade de gênero. Assim como se verifica nas variáveis analisadas anteriormente, há na cobertura uma pequena brecha para a associação do tema violência sexual a discussões sobre gênero.

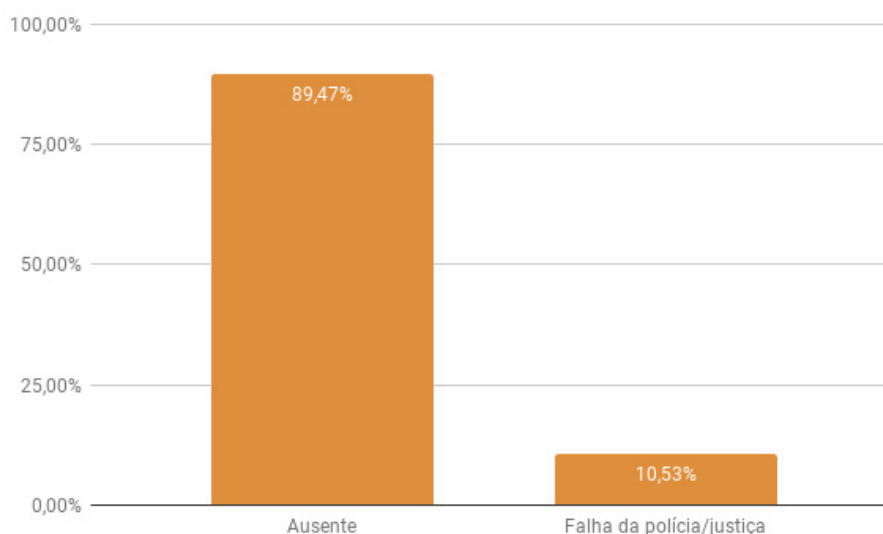
GRÁFICO 20 – MEIO NORTE: DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - FONTES



FONTE: A autora (2020).

No âmbito da *causa*, não há qualquer aproximação entre o tema da cobertura e o entendimento de Saffioti (2015) e Blay (2014) de que a violência é base do patriarcado. Isso fica evidente quando observamos os números, apresentados no GRÁFICO 21: 89,47% dos textos não traz qualquer menção a motivos que podem levar à ocorrência de estupros, nos 10,53% restantes a razão apresentada é a “falha da polícia ou da Justiça”. É importante apontar que esta explicação não só não estabelece uma ponte entre a própria ordem social e esse tipo de violência, como também nem reconhece que haja um problema com a forma como a sociedade se estrutura. Além disso, ela responsabiliza terceiros, contribuindo para a naturalização da ideia do homem violento e até incontrolável.

GRÁFICO 21 – MEIO NORTE: CAUSA

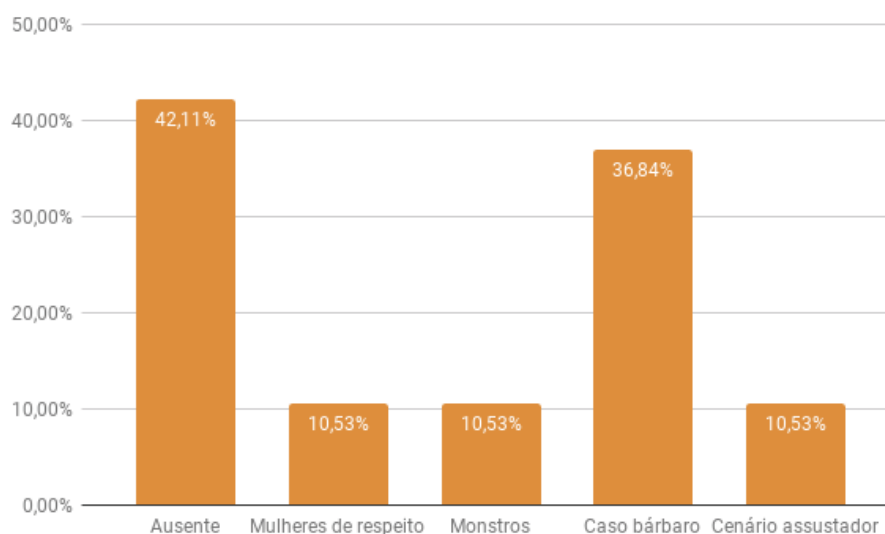


FONTE: A autora (2020).

A partir da observação da variável *julgamento moral* é possível perceber que, assim como no caso do jornal *O Dia*, o *Meio Norte* tem um alto índice de notícias que não trazem qualquer julgamento moral pertinente à pesquisa: 42,11%, conforme se vê no GRÁFICO 22. Nota-se, ainda, que o segundo código mais recorrente é “caso bárbaro”, que distancia o episódio do contexto de violências contra a mulher – apesar de julgamentos do tipo “cenário assustador” terem sido identificados em duas unidades de análise, o que denota algum entendimento de que a situação registrada em Castelo é apenas mais uma entre tantas registradas no país.

Foram identificados também juízos que contribuem para que as vítimas sejam vistas como mulheres que correspondem aos papéis de gênero estabelecidos no patriarcado e, portanto, não mereciam sofrer violências; e os que constroem a imagem dos agressores como monstros ou homens “do mal”, que contribuem para que estupradores sejam percebidos como “exceções à regra”.

GRÁFICO 22 – MEIO NORTE: JULGAMENTO MORAL



FONTE: A autora (2020).

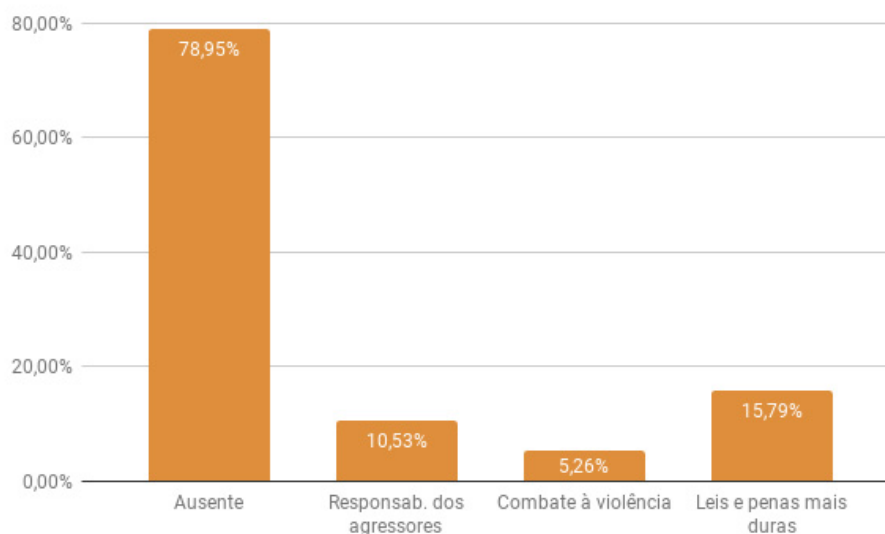
No que diz respeito à *solução*, o código mais frequente é “ausente” (78,95%), como mostra o GRÁFICO 23. Assim como no caso da variável *causa*, isso indica que a violência sexual contra a mulher é discutida a partir de uma perspectiva que não considera as desigualdades de gênero e sem um esforço para aprofundar o tema. Isso acaba ficando mais evidente quando se observa os outros códigos encontrados, listados aqui em ordem de incidência: “leis e penas mais duras”, “responsabilização dos agressores” e “combate à violência”.

O primeiro aparece na fala de duas fontes (o promotor responsável pelo caso e um representante da OAB, ambos do sexo masculino) e revela um entendimento de que a decisão de uma pessoa sobre cometer ou não um crime está quase que exclusivamente relacionada à punição que ela vai receber – o que é contestável. Como já visto, embora as punições sirvam como inibidor de crimes, eles continuam acontecendo apesar delas.

O segundo, como já mencionado, é um passo importante na solução de crimes consumados, como o estupro coletivo de Castelo de Piauí. Porém, isoladamente, segue a linha do endurecimentos de leis e penas e também não acarreta em uma solução de fato. Já “combate à violência” se relaciona à sugestão de criação de um fundo para realizar ações de combate à violência e, embora denote que a violência é uma problema estrutural que demanda uma série de ações para ser prevenido, não menciona a relação do estupro com o regime patriarcal.



GRÁFICO 23 – MEIO NORTE: SOLUÇÃO



FONTE: A autora (2020).

## 5.5 AS COBERTURAS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

A observação das variáveis permite que alguns traços comuns da cobertura feita pelos quatro jornais analisados sejam identificados. O primeiro e mais óbvio deles é a prevalência dos textos que individualizam o estupro, seja no âmbito da *abrangência*, do *tópico* ou das *fontes*. Em todos os casos, por exemplo, a incidência de notícias que, de alguma forma, relacionam o estupro coletivo ao contexto de violência sexual contra a mulher não chega a 20% – mais que isso, no caso do jornal *O Globo*, não há qualquer matéria que traga informações sobre a incidência desse tipo de violência, leis que dizem respeito a elas, políticas públicas de combate e acolhimento, etc.

Os tópicos dos textos seguem linha semelhante, mas um padrão chama a atenção: ambos os jornais nacionais, apesar de terem feito um esforço para a cobertura – maior no caso da *Folha*, que deslocou equipes para o município de Castelo do Piauí; menor no d’*O Globo*, que contratou um repórter freelance local – publicaram exclusivamente notícias relacionadas ao episódio registrado em Castelo. Foram os veículos locais que usaram o caso como ponto de partida para discussões mais amplas sobre o tema. Quanto às fontes, o padrão identificado coincide com o que foi identificado na pesquisa “Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra Mulher” (ANDI; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2011): variada, com grande

presença de “cidadãos comuns”, principalmente relacionados aos episódio específico, mas também dando voz a fontes oficiais ligadas à polícia, ao judiciário, Ministério Público e aos poderes executivo e legislativo. No entanto, só em alguns casos especialistas foram ouvidos.

À luz de estudos anteriores sobre como a violência patriarcal é tratada pelo jornalismo e como seria a partir de uma perspectiva de gênero (ANDI; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2011; PRADO; SANEMATSU, 2017; SANTORO, 2007), estas características indicam que o jornalismo ainda segue a tendência de simplesmente narrar fatos noticiosos que envolvam a violência sexual contra a mulher de forma descontextualizada. Já considerando as funções do discurso jornalístico (ALSINA, 2009), é possível afirmar que as coberturas não cumprem adequadamente o papel de informar e fazer saber.

Tanto no âmbito da causa quanto da solução, o ponto de encontro entre as coberturas é a ausência de explicações para o problema – a primeira teve incidência variando entre 81% e 93%, e a segunda, na casa dos 70%. Aliado à presença de motivações como “falha da polícia ou da Justiça” e soluções como “responsabilização dos agressores”, esse dado indica que, no jornalismo, a discussão sobre esse tipo de crime se mantém na superfície do problema. Se, em última instância, as violências contra as mulheres acontecem pela naturalização da relação desigual entre os gêneros e das noções do feminino e dos masculino que a sustentam (SAFFIOTI, 2015; BOURDIEU, 2014; BIROLI, 2014), este tratamento irreflexivo da questão não permite que o debate sobre o tema se dê sob uma perspectiva de gênero e indica que a construção da notícia ainda se dá sob forte influência dos valores e interpretações do próprio regime patriarcal.

Já os julgamentos morais encontrados foram mais variados, não havendo predominância de um único tipo. Contudo, dois tipos – “caso bárbaro” e “monstros” – apareceram nas quatro coberturas analisadas, reforçando a tendência de destacar a crueldade de um crime específico e dissociar a imagem dos responsáveis por ele do restante dos indivíduos do sexo masculino. Por um lado, isso não contribui para o reconhecimento de que, conforme tratado no capítulo 2, a violência é a base do patriarcado. Por outro, é interessante notar que os juízos predominantes não contribuem para a culpabilização da vítima, nem reforçam a construção patriarcal do feminino.

No que diz respeito às características diferenciais das coberturas, destaca-se o fato de a *Folha* e *O Dia* terem dado mais espaço para representantes da polícia, do campo político responsável por políticas públicas e da academia especializados em questões de gênero e direitos das mulheres. A busca por esse tipo de fonte serve como indícios de que há uma intenção de qualificar o debate com as informações e opiniões de especialistas, como sugere Santoro (2007) – embora, como veremos adiante, ela não necessariamente se concretize. Também foram esses dois veículos que registraram causas e soluções que colocam o estupro dentro do escopo da violência que ocorre em decorrência da relação desigual entre os gêneros, abrindo as portas para um debate mais aprofundado sobre a questão.

Ao mesmo tempo, a *Folha* registrou a maior variedade de julgamentos morais, sendo que a maioria dos juízos identificados reiteram, pela forma como qualificam o episódio, os agressores ou as vítimas, os papéis de gênero sobre os quais se discorreu no capítulo 2 e que contribuem para sustentar o regime de dominação masculina. Nesse sentido, a cobertura que mais conseguiu evitar a reprodução de ideias patriarcais, principalmente as relacionadas às mulheres e como elas devem ser/agir, foi a de *O Dia*, que não apresentou julgamentos morais em cerca de 55% das notícias publicadas e não trouxe em qualquer texto publicado os juízos do tipo “mulheres de respeito” e “comportamento duvidoso”.

## 5.6 OS ENQUADRAMENTOS DO ESTUPRO NA COBERTURA DO CASO CASTELO DO PIAUÍ

A partir da proposta de Matthes e Köhring (2008) de compor os enquadramentos pela soma dos elementos correspondentes às funções de Entman (1993) – definição do problema, causa, julgamento moral e solução – e das informações obtidas na análise das variáveis, foram formados oito tipos de enquadre diferentes, apresentados no QUADRO 2.

Antes de apresentá-lo, porém, cabe lembrar que a definição do problema também é uma composição que envolve as variáveis *abrangência*, *tópico* e *fontes*, seguindo o que foi apresentado no subcapítulo 4.4. O resultado é que há três definições: a de caso isolado, a de violência institucionalizada e uma denominada aqui “situação recorrente” (quando há tópico ou fonte que relacione o problema à violência institucionalizada, mas a relação não se estabelece concretamente devido

às outras variáveis). Serão esses os termos usados para explicar as peculiaridades de cada enquadramento em cada veículo.

QUADRO 2 – ENQUADRAMENTOS NA COBERTURA DO CASO DE CASTELO DO PIAUÍ

Enquadramento	Descrição	Composição na cobertura
Anomalia	Caracterizado pela ênfase excessiva nos detalhes que aumentam a gravidade do ocorrido e por reiterar a ideia de “crime cruel”. Assim, a situação aparenta ser uma ruptura do próprio padrão de violência – que já é uma ruptura. Não relaciona o episódio ao patriarcado e o distancia muito de qualquer cenário de violência, principalmente do que trata de violências contra a mulher. É uma abordagem bastante superficial.	<p><b>Principal marcador:</b> julgamento moral relacionado ao episódio (caso bárbaro)</p> <p><b>Definição do problema:</b> caso isolado <u>ou</u> situação recorrente</p> <p><b>Causa:</b> ausente <u>ou</u> do tipo que transfere a solução do problema à polícia/Justiça (ex. falha da polícia/Justiça)</p> <p><b>Julgamento moral:</b> relacionado ao episódio (caso bárbaro)</p> <p><b>Solução:</b> ausente <u>ou</u> do tipo que transfere a solução do problema à polícia/Justiça <u>ou</u> do tipo que penaliza, mas não se preocupa com o combate (ex. endurecimento de leis/penas)</p>
Caso isolado	Ocorre quando a notícia simplesmente trata do episódio em questão, sem estabelecer, de fato, uma relação entre ele e a realidade, nem enfatizar os detalhes truculentos do fato. É uma abordagem bastante superficial.	<p><b>Principal marcador:</b> definição do problema como caso isolado ou situação recorrente</p> <p><b>Definição do problema:</b> caso isolado <u>ou</u> situação recorrente</p> <p><b>Causa:</b> ausente</p> <p><b>Julgamento moral:</b> ausente</p> <p><b>Solução:</b> ausente <u>ou</u> do tipo que penaliza, mas não se preocupa com o combate (ex. responsabilização dos agressores)</p>
“Patologização” dos agressores	Caracterizado pela construção e reiteração da ideia de que estupradores são exceções à regra dos “homens bons” ou dos que têm pleno controle de suas capacidades mentais. Especificamente nesta análise, eles são apresentados como monstros – homens destituídos de sua humanidade por uma série de fatores, entre problemas estruturais, questões familiares e escolhas erradas, e irrecuperáveis –, mas poderiam ser descritos como pessoas com distúrbios psíquicos, inclusive psicopatia. Daí o termo “patologização”.	<p><b>Principal marcador:</b> julgamento moral negativo dos agressores (monstros)</p> <p><b>Definição do problema:</b> caso isolado <u>ou</u> situação recorrente</p> <p><b>Causa:</b> ausente</p> <p><b>Julgamento moral:</b> relacionado aos agressores (monstros)</p> <p><b>Solução:</b> ausente <u>ou</u> do tipo que penaliza, mas não se preocupa com o combate (ex. responsabilização dos agressores)</p>

Enquadramento	Descrição	Composição na cobertura
“Patologização” dos agressores com culpabilização das vítimas	Reúne as características do enquadramento que “ <i>patologiza</i> ” o agressor a ideias que questionam os comportamentos das vítimas, colocando sobre elas parte da responsabilidade por terem sofrido uma violência, ou seja, culpabilizando-as.	<p><b>Principal marcador:</b> julgamentos morais relacionados aos agressores (monstros) e às vítimas (comportamento duvidoso)</p> <p><b>Definição do problema:</b> caso isolado <u>ou</u> situação recorrente</p> <p><b>Causa:</b> ausente <u>ou</u> do tipo que reforçam o JM dos agressores (ex. alteração dos sentidos, que decorre do uso de drogas)</p> <p><b>Julgamento moral:</b> relacionados aos agressores (monstros) e às vítimas (comportamento duvidoso)</p> <p><b>Solução:</b> ausente <u>ou</u> do tipo que penaliza, mas não se preocupa com o combate (ex. responsabilização dos agressores)</p>
“Patologização” dos agressores com reforço de crenças patriarcais sobre mulheres	Além das características do enquadramento de “patologização” dos agressores, constrói a imagem das vítimas como a de mulheres que se comportam de acordo com a construção patriarcal do feminino.	<p><b>Principal marcador:</b> julgamentos morais relacionados aos agressores (monstros) e às vítimas (mulheres de respeito)</p> <p><b>Definição do problema:</b> caso isolado <u>ou</u> situação recorrente</p> <p><b>Causa:</b> ausente</p> <p><b>Julgamento moral:</b> relacionados aos agressores (monstros) e às vítimas (mulheres de respeito)</p> <p><b>Solução:</b> ausente <u>ou</u> do tipo que penaliza, mas não se preocupa com o combate (ex. responsabilização dos agressores)</p>
Reforço de crenças patriarcais sobre mulheres	Caracterizado pela construção de uma imagem das vítimas como de “mulheres de respeito”, as quais seguem os ideais estabelecidos pela visão patriarcal do que é ser e como devem se comportar as mulheres. A partir disso, reproduzem os papéis de gênero estabelecidos.	<p><b>Principal marcador:</b> julgamentos morais relacionados às vítimas (mulheres de respeito)</p> <p><b>Definição do problema:</b> caso isolado <u>ou</u> situação recorrente</p> <p><b>Causa:</b> ausente</p> <p><b>Julgamento moral:</b> relacionados às vítimas (podendo vir acompanhados de juízos que tratam do episódio)</p> <p><b>Solução:</b> ausente <u>ou</u> do tipo que penaliza, mas não se preocupa com o combate (ex. responsabilização dos agressores)</p>
Violência estrutural não patriarcal	Quando a violência é tratada como fenômeno recorrente – ou, no mínimo, há um reconhecimento de que são registrados mais do que	<p><b>Principal marcador:</b> julgamento moral relacionado ao cenário (cenário assustador) ou causa que associa a problemas estruturais</p>

Enquadramento	Descrição	Composição na cobertura
	alguns casos esporádicos no país – e até como algo relacionado à forma como a sociedade se organiza e funciona. Porém, os textos não reconhecem a dominação masculina e a relação dela com o problema, nem necessariamente se aprofundam na discussão sobre que fatores da sociedade tornam a violência sistêmica. Pode ser uma abordagem mais aprofundada.	não relacionados à desigualdades de gênero (outros problemas estruturais)  <b>Definição do problema:</b> caso isolado <u>ou</u> situação recorrente <b>Causa:</b> ausente <u>ou</u> outros problemas estruturais <b>Julgamento moral:</b> ausente <u>ou</u> relacionado ao cenário (cenário assustador) <b>Solução:</b> ausente <u>ou</u> do tipo que penaliza, mas não se preocupa com o combate (ex. endurecimento de leis/penas)
Violência patriarcal	Quando o problema é compreendido a partir da perspectiva feminista e, portanto, vem acompanhado de contextualização e associado à naturalização das desigualdades de gênero. É uma abordagem mais aprofundada.	<b>Principal marcador:</b> problema definido como violência institucionalizada, causas e soluções se relacionam à desigualdade de gênero e o julgamento moral trata do cenário de violência contra a mulher (cenário assustador)*  <b>Definição do problema:</b> violência institucionalizada <b>Causa:</b> machismo Julgamento moral: relacionado ao cenário (cenário assustador) <b>Solução:</b> promoção da igualdade de gênero  * Por vezes, um desses elementos está ausente, mas a combinação dos outros “compensa” esta ausência.

FONTE: A autora (2020)

Como se vê, a maioria dos enquadres encontrados – sete deles – denota que o problema é abordado a partir de crenças e valores patriarcais, além de, em geral, serem tratados com superficialidade. Há, contudo, algumas diferenças importantes entre eles.

Os enquadres de anomalia e caso isolado, por exemplo, são aqueles em que a relação com o patriarcado é menos evidente, já que não reproduzem explicitamente essas crenças e valores – eles são caracterizados muito mais pelas ausências, sinalizados por Entman (1993) como elementos importantes para a formação dos enquadramentos, do que pelo que está presente nos textos. Se por

um lado, isso é positivo, por outro, é preciso reconhecer que ocorre justamente pelo tratamento dado ao tema ser bastante superficial.

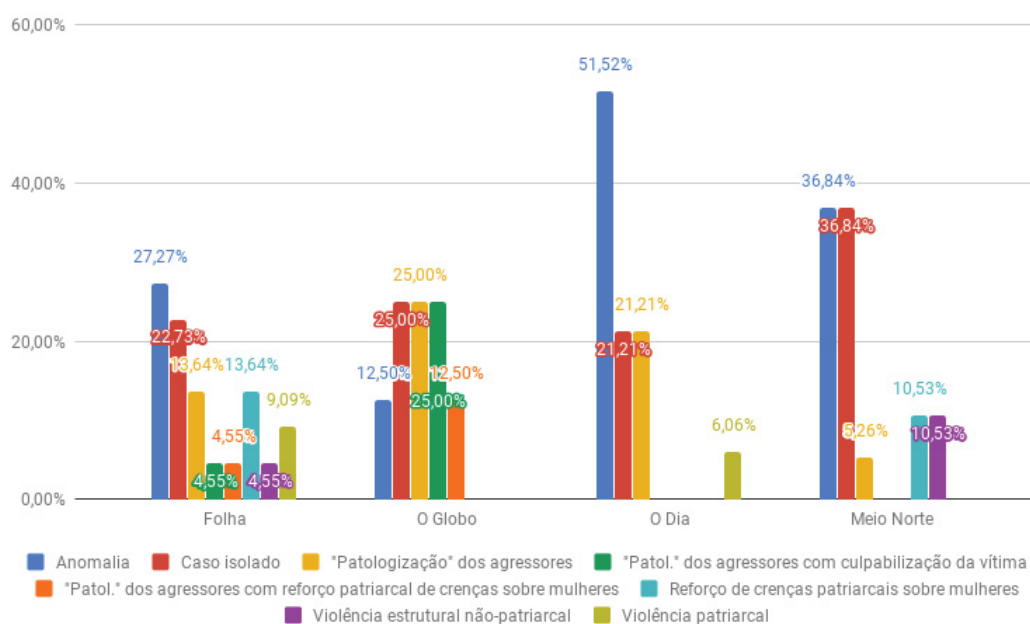
Ainda sobre eles é preciso dizer que a diferença está na forma como isolam o caso: enquanto as notícias que tratam do assunto como caso isolado apenas individualizam e isolam a situação, mas que o fazem como anomalia focam no aspecto de barbárie da situação, o que foi apontado por outras pesquisas (ANDI; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2011; PRADO; SANEMATSU, 2017).

O enquadramento denominado “patologização” dos agressores revela também que não há uma reflexão sobre a verdadeira origem deste tipo de violência. Assim, apesar de ser caracterizada pela presença de um tipo de julgamento moral, também não reproduz de forma tão evidente ideias patriarcais – seria diferente, por exemplo, se as notícias buscassem naturalizar a agressividade masculina. O mesmo acontece com o enquadre de violência estrutural não-patriarcal, que é o único neste grupo que busca discutir a ocorrência de crimes e situações de violência de forma mais aprofundada, pensando na relação que eles têm com a organização e o funcionamento da sociedade – embora sem fazer uma associação com a hierarquia existente entre homens e mulheres.

Por fim, há ainda neste grupo os três enquadres que carregam ideias patriarcais de forma mais evidente: “patologização” dos agressores com culpabilização das vítimas; “patologização” dos agressores com reforço de crenças patriarcais sobre mulheres; e reforço de crenças patriarcais sobre mulheres. Apesar de os dois primeiros contarem com julgamentos sobre os autores, como previsto pelo enquadre de “patologização dos agressores”, os três são caracterizados pela presença de julgamentos morais sobre as vítimas do estupro e, conseqüentemente, sobre mulheres.

O último tipo de enquadramento formado e presente nas coberturas é o que relaciona o estupro à relação desigual existente entre homens e mulheres, que se baseia numa suposta superioridade masculina. Dois oito enquadres encontrados, ele é o único que trata o tema sob uma perspectiva feminista – e, como se vê no GRÁFICO 24, não é encontrado em todas as coberturas, nem muito recorrente naquelas em que aparece.





FONTE: A autora (2020).

Todos os oito modos de enquadrar a violência sexual identificados na pesquisa estão presentes na cobertura do caso do estupro coletivo de Castelo do Piauí feita pela *Folha de S. Paulo*. Diante dos enquadramentos identificados na cobertura, percebe-se que, apesar de a *Folha* ter feito um esforço para cobrir extensivamente um caso que ocorreu distante de sua “área de abrangência” típica – ou da rede noticiosa de seus repórteres e editores –, o que denota um entendimento sobre a gravidade do episódio e do tema, de forma geral, isso não refletiu na entrega de informação qualificada à luz dos conceitos e ideias apresentados no capítulo 2.

Isso fica claro quando se considera, por exemplo, que metade dos textos enquadram o tema como caso isolado e anomalia, o que não apenas funciona como um “reforço silencioso” do patriarcado – já que não contribui para o reconhecimento e a discussão sobre esta ordem social –, mas também não evidencia se os próprios repórteres, editores e a empresa jornalística compreendem que há um regime de dominação masculina e que ele afeta todo o funcionamento da sociedade, inclusive a incidência de violência. O mesmo pode ser dito das notícias que reconhecem que crimes estão relacionados a problemas estruturais da sociedade, já que, apesar dos indícios de um entendimento mais complexo sobre os fenômenos sociais, as desigualdades de gênero não estão entre esses problemas.



Já a parte da cobertura que tem enquadres como *reforço de crenças patriarcais sobre as mulheres*, *“patologização” do agressor*, *“patologização” do agressor com reforço de crenças patriarcais sobre mulheres*, *“patologização” do agressor com culpabilização da vítima* reproduzem as ideias e crenças do patriarcado de uma forma mais evidente. Ainda assim, é preciso reconhecer que a cobertura possibilita, mesmo que minimamente, apresentar e debater o tema a partir da perspectiva feminista, que reconhece a dominação masculina, compreende a relação dela com as mais diversas formas de violência contra a mulher e defende a promoção da igualdade de gênero como forma de solucionar o problema.

No caso d’*O Globo*, a soma das informações obtidas a partir da análise das variáveis mostra que a cobertura sobre o estupro coletivo de Castelo do Piauí tem cinco enquadramentos. A variedade de enquadres é menor do que na *Folha*, mas, em relação à própria cobertura, que contou com oito notícias, é bastante significativa.

Para além do que já foi comentado sobre a cobertura do jornal paulista envolvendo um reforço de ideias que reproduzem o regime patriarcal, aqui é preciso destacar que não há qualquer espaço para uma discussão que se aprofunde no tema e considere a relação desigual entre homens e mulheres como origem deste tipo de violência. O argumento de que *O Globo* publicou poucas notícias sobre o episódio e, portanto, não teve a mesma oportunidade que a *Folha* para trabalhar o tema de maneiras diferentes deve, sim, ser considerado. Contudo, é preciso notar também que a variedade de enquadres encontrados na cobertura é, conforme já apontado, grande para um número restrito de publicações. A ausência do enquadre específico de “violência patriarcal” é, portanto, bastante representativa.

No jornal *O Dia*, a análise das variáveis e combinação dos elementos a que elas correspondem mostrou que a cobertura enquadrou o estupro de quatro formas diferentes. Todas elas foram identificadas também nas notícias da *Folha de S. Paulo* e d’*O Globo*.

Além da predominância do enquadre de caso isolado, dois aspectos da cobertura d’*O Dia* chamam a atenção. O primeiro é que, mesmo que a maior parte das notícias promova uma discussão rasa sobre o tema, elas não reproduzem papéis de gênero ou promovem a revitimização. O segundo é a presença do enquadramento denominado violência patriarcal, que, conforme veremos, só aparece neste caso e no da *Folha*.

Por fim, a análise da cobertura feita pelo *Meio Norte* nos permite perceber que foram cinco os enquadramentos utilizados pelo jornal. Destaca-se nesta cobertura o fato de que, mesmo com as tentativas de abordar o problema de forma mais aprofundada (indicadas pelos tópicos das notícias) e de trazer fontes especializadas em questões de gênero, a perspectiva feminista da violência sexual não aparece, como se nota pela ausência do enquadre *violência patriarcal*.

Todos esses resultados, observados em conjunto, revelam que, se as notícias são construídas a partir de crenças, interpretações e valores individuais, empresariais e culturais, como estabelecem as teorias construcionistas do jornalismo (TUCHMAN, 1978; ALSINA, 2009; TRAQUINA, 2005), o peso dos recursos sociais – os quais, neste caso, são patriarcais – nessa construção é bastante grande. Isso é evidenciado tanto pelos tipos de enquadramento identificados quanto pela predominância de alguns enquadres específicos, como *anomalia*, *caso isolado* e *patologização do agressor*.

Considerando apenas a análise dos textos, é difícil afirmar se isso acontece porque os profissionais e as empresas não reconhecem a violência como base do regime de dominação masculina (SAFFIOTI, 2015; BLAY, 2014) e até a vigência desta ordem social, ou se não há, pela corrida contra o tempo que caracteriza o jornalismo (TUCHMAN, 1978) ou por qualquer outro motivo, uma reflexão sobre a importância destas notícias na construção de uma realidade diferente desta, que é patriarcal. Infere-se, pela existência de códigos e enquadramentos que relacionam a violência sexual contra mulheres a um sistema baseado nas desigualdades entre os gêneros – e também pela ausência de enquadramentos que reproduzem crenças patriarcais de forma mais evidente em parte dos veículos analisados –, que o caso não seja de uma negação do patriarcado. Desconhecimento, descaso, questões relacionadas à rotina e até a não superação de algumas ideias e interpretações se apresentam como justificativas mais viáveis – embora qualquer comprovação dependa de outras pesquisas.

A consequência disso é que, ainda que haja alguma abertura para a discussão de ideias sob uma perspectiva divergente da atual ordem social, neste caso, o jornalismo continua contribuindo para a manutenção do status quo, reificando a realidade e reproduzindo ideias e discursos dados sobre violência, de forma geral, e sobre o estupro, especificamente. Assim, ele ainda não contribui efetivamente para a promoção de mudanças na sociedade – as quais, poderiam ser

mais efetivas no que diz respeito ao combate a esse tipo de violência – e chega a prestar um desserviço aos cidadãos, ao não oferecer informações completas que ajudem as pessoas a lidarem com esse tipo de violência.

Apesar disso, os resultados obtidos tanto a partir da observação das variáveis quanto dos enquadramentos evidenciam que o jornalismo é, sim, um espaço de conexão e de disputa entre diversas vozes sentidos e código (GADINI, 2007; GAMSON, 1989; GAMSON et al, 1992; ENTMAN, 1993; VAN GORP, 2007) – e, assim, que mantém o potencial de possibilitar novas compreensões sobre determinados temas, podendo promover transformações na realidade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das premissas de que as notícias são construções sociais ao mesmo tempo em que ajudam a construir a realidade e de que o estupro é uma das violências que ajuda a manter o patriarcado, esta pesquisa buscou investigar os modos como o jornalismo contribui para reproduzir e legitimar ou para reconhecer e questionar o regime de dominação masculina – e, conseqüentemente, observou conseqüências políticas da prática jornalística.

Para isso, debruçou-se sobre a cobertura noticiosa feita por quatro veículos distintos sobre o caso do estupro coletivo de Castelo do Piauí, observando o tratamento dado ao tema da violência sexual contra a mulher.

Antes de chegar à análise, o trabalho apresentou uma revisão de literatura que trata da relação entre o patriarcado, os papéis de gênero construídos nele e a violência. Adotando uma postura feminista, que preza pela superação da atual ordem social de dominação masculina, evidenciou que a violência está na base do patriarcado e que somente a transformação de crenças e estruturas pode provocar uma mudança no cenário de violências contra a mulher – inclusive as do tipo sexual.

Discutiu, então, como se dá a construção social da notícia, apresentando os processos jornalísticos e destacando a importância das interações com empresas, leitores, fontes e até com a própria cultura na qual o jornalismo está inserido. Mostrou ainda como as notícias – e os quadros que elas estabelecem sobre os fatos – contribuem para a construção social da realidade, defendendo o potencial que a atividade jornalística tem de provocar transformações, mas não sem reconhecer que ela tende a reproduzir ideias da ordem social vigente, contribuindo para a manutenção do *status quo*.

Diante disso – e considerando o objetivo de criar tipologias de enquadramento que pudessem ser utilizadas em outras pesquisas sobre violência contra a mulher –, o trabalho consistiu em uma análise de enquadramento noticioso que empresta procedimentos associados a pesquisas do tipo *issue-specific*, já que as variáveis e códigos se relacionam ao tema da violência sexual da mulher e ao próprio caso específico observado, para chegar a enquadramentos genéricos, possibilitando a reaplicação dos tipos formados.

A análise de um total de 82 textos publicados na *Folha de S. Paulo* (22), *O Globo* (8), *O Dia* (PI – 33) e *Meio Norte* (19) resultou na identificação de oito tipos

diferentes de enquadres para o problema da violência sexual contra a mulher: anomalia, caso isolado, “patologização” dos agressores, “patologização” dos agressores com culpabilização da vítima, “patologização” dos agressores com reforço de crenças patriarcais sobre mulheres, reforço de crenças patriarcais sobre mulheres, violência estrutural não patriarcal, e violência patriarcal.

O principal enquadre encontrado foi o de caso isolado, predominante na cobertura dos jornais *O Dia* (51,5%), *Meio Norte* (36,8%) e *O Globo* (25%), e o segundo mais recorrente na cobertura da *Folha de S. Paulo* (22,7%). Também emergiram com frequência e em todas as coberturas analisadas os enquadres de anomalia e de “patologização” dos agressores. O primeiro foi predominante na *Folha* (27,3%), mas também se mostrou relevante nos outros jornais, principalmente nos locais (*Meio Norte* – 36,8%; *O Dia* – 21,2%; *O Globo* – 12,5%). O segundo foi mais relevante n’*O Globo* (25%) e n’*O Dia* (21,2%), mas também apareceu na *Folha* (13,3%) e no *Meio Norte* (5,3%).

Além disso, é importante destacar que o enquadramento denominado violência patriarcal, único tipo que traz uma visão feminista e mais aprofundada do problema, apareceu apenas nas notícias publicadas pela *Folha de S. Paulo* (9,1%) e no jornal piauiense *O Dia* (6,1%). No primeiro caso, ele foi o quinto enquadre mais recorrente; no segundo, o quarto – sendo que apenas quatro enquadramentos foram identificados na cobertura d’*O Dia*.

Do ponto de vista feminista, assumido pela pesquisa, os achados geram preocupação, pois denotam que, em vez de cumprir seu potencial transformador da sociedade, o jornalismo está, ora de forma mais evidente, ora de forma menos evidente, reproduzindo ideias e valores patriarcais e, conseqüentemente, servindo à manutenção de um regime que se baseia em uma suposta superioridade masculina.

A partir disso, além de não contribuir para uma mudança na ordem social, ele deixa de oferecer informações relevantes à sociedade sobre o tema, como as que dizem respeito às taxas de incidência desta – e de outras – violências contra mulheres, às políticas públicas para combate a elas, às redes de acolhimento para as vítimas, etc. Ao lançar este olhar sobre o tema – seja isso de forma deliberada ou não, o que só poderia ser avaliado a partir de pesquisas que observem o próprio processo de produção das notícias –, o jornalismo também não cumpre com eficiência o papel de fazer saber.

Ao mesmo tempo, não é possível negar que a análise revela tensões ou disputas entre crenças e valores distintos – ou seja, que alguns entendimentos feministas sobre o tema são apresentados nas notícias que compõem o corpus, conforme percebido pelos códigos identificados na análise das variáveis e pela própria emergência do enquadramento denominado “violência patriarcal”. Mesmo que esses resultados sejam pouco significativos, eles podem indicar que uma mudança na forma de tratar o tema está em curso.

Para verificar isso, no entanto, seria necessário realizar outras pesquisas – principalmente com o objetivo de observar o tratamento dado ao tema ao longo de um determinado período, sem o foco em um caso específico. Neste sentido, estudos que analisem os enquadramentos noticiosos do estupro em diferentes anos, por exemplo, podem ser muito úteis para aprofundar a discussão sobre o papel do jornalismo nos debates acerca da cultura do estupro e do patriarcado, e evidenciar as mudanças que podem ter ocorrido na forma de enquadrar o tema ao longo dos anos.

No que diz respeito às semelhanças e diferenças entre as coberturas analisadas, aspecto que, conforme os objetivos da pesquisa, também deveria ser observado, é importante retomar, além da já citada aproximação pela predominância dos mesmos enquadres, a presença do único enquadre que trata o estupro por uma perspectiva feminista (violência patriarcal) tanto na *Folha* quanto n’*O Dia* e, por outro lado, a ausência deste mesmo enquadramento das coberturas d’*O Globo* e do *Meio Norte*. Os resultados indicam que as tendências identificadas pelo estudo não estão associadas a abrangência do público ou à sede dos veículos. Outros estudos poderiam se debruçar sobre como as características específicas dos veículos se relacionam com o tratamento dado ao estupro ou até, de forma mais ampla, a violências contra a mulher.

Por fim, é preciso comentar os enquadramentos identificados, já que um dos objetivos da pesquisa era formar enquadres que pudessem ser aplicados em outros estudos sobre violência contra a mulher. Conforme mencionado anteriormente, foram oito os tipos que emergiram a partir dos resultados da análise das variáveis. Contudo, é importante destacar que, como eles se relacionam à ideia da violência – não apenas a sexual, nem exclusivamente contra mulheres – como base do patriarcado e ferramenta para a manutenção dele, além de aos achados de outras

pesquisas, tratam do tema da violência patriarcal de forma mais ampla e mostram-se genéricos o suficiente para serem utilizados em outras pesquisas.

Os enquadres de anomalia e caso isolado, por exemplo, evidenciam, cada um a seu modo, abordagens episódicas e superficiais que não reproduzem explicitamente as crenças e valores do patriarcado. O enquadramento denominado “patologização” dos agressores indicam uma tentativa de associar a violência a “homens desumanizados”, um perfil que não corresponde ao que os dados mostram sobre os agressores de mulheres.

Por outro lado, os enquadres de “patologização” dos agressores com culpabilização da vítima ou com reforço de crenças patriarcais sobre mulheres, além de insistir no perfil do agressor, reproduzem papéis de gênero do patriarcado – assim como o que trata exclusivamente do reforço de crenças patriarcais sobre mulheres.

Por fim, o enquadramento de violência estrutura não-patriarcal observa a relação que a violência tem com a estrutura e funcionamento da sociedade, embora exclua da discussão a questão de gênero, e o de violência patriarcal estabelece a relação entre esse tipo de crime e a naturalização das desigualdades existentes entre homens e mulheres.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer algumas limitações da tipologia criada, as quais podem ser superadas a partir de novos estudos. Uma delas é a proximidade de alguns enquadramentos, como “patologização” do agressor, “patologização do agressor” com culpabilização da vítima e “patologização” do agressor com reforço de crenças patriarcais sobre mulheres. A separação dos três tipos se deu como uma tentativa de explicitar que tipo de crença patriarcal estaria sendo reproduzida em cada caso, principalmente considerando que esta pesquisa observou apenas um enquadramento predominante em cada notícia.

Contudo, considerando que, conforme Porto (2002), existe a possibilidade de identificar mais de um enquadramento em cada texto, é possível também reorganizar essas categorias para que sejam mais abrangentes, separando, por exemplo, abordagens que patologizam o agressor daquelas que focam em reproduzir papéis de gênero patriarcais. Assim, cada notícia poderá ser associada a um ou mais enquadramentos, de acordo com as abordagens adotadas no texto.

Outra limitação é a ausência de alguns aspectos da violência patriarcal apontados tanto na revisão de literatura quanto nas pesquisas que observaram

como o tema é tratado pelo jornalismo não foram identificadas no corpus, como a naturalização da agressividade masculina. Entende-se que isso pode decorrer do fato de a análise tratar de um caso específico de violência sexual contra mulher e que novos estudos podem resultar na emergência de um novo tipo de enquadramento ou ainda na adaptação dos tipos já identificados para incluir esses aspectos.

Da mesma forma, retoma-se a ideia de que sete dos enquadres mostram abordagens que se relacionam a uma perspectiva patriarcal e apenas um aborda o tema a partir do entendimento feminista dele. Assim, é possível que haja outros enquadres que se relacionem com uma visão feminista e que pesquisas mais amplas, ou seja, sem o foco em um caso específico e que observem o tratamento dado ao tópico durante longos ou diferentes períodos de tempo, possam fazer emergir novos enquadramentos para complementar a lista dos já identificados.



## REFERÊNCIAS

ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

ANDI; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra Mulher**. Brasília, 2011. Resumo executivo. Disponível em: < <https://www.andi.org.br/publicacao/resumo-executivo-analise-de-cobertura-da-imprensa-sobre-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

ARTIGO 19. **Violência contra a mulher no Brasil**: acesso à informação e políticas públicas. 2015. São Paulo: Artigo 19, 2015. Disponível em: < <https://artigo19.org/blog/2015/03/09/violencia-contra-a-mulher-no-brasil-acesso-a-informacao-e-politicas-publicas/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

AVELAR, L.; RANGEL, P. Como as mulheres se representam na política? Os casos de Argentina e Brasil. In.: BLAY, E. A.; AVELAR, L. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BARSTED, Leila. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 25ª edição, 2005.

BIROLI, F. Autonomia, dominação e opressão. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 109-122.

\_\_\_\_\_. Feminismos e atuação política. In: BIROLI, F. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 171-204.

\_\_\_\_\_. O público e o privado. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 31-46.

BLAY, E. A. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

\_\_\_\_\_. Violência contra a mulher: um grave problema não solucionado. In: \_\_\_\_\_ (coord.). **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

\_\_\_\_\_. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, 2003. ISSN 49. p. 87-98

BORDIEU, P. **A dominação masculina**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. **Dialogando sobre a Lei Maria da Penha**. Apostila do Curso Dialogando sobre a Lei Maria da Penha do Instituto Legislativo Brasileiro, 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 10.886, de 17 de junho de 2004. Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica". **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 jun. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.886.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.886.htm)>

\_\_\_\_\_. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>

\_\_\_\_\_. Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm)>

\_\_\_\_\_. Lei no 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei no 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei no 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 set. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm)>.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição 171/1993. Altera o artigo 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de 16 anos). Disponível em: <[camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493](http://camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493)>. Acesso em: 5 de janeiro de 2020.

AZEVEDO, F. A. Agendamento da Política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 41-71.

BROWNMILLER, S. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. New York: Open Road Media, 2013.

BUENO, S.; PEREIRA, C.; NEME, C. A invisibilidade da violência sexual no Brasil. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019, p. 114-119.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASAGRANDE, D. A. **Conflitos no campo nas páginas da Gazeta do Povo: os movimentos sociais enquadrados pelo jornalismo diário**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

CARDOSO, I. C. B. **Discursos sobre a violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CASTILHO, I. Homens são os que mais morrem de acidentes no trânsito. **Agência Saúde**, Brasília, 24 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45466-homens-sao-maiores-vitimas-de-acidentes-no-transito>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

CERQUEIRA, D. et al. **Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2313.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2313.pdf)

COLUCCI, C. Após estupro coletivo, jovem de 18 anos do PI nunca mais saiu sozinha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1911347-apos-estupro-coletivo-jovem-de-18-anos-do-pi-nunca-mais-saiu-sozinha.shtml>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Meninas do Piauí: Solução do estupro depende de provas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 de junho de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1641710-meninas-do-piaui-solucao-de-estupro-coletivo-de-garotas-depende-de-provas.shtml>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. O silêncio sobre o estupro coletivo de quatro meninas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 de junho de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiacollucci/2015/06/1639825-o-silencio-sobre-o-estupro-coletivo-de-quatro-meninas.shtml>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

DAVIS, A. Estupro, racismo e o mito do estuprador negro. In: DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 177-204.

DE VREESE, C. H.; PETER, J.; SEMETKO, H.. Framing Politics at the Launch of the Euro: A Cross-National Comparative Study of Frames in the News. **Political Communication**, p. 107-122, 2001.

\_\_\_\_\_. News framing: theory and typology. **Information Design Journal**, 2005. p. 51-62

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ENTMAN, R. M. Framing U.S. Coverage of International News: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air Incidents. **Journal of Communication**, v.41, n.4, p. 6-27, 1991.

\_\_\_\_\_. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. **Journal Communication**, v. 43, n.4, 1993.

FARIA, V. T. Os enquadramentos da cobertura feita pela Folha de S. Paulo sobre o caso do estupro coletivo de Castelo do Piauí. In: **6º Colóquio Mulher e Sociedade**, 2019, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: UEPG, 2019. Disponível em: <<https://sites.uepg.br/jornalismo/ocs/index.php/6mulheresociedade/6mulheresociedade/paper/viewFile/155/8>>

\_\_\_\_\_.; SARAIVA, A. S. Abuso no ônibus: análise de enquadramento noticioso de assédio sexual no transporte coletivo na Gazeta do Povo. In: 10º Enpecom, 2018, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2018. p. 192-207. Disponível em: <[http://www.enpecom.ufpr.br/anais/2018/anais\\_2018.pdf](http://www.enpecom.ufpr.br/anais/2018/anais_2018.pdf)>

\_\_\_\_\_.; SARAIVA, A. S.; PANKE, L. A narrativa jornalística sobre a violência contra a mulher na Folha de S. Paulo. In: **Revista Latino-americana de Jornalismo – Âncora**. João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 187-207. Jul-dez/2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/49583>>.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de Redação**. São Paulo: PubliFolha, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. São Paulo, 2019. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf)>.

GADINI, S. L.. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: **Revista Famecos**. Agosto de 2007.

GAMSON, W. News as framing. **American Behavioural Scientist**, v. 33, n. 2, p. 157-161, 1989.

\_\_\_\_\_.; CROTEAU, D.; HOYNES, W.; SASSON, T. Media Images and the Social Construction of Reality. **Annual Review of Sociology**, v. 18, p. 373-393, 1992.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GROSSI, M. P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, nº 94, p. 473-483, 2º sem. 1994.

HOOKS, B. **Feminism is for everybody**. Londres: Pluto Press, 2000.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência contra as mulheres em dados**. São Paulo, 2015. Disponível em: < <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/> >. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

IYENGAR, S. **Is anyone responsible?** Chicago: University of Chicago Press, 1991.

LAMAS, M. **El Género: La construcción cultural de la diferencia sexual**. 4ª reimpressão. Cidade do México: Miguel Ángel Porrúa, 2013.

MATTHES, J.; KÖHRING, M. The content analysis of media frames: towards improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v.58, p. 258-279, 2008.

MELLO, A. R. de. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.27, n.79, 2012.

MIGUEL, L. F. A identidade e a diferença. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2014c. p. 17-30.

\_\_\_\_\_. A igualdade e a diferença. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 17-30.

\_\_\_\_\_. O feminismo e a política. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2014a. p. 17-30.

\_\_\_\_\_.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. News as Purposive Behavior: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents, and Scandals. **American Sociology Review**, v. 19, n. 1, 1974.

MONTEIRO, L. K. V. L. M. **Estupro na imprensa: O processo de trabalho de jornalistas e profissionais de direito na cobertura do caso Roger Abdelmassih pelo jornal Folha de S. Paulo (2009-2015), na perspectiva de estudos de jornalismo, da legislação e das práticas do Poder Judiciário e dos estudos**

**feministas**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOURA, C. V. M. **Um emissor e dois enunciadoreis: A violência contra a mulher nas páginas de Massa! e A Tarde**. 233 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Universidade Federal do Bahia, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, A. O assédio sexual nos espaços públicos. **Cabo dos Trabalhos**, nº10, Universidade de Coimbra, 2014.

PENA, F. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2011.

PERSE, E. Shaping public opinion. In: \_\_\_\_\_. **Media Effects and Society**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers, 2001.

PIMENTEL, S.; SCHRITZMEYER, A. L. P.; PANDJIARJIAN, V. Estupro: direitos humanos, gênero e justiça. **Revista USP**, São Paulo, v. 37, p. 58-69, mar./mai. 1998.

PORTO, M. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. (Org.). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

REIS, L. Garota de 17 anos vítima de estupro coletivo morre no Piauí. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 de junho de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1640061-garota-de-17-anos-vitima-de-estupro-coletivo-morre-no-piaui.shtml>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

RIBEIRO, E. Quatro adolescentes são esturpadas e espancadas no interior do Piauí. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de maio de 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/quatro-adolescentes-sao-esturpadas-espancadas-no-interior-do-piaui-16284325>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2019.

RIZZOTTO, C.; ANTONELLI, D.; FERRACIOLI, P. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, p. 84-95, 2016.

ROCHA, H. C. L. **O Dito, o interdito e a distorção sistemática da comunicação: a contribuição do modelo de Habermas à sociologia do jornalismo**. 228 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 2, p. 115-136, 2001.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.



\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTORO, S. Recomendaciones para el tratamiento de temas de violencia, niñez y deporte. In: CHAHER, S.; SANTORO, S. **Las palabras tienen sexo**: Introducción a un periodismo con perspectiva de género. 1a. ed. Buenos Aires: Artemisa, 2007, v. 1. p. 153-172.

SCHEUFELE, Dietram. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, p. 103-122, 1999.

SILVA, C. E. L. **O Adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1991.

SOARES, R. A. O. et al. A perpetuação da tese “legítima defesa da honra” em casos de violência contra a mulher no estado de São Paulo. **Revista Univap**, v. 22, nº 40, 2016.

STOCCO, G. M. **Menores: Uma reportagem multimídia sobre idade penal e jovens infratores**. Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://www.usp.br/cje/menores/contato.html> >. Acesso em: 9 de novembro de 2019.

TANKARD JR., J. W. The Empirical approach to the study of media framing. In: REESE, S. D.; GANDY JR. O. H.; GRANT, A. E (ed.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc., Publishers, 2001. p. 95-105.

TERKILDSEN, N.; SCHNELL, F. How media frames move public opinion: an analysis of the women’s movement. *Political Research Quarterly*, v. 50, nº 4, p. 879-900, 1997.

TRAQUINA, N. As teorias do jornalismo. In: \_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo - Vol. 1: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Ed. Insular, 2005. p. 145-204.

TUCHMAN, G. **Making News: A study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

\_\_\_\_\_. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **American Journal of Sociology**, v. 77, n. 4, 1972, p. 660-679.

URRA, F. Masculinidades: a construção social da masculinidade e o exercício da violência. In: BLAY, E. A (coord.). **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

VAN GORP, Baldwin. The constructionist approach to framing: bringing culture back in. **Journal of Communication**, 2007.

VIMIERO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS Mídia Cultura e Tecnologia**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 235-252, janeiro/abril 2011.

WHISNANT, R. Feminist Perspectives on Rape. In: ZALTA, Edward (ed). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford, The Metaphysics Research Lab: Outono de 2017 Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/feminism-rape/>.



## ANEXO 1 – LISTA DE NOTÍCIAS ANALISADAS

### Folha de S. Paulo

1. Garota de 17 anos vítima de estupro coletivo morre no Piauí – 10/06/15
2. ONU lamenta estupro coletivo no Piauí e elogia Lei do Feminicídio – 10/06/15
3. Garota foi obrigada a amarrar amigas para estupro coletivo no Piauí – 11/06/15
4. “Fui jogada das pedras”, disse vítima de estupro coletivo no Piauí – 13/06/15
5. Com 18 BOs em 1 ano, garoto suspeito de estupro usa droga desde os 8 – 13/06/15
6. Meninas do Piauí: Solução de estupro coletivo de garotas depende de provas – 13/06/15
7. Missa de 7º dia de vítima de estupro coletivo é celebrada no Piauí – 13/06/15
8. Colégio no PI vive rotina de luto e medo após estupro coletivo de jovens – 14/06/15
9. Laudos de estupro coletivo no Piauí serão apresentados em nove dias – 14/06/15
10. Grupo usou facões e lanternas para achar vítimas de estupro no Piauí – 15/06/15
11. Ministério Público faz acusação contra suspeito de estupro coletivo no Piauí – 15/06/15
12. DNA aponta participação de dois adolescentes em estupro coletivo no PI – 24/06/15
13. Sobrevivente de estupro coletivo no Piauí não sabe da morte de amiga – 15/06/15
14. Defensoria Pública diz que revista expôs jovens e aciona a Justiça – 01/07/15
15. Adolescentes são condenados por estupro coletivo no Piauí – 10/07/15
16. Pena de condenados é pequena, diz mãe de vítima de estupro no Piauí – 10/07/15
17. Condenados por estupro coletivo vão ficar mais tempo internados, diz juiz – 10/07/15
18. Jovem condenado por estupro no PI é morto dentro de unidade após delação – 17/07/15

19. Líder de estupro no PI é agredido em cadeia; segurança é reforçada – 17/07/15
20. TJ mantém condenação dos menores envolvidos em estupro coletivo no PI – 03/06/16
21. Após estupro coletivo, jovem de 18 anos do PI nunca mais saiu sozinha – 20/08/17
22. Acusado de ser mentor de estupro coletivo no Piauí pega 100 anos de prisão – 28/02/18

### **O Globo**

1. Quatro adolescente são estupradas e espancadas no interior do Piauí – 28/05/15
2. Morre adolescente estuprada e espancada no interior do Piauí por grupo de jovens – 07/06/15
3. Menor de 17 anos reconstitui estupro de quatro adolescentes no Piauí – 10/06/15
4. Justiça do Piauí condena menores a cumprir internação por estupro coletivo – 10/07/15
5. Adolescente condenado por estupro coletivo é assassinado em cela no Piauí – 17/07/15
6. Mentor de estupro coletivo é condenado a 100 anos de prisão no Piauí - 28/02/18
7. Mãe de vítima de estupro coletivo no PI diz que assistir ao julgamento foi ‘tortura necessária’ – 28/02/18
8. Após três anos, condenados por estupro coletivo no Piauí deixam centro de internação – 25/09/18

### **O Dia**

1. Adolescentes são sequestradas e violentadas em Castelo do PI – 28/05/15
2. Vítimas de estupro coletivo têm cortes no rosto e graves ferimentos – 28/05/15
3. Estupradores estavam alucinados pelo uso de drogas, acredita delegado – 28/05/15

4. Adolescentes que estupraram meninas em Castelo chegam a Teresina – 29/05/15
5. Suspeito de comandar estupro coletivo foi visto em estrada vicinal – 29/05/15
6. Polícia captura suspeito de comandar estupro coletivo em Castelo – 29/05/15
7. Castelo do Piauí: Mentor de 'estupro coletivo' nega participação no crime – 30/05/15
8. Delegado pretende falar com vítimas de estupro coletivo hoje – 01/06/15
9. Amigos e familiares fazem ato em apoio a vítimas de estupro coletivo em Castelo – 02/06/15
10. Adolescente internada na UTI não reage a estímulos médicos – 05/06/15
11. Núcleo de Feminicídio colhe depoimento de vítimas de estupro em Castelo do PI – 05/06/15
12. Morre uma das meninas vítimas de barbárie em Castelo do Piauí – 07/06/15
13. Violência contra a mulher: reflexo de uma cultura machista ou insegurança? – 07/06/15
14. Corpo de vítima de 'estupro coletivo' é velado em Castelo do Piauí – 08/06/15
15. ONU divulga nota em solidariedade à vítimas de barbárie em Castelo - 10/06/15
16. Vereador defende fuzilamento de acusados de estupro coletivo – 11/06/15
17. Depoimento das vítimas de crime em Castelo está previsto para o dia 24 – 13/06/15
18. Castelo: adulto envolvido deixa de ser acusado e passa a ser réu – 15/06/15
19. Testemunhas do Caso Castelo do Piauí vão ser ouvidas hoje na cidade – 24/06/15
20. Jovem depõe no Complexo de Defesa e Cidadania e retorna para HUT – 25/06/15
21. Juiz condena os quatro menores envolvidos em barbárie em Castelo – 10/07/15
22. Menores de Castelo do Piauí serão transferidos para o CEM na quarta-feira – 13/07/15
23. Morre um dos menores condenados pelo crime de Castelo do Piauí – 17/07/15
24. Castelo: defensoria contesta inquérito de estupro coletivo – 04/08/15

25. Caso Castelo: delegado geral diz que nova tese é 'absurda e oportunista' – 04/08/15
26. “Não tem porque a sentença ser revogada”, diz juiz do caso Castelo – 05/08/15
27. Caso Castelo: Associação de Defensores rebate Riedel Batista – 06/08/15
28. Vítima de barbárie em Castelo é eleita “Mulher Inspiradora de 2015” – 30/11/15
29. Castelo do Piauí: uma cidade que se reconstrói – 27/05/16
30. Vítimas de estupro coletivo serão ouvidas hoje no julgamento de Adão Souza – 19/07/16
31. Acusado de ser o mentor de estupro coletivo é julgado em Campo Maior – 12/09/16
32. Julgamento de mentor de estupro coletivo de Castelo será amanhã (27) – 26/02/18
33. Adão José de Sousa é condenado a 100 anos e 9 meses de prisão – 28/02/18

### **Meio Norte**

1. Fundo de Segurança pode ser ampliado após crime em Castelo do PI – 29/05/15
2. 69% das vítimas de estupro têm entre 5 e 19 anos no Piauí – 30/05/15
3. Deputado propõe Força Tarefa para combater a violência no Piauí – 02/06/15
4. Comitiva de deputados visita famílias de vítimas em Castelo – 02/06/15
5. Amigos mobilizam pessoas a levarem flores às vítimas de Castelo – 02/06/15
6. Campanha mobiliza população a levarem flores às vítimas da Castelo – 02/06/15
7. Danielly Rodrigues poderá dar nome à Lei do Feminicídio – 11/06/15
8. Ministério Público prevê pena de 151 anos para mentor de estupros – 15/06/15
9. Jovens que acharam meninas de Castelo relatam momentos de terror – 15/06/15
10. Em entrevista, pai de Danielly afirma que conhecia 2 dos menores – 16/06/15

11. Comoção marca missa de um mês da morte de Danielly Rodrigues –  
08/07/15
12. Vítimas de estupro coletivo no Piauí participam de missa – 22/10/15
13. PM acusado de envolvimento no estupro de Castelo é inocentado – 23/10/15
14. Vítima do estupro de Castelo é eleita “Mulher Inspiradora de 2015” –  
30/11/15
15. Violência sexual contra menores assusta população no Piauí – 29/05/17
16. Menores envolvidos no estupro de Castelo terão penas reduzidas – 06/11/17
17. Mentor de estupro coletivo em Castelo do PI será julgado na terça – 26/02/18
18. Mentor de estupro coletivo é condenado a 100 anos de prisão – 28/02/18
19. Condenados por estupro coletivo tem liberdade concedida por juíza –  
23/09/18

## ANEXO 2 – LIVROS DE CÓDIGOS

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - ABRANGÊNCIA			
Variável que identifica se o estupro é tratado como um episódio único/caso isolado ou como uma violência institucionalizada em nossa sociedade. De caráter binário, permite a associação de cada texto a apenas um código.			
00	Estupro como violência institucionalizada	Quando o texto busca mostrar que o estupro é uma violência recorrente por meio da contextualização, seja ela feita a partir de dados sobre a incidência deste tipo de crime em âmbito municipal, estadual ou federal, referência a outro(s) caso(s), informações sobre leis e políticas públicas relacionadas à violência (sexual) contra a mulher, dicas sobre como denunciar esse tipo de violência, informações sobre a rede de acolhimentos às vítimas.	<b>Exemplo:</b> “Na carta, a representante da ONU Mulheres Brasil lamentou que o país tenha cerca de 50 mil estupros e 5.000 assassinatos de mulheres por ano”.
01	Estupro como caso isolado	Quando o texto trata apenas do caso específico de estupro, sem trazer dados sobre a incidência deste tipo de crime ou qualquer informação que leve o leitor a entender que o episódio não é isolado.	[como o texto não traz a informações para entendimento do contexto, não há exemplo específico]

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA – TÓPICO			
Variável que identifica, a partir da combinação entre título, gravata e lide, o tema principal da notícia. É possível que os textos tratem de mais de um tema, porém apenas o principal será identificado. Assim, cada notícia pode corresponder a apenas um código – e não há possibilidade de o tópico ser “ausente”.			
00	Episódio e envolvidos	Quando o texto trata do caso de estupro em questão, de seus envolvidos e de suas consequências imediatas. Ele pode apresentar o evento, trazer informações mais detalhadas do ocorrido após a apuração inicial, falar sobre a primeira avaliação do estado de saúde das vítimas após o socorro, traçar um perfil de vítimas e agressores.	<b>Exemplos:</b> “Quatro adolescentes são estupradas e agredidas em Castelo do Piauí”; “Vítimas de estupro coletivo têm cortes no rosto e graves ferimentos”; “Com 18 BOs em 1 ano, garoto suspeito de estupro usa droga desde os 8”.
01	Desdobramento	Quando o texto fala sobre fatos que surgiram a partir de do estupro coletivo estudado, como a prisão ou	<b>Exemplos:</b> “Garota de 17 anos vítima de estupro coletivo morre no Piauí”;

		condenação de suspeitos do estupro coletivo, a morte de vítimas, realização de atos em apoio às vítimas.	“Colégio no PI vive rotina de luto e medo após estupro coletivo de jovens”.
02	Repercussão	Quando o texto traz os comentários e opiniões de pessoas e organizações sobre o episódio do estupro coletivo e seus desdobramentos.	<b>Exemplo:</b> “ONU lamenta estupro coletivo no Piauí e elogia Lei do Feminicídio”.
03	Investigação e processo judicial	Quando o texto apresenta informações relacionadas à investigação conduzida pela Polícia e pelo Ministério Público até a apresentação e o acolhimento da denúncia contra os acusados e também as que dizem respeito ao processo judicial (exceto o resultado final de julgamentos).	<b>Exemplo:</b> “Meninas do Piauí: Solução de estupro coletivo de garotas depende de provas”.
04	Panorama da violência contra a mulher	Quando o texto amplifica o debate sobre estupro, violência sexual, violência contra a mulher e violência de gênero, buscando compreender o contexto, discutir causas e apresentar alternativas para o combate a esse tipo de violência.	<b>Exemplo:</b> “69% das vítimas de estupro têm entre 5 e 19 anos no Piauí”.
05	Acolhimento e recuperação	Quando o texto discute como fazer o acolhimento de vítimas e contribuir para a recuperação delas - e de todos que possam ter sido afetados por uma situação de violência sexual.	<b>Exemplo:</b> “Castelo do Piauí: uma cidade que se reconstrói”.
06	Enfrentamento ao crime	Quando o texto trata de medidas de combate à violência “em geral”, sem abordar ações específicas para prevenir e reduzir os índices de violência contra a mulher ou de gênero.	<b>Exemplo:</b> “Fundo de Segurança pode ser ampliado após crime em Castelo do PI”

### DEFINIÇÃO DO PROBLEMA - FONTES

Variável que identifica os atores que têm voz nas unidades de análise, seja em citações diretas ou indiretas. As matérias são consideradas por inteiro, então admite-se que cada texto apresente mais de uma fonte – embora elas possam também não ser mencionadas no texto.

00	Ausente	Quando a matéria é somente descritiva, sem utilizar ou explicitar quais foram as fontes consultadas para embasar os fatos expostos.	[como o texto não indica a origem das informações, não há exemplo específico]
----	---------	---	---

01	Vítimas	Quando os relatos das próprias vítimas de estupro são usados para a construção do texto.	<b>Exemplo:</b> “Ao falar sobre o estupro coletivo que sofreu há pouco mais de dois anos, a jovem abaixa um pouco a cabeça e desvia os olhos marejados. A boca e o queixo tremem. "Ainda sinto muito medo, medo de tudo. Não ando mais sozinha. Meu pai me leva e me busca na faculdade todas as noites", diz a estudante Ana (o nome é fictício), 18, que mora em Teresina (PI)”.
02	Agressores	Quando o texto traz relatos dos acusados de cometer o estupro.	<b>Exemplo:</b> “Segundo o relato dos agressores, as meninas foram amarradas com cordas de redes e barbantes”.
03	Familiares e amigos das vítimas	Quando familiares, amigos e apoiadores das vítimas são consultados. Estão incluídos aqui os colegas e representantes da escola onde as vítimas estudavam, o padre da igreja frequentada por elas e os envolvidos na campanha para ajudá-las a custear gastos com a recuperação.	<b>Exemplo:</b> “Com a voz embargada, o comerciante Jorge Feitosa, 51, busca entender o que aconteceu com sua filha de 17 anos, Danielly Rodrigues Feitosa, no último dia 27”.
04	Familiares e amigos dos agressores	Quando familiares e amigos dos autores são consultados.	<b>Exemplo:</b> “B.F.O., 15, parece uma criança de dez anos. Parou de estudar na quinta série do ensino fundamental, quando começou a se envolver com drogas, segundo o pai, Joé, vendedor de peixes e galinha”.
05	Justiça	Quando a Justiça ou o juiz responsável pelo caso são consultados, seja diretamente ou por meio de seus despachos/sentenças.	<b>Exemplo:</b> “Na sentença, o magistrado solicita que os adolescentes sejam submetidos a avaliações comportamentais a cada seis meses e o relatório será encaminhado à Justiça”.
06	Acusação	Quando representantes da acusação, como Ministério Público e promotoria, são consultados.	<b>Exemplo:</b> “O promotor Cesario Cavalcante diz que tentava a internação de I. horas antes de o crime



			ocorrer, mas que esse pedido dependia de laudo médico que comprovasse o vício do jovem e o acompanhamento de um responsável durante o tratamento”.
07	Defesa	Quando representantes da defesa, como a defensoria pública, são consultados.	<b>Exemplo:</b> “A defensora pública que acompanha os suspeitos disse que, por isso, não poderia se pronunciar, nem mesmo para apontar detalhes das alegações dos jovens”.
08	Forças policiais (geral)	Quando representantes de qualquer tipo de polícia – desde que não especialista em crimes e violências contra a mulher – são consultados.	<b>Exemplo:</b> “De acordo com a Polícia Civil, as meninas de Castelo do Piauí foram amarradas e amordaçadas, e durante duas horas sofreram violência sexual”.
09	Forças policiais (crimes de gênero)	Quando representantes da polícia – geralmente civil – especializada em crimes e violências contra a mulher são consultados.	<b>Exemplo:</b> “Segundo a delegada do Núcleo de Feminicídio do Piauí, Tânia Miranda, as investigações foram concluídas e os autos de inquérito já se encontram à disposição da Justiça”.
10	Conselho Tutelar	Quando representantes do Conselho Tutelar do município são consultados.	<b>Exemplo:</b> “‘Todos são bem conhecidos na cidade e todos são de famílias absolutamente desestruturadas. Pais separados, alcoólatras, usuários de drogas’, diz o conselheiro tutelar Francisco Lima. ‘Os furtos eram quase diários’.”.
11	Profissionais de saúde	Quando os médicos que atenderam as vítimas no hospital e psicólogos envolvidos no processo de recuperação delas e dos moradores do município são consultados. Também vale para informações repassadas pela assessoria de imprensa dos hospitais onde elas foram tratadas.	<b>Exemplo:</b> “Ela sofreu traumatismo craniano com perda de massa encefálica e várias lesões pelo corpo, segundo o diretor do hospital Gilberto Albuquerque”.
12	Moradores de Castelo	Quando os relatos dos moradores de Castelo de Piauí são apresentados nos textos.	<b>Exemplo:</b> “Franklin, 22 [morador], vasculha o local e vai até a beira do

			precipício, aponta a lanterna para baixo e vê as meninas no chão. "Pensei que estavam mortas." Desceu os oito metros segurando na vegetação".
13	Organizações e comissões (gênero)	Quando organizações que trabalham para a defesa dos direitos das mulheres e a promoção da igualdade de gênero - ou comissões/coordenações dentro de organizações independentes do governo - são consultadas.	<b>Exemplo:</b> "A ONU Mulheres, uma entidade das Nações Unidas para as questões de gênero, publicou nota nesta quarta-feira (10) em solidariedade às quatro adolescentes vítimas estupro coletivo ocorrido na cidade de Castelo do Piauí (PI) no dia 27 de maio".
14	Executivo e legislativo municipal e estadual	Quando representantes dos poderes executivo e legislativo municipal ou estadual - desde que não trabalhem com pastas, ações e comissões voltadas à promoção da igualdade de gênero - são consultados. Pode dizer respeito aos políticos eleitos - prefeito, governador, vereadores, deputados - ou a pessoas que ocupem cargos em secretarias.	<b>Exemplo:</b> "Uma declaração do vereador Edson Melo (PSDB) causou polemica na Câmara Municipal de Teresina. O parlamentar defendeu o fuzilamento dos suspeitos – quatro deles são menores de idade – em praça pública".
15	Executivo e legislativo municipal e estadual (gênero)	Quando representantes dos poderes executivo e legislativo municipal ou estadual que trabalham em áreas voltadas para a defesa dos direitos das mulheres, a atenção à saúde da mulher e a promoção da igualdade de gênero.	<b>Exemplo:</b> "De acordo com Maria Auzenir Moura Fé, coordenadora de Atenção à Saúde da Mulher, a maior parte dos agressores são pessoas que fazem parte do convívio da vítima."
16	Especialistas em gênero	Quando acadêmicos (professores e pesquisadores) da área de estudos de gênero são consultados.	<b>Exemplo:</b> "Para a doutora em sociologia, Mary Alves Mendes, a maioria das violências praticadas contra mulheres são reflexos da cultura machista na qual estamos inseridos."
17	Outros veículos	Quando os textos são construídos a partir de publicações ou outras informações de outros jornais, sites, revistas, etc.	<b>Exemplo:</b> "A adolescente Danielly Rodrigues, que morreu após ser vítima de um estupro coletivo em Castelo do Piauí, no dia 27 de maio deste ano, foi eleita "Mulher Inspiradora de 2015" pelo site feminista A

			Olga.”
18	Outras organizações	Quando organizações independentes do governo e que não são voltadas para a promoção da igualdade de gênero são consultadas.	<b>Exemplo:</b> “A Associação Piauiense dos Defensores Públicos (APIDEP) divulgou uma nota de repúdio direcionada ao delegado geral da Polícia Civil do Piauí, Riedel Batista.”

### INTERPRETAÇÃO CAUSAL - CAUSA

Variável que identifica os motivos para a ocorrência do estupro. Os termos podem ou não estar na fala de alguma fonte. Cada texto pode apresentar mais de uma causa.

00	Ausente	Quando o texto não explicita uma causa para a ocorrência de estupro.	[como o texto não traz uma motivação para o estupro, não há exemplo específico]
01	Alteração dos sentidos	Quando o texto justifica a situação a partir de uma alteração dos sentidos ou perda de contato com a realidade provocada por uso de drogas, álcool ou “violenta emoção”.	<b>Exemplo:</b> “Três dos quatro menores confessaram o crime, e outro nega participação. O homem, Adão José Sousa, 41, também nega. <b>À polícia, os menores afirmaram que agiram sob efeito de drogas – teriam consumido crack e maconha</b> ”.
02	Falhas da polícia e da Justiça	Quando o texto justifica a situação a partir da falta de ação da polícia ou da Justiça para evitá-la.	<b>Exemplo:</b> “Para Jorge Feitosa, pai de Danyelle, 16, que morreu no vítima dos ferimentos do estupro coletivo, os policiais falharam. <b>‘Se tivessem vasculhado a área direito, quando encontraram as motos, eles [os criminosos] teriam fugido e, talvez, não teriam tido tempo de fazer o que fizeram’</b> .”.
03	Outros problemas estruturais	Quando o texto justifica a situação a partir de outros problemas estruturais exceto o machismo, como miséria, descaso do estado, etc.	<b>Exemplo:</b> “Moura derrubou a tese da Defensoria de que houve tortura dos adolescentes para confessar o crime. <b>O desembargador disse que não tem dúvida de que os menores são “algozes”, mas que são vítimas do descaso da sociedade, do descuido da família e da omissão do Estado</b> ”.
04	Machismo	Quando o texto justifica a situação a partir da relação de desigualdade entre homens e mulheres e da discriminação pela condição de mulher.	<b>Exemplo:</b> “É a primeira vez que Ana fala à imprensa sobre a violência que sofreu. Sob a condição de anonimato, ela conversou com a Folha na sala da delegada Eugênia Villa, responsável pela criação do primeiro núcleo investigativo sobre feminicídio do país.

			‘O estupro de Castelo do Piauí e o assassinato da Dani foram paradigmáticos. Foi uma luta conseguir enquadrar o crime como feminicídio, queriam deixá-lo como homicídio por motivo fútil, para esconder o estupro. <b>Não tenho dúvida que foi um crime cometido por ódio e desprezo pela condição de mulher’.</b> ”.
--	--	--	---

JULGAMENTOS MORAIS			
Variável que identifica a presença de julgamentos morais, negativos ou positivos, nos textos. Cada texto pode apresentar mais de um tipo de julgamento moral.			
00	Ausente	Quando o texto não traz julgamentos morais.	[como o texto não traz juízos, não há exemplo específico]
01	Mulheres de respeito	Quando o texto apresenta julgamentos morais sobre as vítimas, associando-as a ideias que correspondem ao ideal de mulher e do feminino estabelecido pelo próprio sistema patriarcal. Assim, constrói-se a imagem de boas mulheres que não mereceram sofrer aquela violência.	<b>Exemplo:</b> “No último 27 de maio, as quatro meninas foram estupradas, amarradas, apedrejadas e jogadas de um penhasco de cerca de dez metros de altura. <b>Elas estavam no local fazendo fotos para um trabalho escolar</b> ”.
02	Comportamento duvidoso	Quando o texto traz juízos relacionados às vítimas (do episódio e de violência sexual contra a mulher de forma geral), mas associando-as a ideias e comportamentos que não correspondem ao ideal de mulher e do feminino estabelecido pelo regime patriarcal. Assim, colocam-se em questão os comportamentos delas, de forma a sugerir que a situação poderia ter sido evitada se elas tivessem tomado atitudes distintas.	<b>Exemplo:</b> “As quatro meninas —uma de 15, outra de 16 e duas de 17 anos— faziam fotos da paisagem da cidade quando foram abordadas pelos criminosos, <b>em uma área afastada do centro</b> ”.
03	Monstros	Quando o texto apresenta julgamentos morais sobre os agressores (não necessariamente os do caso), construindo imagens de pessoas naturalmente violentas, “do mal” ou “perdidas” em uma vida de	<b>Exemplo:</b> “Os policiais da pequena cidade de 18 mil habitantes <b>estimam que, nos últimos sete anos, ele já tenha passado mais de cem vezes pela delegacia por furtos e roubos</b> , que vão de celulares a

		crime e vícios, distanciando	motos”.
04	Caso bárbaro	Quando o texto traz juízos sobre o próprio episódio, fazendo referência à gravidade das violências registradas.	<b>Exemplo:</b> "Os escombros de uma tragédia tomavam conta do sentimento coletivo; um misto de dor e revolta, piedade e ódio, que deixavam a comunidade despedaçada”.
05	Cenário assustador	Quando o texto apresenta julgamentos morais sobre o próprio estupro ou o cenário da violência (sexual) contra a mulher.	<b>Exemplo:</b> "Os números de violência sexual contra as mulheres estão crescendo assustadoramente”.
06	Tratamento inadequado	Quando o texto traz juízos sobre a forma como o estupro é tratado pela sociedade e seus atores.	<b>Exemplo:</b> “É a primeira vez que Ana fala à imprensa sobre a violência que sofreu. Sob a condição de anonimato, ela conversou com a Folha na sala da delegada Eugênia Villa, responsável pela criação do primeiro núcleo investigativo sobre feminicídio do país. ‘O estupro de Castelo do Piauí e o assassinato da Dani foram paradigmáticos. Foi uma luta conseguir enquadrar o crime como feminicídio, <b>queriam deixá-lo como homicídio por motivo fútil, para esconder o estupro</b> ’.”.

### RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO

Variável que indica a presença de uma ou mais soluções para o problema.

00	Ausente	Quando o texto não propõe soluções para o problema.	[como o texto não traz juízos, não há exemplo específico]
01	Responsabilização dos agressores	Quando o texto propõe a responsabilização dos agressores como a ou uma das respostas para ajudar a solucionar o crime e evitar que ele se repita.	<b>Exemplo:</b> “ <b>Além da responsabilização do poder público aos agressores</b> , justiça e reparação às vítimas, são necessárias transformações de comportamento e atitude na sociedade, e consciência pública sobre a gravidade e os altos índices de violência contra as mulheres e meninas”, diz a carta”.

02	Reparação às vítimas	Quando o texto propõe o cuidado para com e a reparação às vítimas como a ou uma das respostas para ajudar a solucionar o crime e evitar que ele se repita.	<b>Exemplo:</b> “Além da responsabilização do poder público aos agressores, <b>justiça e reparação às vítimas</b> , são necessárias transformações de comportamento e atitude na sociedade, e consciência pública sobre a gravidade e os altos índices de violência contra as mulheres e meninas”, diz a carta”.
03	Promoção da igualdade de gênero	Quando o texto propõe que a solução para a não ocorrência de estupros é a conscientização sobre os altos índices de violência contra a mulher e promoção da igualdade de gênero e do debate sobre a violência contra a mulher.	<b>Exemplo:</b> “Além da responsabilização do poder público aos agressores, justiça e reparação às vítimas, são necessárias <b>transformações de comportamento e atitude na sociedade, e consciência pública sobre a gravidade e os altos índices de violência contra as mulheres e meninas</b> ”, diz a carta”.
04	Combate à violência	Quando o texto sugere o combate à violência como solução, referindo-se a ele de forma genérica ou a ações específicas, mas sem fazer menção a questão de gênero envolvida nesse tipo de violência.	<b>Exemplo:</b> “Nisso, o deputado estadual inseriu que a aprovação da criação dos Fundos Estaduais de Segurança Pública (FESP) e Combate às Drogas significará num ganho substancial ao aparelhamento do setor, refletindo na ampliação do enfrentamento ao crime.”
05	Leis e penas mais duras	Quando o texto propõe que leis e punições mais rigorosas, inclusive o extrapolamento do tempo máximo de internamento/prisão previsto pelo ECA/Código Penal e a pena de morte, vão contribuir para solucionar o problema.	<b>Exemplo:</b> “Ele acredita que o endurecimento das leis contra quem pratica o crime é uma das soluções para a redução das estatísticas.”